



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 118

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 13 de julho de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Lobélio Mendonça e Marco Costa.*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, os trabalhos iniciaram-se com a apresentação do [Voto de Congratulação ao Arrifes Kickboxing Club.](#)

Após a sua apresentação ter sido feita pelo Senhor Deputado José Pacheco (CH), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos prosseguiram com a apresentação das **Declarações Políticas:**

A primeira [Declaração Política](#) foi apresentada pela Sra. Deputada Célia Pereira (PS), tendo posteriormente usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as: José Pacheco (CH), António Lima (BE), Flávio Soares (PSD), Paulo Estevão (PPM), Pedro Neves (PAN), Catarina Cabeceiras (CDS-PP), bem como a Senhora Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi).

A segunda [Declaração Política](#) foi apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Silveira (*PSD*).

Participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as: José Pacheco (*CH*), Isabel Teixeira (*PS*), António Lima (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Paulo Estevão (*PPM*), bem como o Senhor Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Após a apresentação da terceira [Declaração Política](#), pelo Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*), pediram a palavra para participar no debate os/as Srs./as Deputados/as: Salomé Matos (*PSD*), António Lima (*BE*), Vasco Cordeiro (*PS*), Paulo Estevão (*PPM*), bem como o Senhor Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Entrando na Agenda da Reunião, foram apresentadas as seguintes iniciativas:

[Apresentação em Plenário do Projeto de Resolução n.º 172/XII – “Recomenda a efetiva homologação do Ensino Secundário da Viola da Terra”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

A apresentação foi feita pelo Senhor Deputado Joaquim Machado (*PSD*).

[Apresentação em Plenário do Projeto de Resolução n.º 173/XII – “Realização de uma campanha de sensibilização da população para os riscos associados a elevadas concentrações de gás radão e promoção de boas-práticas nesse âmbito”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

A apresentação foi feita pelo Senhor Deputado Gustavo Alves (*PPM*).

De seguida, deu-se continuidade ao ponto n.º4 da Agenda, iniciado no dia anterior, [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 56/XII – “Sétima alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/A, de 2 de dezembro, que estabelece o Regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores;

Pediram para usar da palavra os/as Srs./as Deputados/as: Pedro Neves (*PAN*), José Luís Parreira (*IL*), Paulo Gomes (*PSD*), Carlos Furtado (*IND*), Rodolfo Franca (*PS*), Paulo Estevão (*PPM*), José Pacheco (*CH*), Vasco Cordeiro (*PS*), Andreia Cardoso (*PS*), bem como a Senhora Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*).

Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Posteriormente, foi apresentado [o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 82/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2014/A, de 28 de março, que estabelece o regime de distribuição de almoço durante os períodos de férias e interrupções letivas”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a apresentação da iniciativa por parte do Senhor Deputado António Lima (*BE*), pediram a palavra para participar no debate os/as seguintes Deputados/as: Rodolfo Franca (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Carlos Furtado (*IND*), Paulo Estevão (*PPM*), Vasco Cordeiro (*PS*), José Pacheco (*CH*), bem como a Senhora Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*) e o Senhor Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado.

No final, foram proferidas Declarações de Voto pelos seguintes Srs./as Deputados/as: Carlos Furtado (*Indep.*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), António Lima (*BE*), Vasco Cordeiro (*PS*) e Joaquim Machado (*PSD*).

Por fim, iniciou-se o debate sobre o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 78/XII – “Eco taxa marítima”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Após a apresentação da iniciativa por parte do Senhor Deputado Pedro Neves (*PAN*), pediram a palavra para participar no debate o Senhor Deputado Rui

Martins, bem como a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 52 minutos.

Presidente: Bom dia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada. Tem a palavra o Senhor Secretário.

Secretário: Obrigado, Senhor Presidente.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos
Maria Isabel Góis Teixeira
Maria **Valdemira Gouveia Andrade Carvalho**
Mário José Dinis Tomé
Marta Ávila Matos
Patrícia Maria Melo Miranda
Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca
Rui Filipe Vieira Anjos
Sandra Micaela Costa Dias Faria
Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco
Vasco Alves Cordeiro
Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte
Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental
António Vasco Vieira Neto de Viveiros
Carlos Eduardo da Cunha Freitas
Délia Maria Melo
Elisa Lima Sousa
Flávio da Silva Soares
Jaime Luís Melo Vieira
João Luís Bruto da Costa Machado da Costa
José Joaquim Ferreira Machado
Luís Carlos Correia Garcia
Luís Carlos Cota Soares
Marco José Freitas da Costa
Maria **Guilhermina Ourique Moniz Silva**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**
Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**
Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**
Paulo Duarte **Gomes**
Ricardo Beato Gomes **Vieira**
Sabrina Marília Coutinho **Furtado**
Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Jorge Miguel Azevedo **Paiva**
Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**
Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**
Vera Lúcia Pinheiro **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**
Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

José Luís **Parreira**

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário.

Estão presentes 55 Senhoras e Senhores Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão.

Pode entrar o Público.

Senhoras e Senhores Deputados, conforme deliberado pela Conferência de Líderes, esta manhã está reservada ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Vamos iniciar com um único voto que deu entrada da Mesa, um voto de congratulação apresentado pelo CHEGA ao Arrifes kickboxing Clube. Faça favor, Senhor Deputado José Pacheco, de fazer a sua apresentação.

Deputado José Pacheco (CH): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Bom dia a todos.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO AO ARRIFES KICKBOXING CLUBE

Com mais de 20 anos de existência, o Arrifes Kickboxing Clube participou no início de Julho deste ano no Campeonato Nacional de Kickboxing, que decorreu em Matosinhos, onde se sagrou campeão nacional por equipas, na variante kick light, e arrecadou mais 15 medalhas individuais.

Marcando presença com cerca de 30 atletas – num total de mil atletas e 140 clubes em prova – o Arrifes Kickboxing Clube conseguiu ver subir ao primeiro lugar do pódio a atleta mais jovem, com 8 anos, Íris Raposo, mas também Romualdo Faria, que foi campeão nacional na sua categoria, e Luciano Cabral, que foi vice-campeão nacional.

O Arrifes Kickboxing Clube é já uma referência regional e nacional, pelas conquistas dos seus atletas, mas também pela persistência e empenho dos seus dirigentes. Uma escola de artes marciais que se constituiu como agremiação independente em 2008, por iniciativa de Nilton Silva, Antero Silva e Carlos Medeiros que têm levado o nome dos Arrifes e dos Açores aos mais altos lugares dos pódios nacionais.

Um clube de referência, liderado por Nilton Silva - que é o mestre do Arrifes Kickboxing Clube – que tem apostado na formação desportiva de jovens e que vê assim reconhecido o trabalho e determinação nos treinos. Tal tem permitido que atletas do Arrifes Kickboxing Clube integrem a Seleção Nacional da modalidade e marquem presença em competições nacionais e internacionais.

Em 2020 recebeu o estatuto de Entidade de Utilidade Pública e, desde então, tem mantido o excelente nível competitivo que extravasa os Açores.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação ao Arrifes Kickboxing Clube, que se sagrou campeão nacional por equipas, na variante kick light, do qual deve ser dado conhecimento à Direção do Arrifes Kickboxing Clube, à Associação de Kickboxing e Muaythai dos Açores, à Federação Portuguesa de Kickboxing e Muaythai, à Câmara Municipal de Ponta Delgada, à Junta de Freguesia dos Arrifes, e à Direção Regional do Desporto.

Disse!

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 13 de julho de 2023

O Deputado Regional.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos então passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos com as Declarações Políticas. É a vez do Partido Socialista fazer a sua declaração política, para isso tem a palavra a Senhora Deputada Célia Pereira. Faça favor.

Deputada Célia Pereira (PS): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo, Senhor Vice-Presidente do Governo:

Há problemas que, não sendo novos, se caracterizam pela permanente evolução das suas dinâmicas, desafiando a capacidade de inovação e assertividade das respetivas respostas.

Assim é no domínio do abuso de consumos de substâncias psicoativas, no domínio das dependências, sejam estas substâncias lícitas ou ilícitas.

Comumente tendemos a considerar que a prevenção e combate aos problemas ligados aos comportamentos aditivos e dependências passa, sobretudo, pelo investimento em medidas de segurança, pelo reforço no combate ao tráfico,

pelo desmantelamento de redes e canais de distribuição, pela apreensão e destruição destas substâncias. Mas, esta é, infelizmente, apenas uma dimensão deste fenómeno.

Uma dimensão crucial que merece ver a sua ação valorizada, os seus meios e recursos devidamente assegurados e reforçados.

Uma dimensão que merece uma atuação em estreita cooperação e articulação com as respostas socio-sanitárias, porque todos os aliados são poucos nesta guerra desigual.

Efetivamente trata-se de um fenómeno complexo que mais do que um problema de segurança pública, é, em particular, um problema socio-sanitário quer com implicações na saúde do indivíduo, quer com implicações na saúde pública, pela sua dimensão e pelos riscos do fenómeno que nos afeta enquanto comunidade.

Já aqui afirmámos que “A dependência não é uma falha moral é uma doença crónica”. E também que “investir na prevenção e no combate às dependências é assegurar os cuidados de saúde, o cumprimento dos direitos humanos e, a montante, diminuir os encargos diretos e indiretos do Estado”.

É, também, por todos sabido que, pela sua geografia e especificidades, o nosso arquipélago tem fatores de risco que nos posicionam sempre num patamar de maior vulnerabilidade e risco, no domínio das dependências, tal como acontece com a doença mental.

O Relatório Anual do Sicad, lançado recentemente e com números que reportam a 2021, revelou que o problema das dependências é mais notório no caso dos Açores, onde o consumo de droga está acima da média nacional e acima da média registada na Madeira, não apenas nas denominadas drogas sintéticas.

Na ilha de São Miguel, por exemplo, as drogas sintéticas são um problema de saúde pública e começamos a ver tráfico descontrolado, inclusive, muitas vezes, junto às escolas.

Assustadoramente, os Açores são a Região do País onde mais se consomem drogas.

E, portanto, os problemas ligados aos comportamentos aditivos e dependências, pela sua expressão e impactos perniciosos, têm de ser assumidos como uma prioridade das políticas públicas nos Açores.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

A Oradora: Tanto mais que o agravamento dos consumos e uso das NSP's, que representam 1/3 dos consumos no todo nacional – em consequência da pandemia – exige que sejam tomadas medidas excecionais e de carácter urgente, para contrariar o agravamento e a alteração do padrão de consumos, nomeadamente destas substâncias.

São permanentes e diários os sinais de alarme de uma das faces mais visíveis deste fenómeno, em particular o aumento da mendicidade e pessoas sem-abrigo, consequência dos consumos das NSP, mais perturbadoras e mais potentes, e, também, da efetividade dos programas de redução de danos e diminuição de morte por overdose.

Outra das faces visíveis deste fenómeno é, ainda, o aumento da criminalidade, que decorre não apenas da atual crise que veio agravar as desigualdades e aumento das pessoas em risco de exclusão social, mas, sobretudo, consequência da desorganização em termos psiquiátricos com níveis de paranoia e surtos psicóticos elevados que o consumo das NSP potencia e agrava.

E, portanto, é urgente a adoção de Medidas que envolvam os principais parceiros públicos e privados que lidam com este fenómeno.

Medidas que reforcem a capacidade e os meios que permitam às instituições que lidam com as dependências dar respostas mais eficazes a este flagelo.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): E há emprego para essas camaradas!

A Oradora: Medidas como a criação de equipas de proximidade que intervém no terreno com as pessoas, as famílias e as comunidades mais afetadas por este problema.

Medidas que assegurem respostas da fase seguinte do processo, nomeadamente na sua reintegração na comunidade mediante estruturas simplificadas e hierarquizadas em fases iniciais e que vão evoluindo passo a passo.

Medidas que assegurem respostas e estruturas de apoio para inserção que os integrem e apoiem ao nível do emprego e da habitação, reforçando igualmente a complementaridade sistémica entre as diferentes áreas de interação humana em particular nas cidades onde os consumidores tendem a concentrar-se.

O PS não abdica de fiscalizar a ação governativa, mas também de apresentar propostas concretas, sobre problemas que afligem a população.

Foi por isso que, em março passado, apresentámos no Parlamento e fizemos aprovar um projeto de resolução que recomendava ao Governo Regional várias medidas para reforçar a prevenção e o combate às dependências.

E o que aconteceu com está resolução? Está a ser cumprida?

É por isso que o Partido Socialista insiste em não deixar ninguém para trás, especialmente os mais vulneráveis, aqueles que caíram em situação de dependência e as suas famílias.

É por isso que o Partido Socialista insiste em manter o assunto na agenda política.

E o que faz este Governo de coligação?

Desinveste e adia medidas.

Corta em 25% no investimento, na área da Saúde e das Dependências, em consequência da cativação e do endividamento zero. Um corte que limita e inibe a necessidade de reforçar os recursos e os meios de resposta a este flagelo. Escuda-se na 'Task Force', na necessidade de fazer um diagnóstico real, de criar um observatório para adiar a necessidade urgente de reforçar e criar novas políticas públicas e medidas mais inovadoras que visem a redução deste problema e que, em particular, travem o agravamento da severidade dos consumos de NSP's, não apenas nas ilhas de São Miguel e Terceira, onde têm maior expressão, mas também nas restantes ilhas do arquipélago onde a presença já se faz sentir e tende a agravar-se.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: E, não, Senhora Secretária Regional, não é prematuro estar a divulgar ou implementar medidas porque a Região já dispõe de evidências científicas com as quais é possível trabalhar.

A Região conhece estas pessoas. Este Governo Regional, quando chegou ao poder, tinha já disponíveis meios de diagnóstico e intervenção em favor das comunidades e das famílias. Mas não os soube aproveitar. Ou pior: escolheu fazer tábua rasa de todo o conhecimento acumulado sobre esta problemática nas últimas duas décadas.

Estes doentes estão, na sua maioria, registados e referenciados na Plataforma criada por um Governo Regional da responsabilidade do Partido Socialista, procedendo a Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências, desde então, à sua caracterização, mediante o acompanhamento assegurado pelas entidades, públicas e privadas, que apoiam e tratam estas pessoas.

E sim, estamos de acordo que é importante haver estudos e se possível manter atualizado o diagnóstico deste fenómeno. Mas, como diz o provérbio chinês, “Sábio não é quem tudo sabe, mas quem usa tudo o que sabe.”

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: E a Região já dispõe de dados e evidências científicas como é exemplo, entre outros estudos, “As dez orientações” do Projeto VIDA+.

Como são, também bom exemplo, as evidências e resultados alcançados com os Programas de Redução de Danos e com os quais foi possível diminuir em 1/3 as mortes por overdose ou consumos e diminuir, para metade, a prática de crimes por pessoas com problemas de adição e dependência.

E, portanto, há já experiência de todo um conjunto de respostas práticas e de proximidade cuja efetividade e resultados não podem ser ignorados e que merecem ser reforçadas, como sejam as equipas de rua.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Após quase três anos deste Governo de coligação, nem a Senhora Secretária Regional da Saúde e Desporto, nem o Presidente do Governo Regional podem, nem devem, adiar a tomada de medidas urgentes, alegando que não conhecem bem a realidade regional das pessoas afetadas pelo flagelo das drogas sintéticas.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Não é verdade!

A Oradora: Temos de manter sempre presente que as dependências são um problema de saúde pública, com um impacto desproporcional relativamente a outros.

O agravamento desta problemática impõe e exige um reforço imediato dos meios e dos recursos disponíveis e não desinvestimento.

São já muitos os estudos, nomeadamente os realizados na Região, que indicam que é fundamental que a atuação do Governo seja empreendida em estreita parceria com a comunidade e assente numa Estratégia transversal aos diferentes domínios da Ação Social, da Saúde, da Educação, da Formação e Emprego, da Habitação, da Cultura e da Economia, intervindo de uma forma Integrada, Sistémica e Territorializada com capacidade para a adaptação contínua às

necessidades da comunidade, das famílias e dos indivíduos em contínua alteração.

Mais do que conversas de que serão feitos estudos, de que o Governo está a ter uma abordagem estratégica a esta problemática - o que não corresponde de todo à realidade - é urgente avançar com medidas efetivas que reforcem procedimentos ajustados e integrados na comunidade e que permitam a criação e o fortalecimento das redes interinstitucionais.

Como são bom exemplo aquelas que foram criadas no tempo da governação socialista: ...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso! Agora sim!

A Oradora: ... as RLI – Redes de Intervenção Local criadas em todos os concelhos da RAA e o Manual de Articulação e Referenciação, publicado em 2019 e ainda em vigor.

O agravamento deste fenómeno, consequência da severidade dos consumos das NSP's, exige que se promovam respostas mais eficazes a este flagelo, respostas que vão além de uma intervenção assistencialista.

Exige que se reforce a capacidade e os meios das instituições que lidam com as dependências, por forma a assegurar uma intervenção caracterizada por uma visão proactiva das pessoas e pela promoção da coesão sociofamiliar, do desenvolvimento pessoal, social e local e da proteção dos grupos mais vulneráveis.

É isto que temos constatado no terreno, com as pessoas e com as instituições sociais que lidam diariamente com esta problemática.

E é esse o alerta e o desafio que colocamos a este Governo Regional no derradeiro ano desta Legislatura: que disponibilize os recursos necessários, financeiros, humanos, materiais, para um combate eficaz às dependências, que permita travar esta verdadeira epidemia que ameaça alastrar pela nossa Região.

Disse!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada, está feita a declaração política. Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

A Mesa já tem uma inscrição.

Senhor Deputado José Pacheco tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhora Deputada, tem graça, por coincidência, esta era a Declaração Política que teria feito o mês passado, se tivesse tido a oportunidade. Quase na sua totalidade, tirando alguma parte ideológica e um *passa culpa, um sacudir de água do capote*, da vossa governação teria sido isso.

Há coisas que me surpreendem, há coisas que eu não consigo explicar, um pai, uma mãe. Não consigo explicar um irmão, não consigo explicar um sobrinho, não consigo explicar um amigo.

O que é que nós andamos a fazer para combater a toxicod dependência? Mas não é hoje. Há 50 anos, há 50 anos que nós não estamos a fazer, absolutamente, nada. Andamos a pôr pensos, remendos e a falar bonito, mas a verdade é que agora com o fenómeno das sintéticas, está tudo mais ou menos explicado o nosso grau de eficácia. Muito me surpreende o Partido Socialista trazer isto, e bem que trouxe, mas na República aprovou a banalização das sintéticas, por proposta do PSD.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Não é banalização nenhuma!

O Orador: A banalização! Há dois mitos nas drogas e esses mitos vão acabar de uma vez por todas. Não há drogas leves e drogas pesadas, há drogas. Não há consumidores e traficantes, há traficantes, todos são traficantes. Os senhores vão para a rua, os senhores vão à rua ver o que é que se passa. Qualquer consumidor é traficante. Quem disser o contrário ou é ignorante, ou é mentiroso.

Deputado Pedro Neves (PAN): Não sabe o que é que diz!

O Orador: Todos eles traficam, todos eles querem angariar dinheiro para comprar droga. Os senhores é que não sabem o que é que dizem quando tentam banalizar as drogas.

Nós temos que combater as drogas, nós temos que combater os vícios. Como Senhora Secretária? Temos que apostar na prevenção, no desporto, na cultura do bem-estar, especialmente os mais novos. Nas escolas têm resultados? Não. Deu frutos? Zero.

E com o fenómeno das drogas sintéticas está tudo visto, eu tenho tido reuniões frequentes com várias entidades e alguns dizem: “*perdemos a guerra*”. Mas que raio de políticos somos nós que perdemos guerras? Que raio de políticos somos nós?

E continuamos a banalizar. Nós vamos continuar nisso? Eu, como pai, não posso aceitar. Eu, como político muito menos.

A droga é um problema grave na nossa sociedade. As drogas sintéticas são de fácil acesso e são baratas.

Nós temos que trabalhar mais, nós não podemos baixar os braços e banalizar as drogas é baixar os braços.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Partido Socialista, através da Senhora Deputada Célia Pereira, traz uma declaração política sobre o problema das toxicodependências e o seu impacto na Região Autónoma dos Açores, que sabemos, é sério, causa problemas e destrói até muitas famílias e que tem que ser tratado e tem que ser olhado como um problema social, que é e como um problema de saúde que também é.

E, neste sentido, ao longo dos anos na Região, infelizmente, tratou-se muitas vezes o problema da toxicodependência, ou não se tratou muitas vezes o problema de saúde da toxicodependência como um problema de saúde ou verdadeiramente como um problema de saúde.

Externalizou-se e colocou-se o Serviço Regional de Saúde à margem desse combate do tratamento do apoio aos consumidores, que não são criminosos, são pessoas com um problema de saúde, muitos deles e longe de serem criminosos.

Aliás, a descriminalização do consumo de drogas foi um dos avanços civilizacionais que nós tivemos no nosso país e Portugal tem que se orgulhar também daquilo que fez bem e esse foi um avanço civilizacional, não tratar pessoas com um problema de saúde, como criminosos, porque não o são de maneira alguma e rejeitamos, completamente, esta visão que nos é trazida, como é habitual, pelo CHEGA.

Efetivamente, nós também perdemos tempo ao longo dos anos e estamos talvez também agora com novas substâncias, com novas dinâmicas que se criaram, mas perdemos tempo. Eu recorro que na passada Legislatura foi aprovada nesta

Assembleia, por proposta do Bloco de Esquerda, a realização de um estudo sobre a toxicodependência na Região, estávamos em 2017.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Bem lembrado!

O Orador: Esse estudo foi feito apenas parcialmente, abrangeu apenas a população escolar, esquecendo que este problema não é apenas um problema dos jovens, nem dos jovens em idade escolar. É um problema geral, transversal à sociedade e que abrange pessoas das mais variadas idades. Temos ouvido recentemente especialistas na matéria, nos Açores, a alertar para a falta de dados, para a falta de estudos, para a falta de avaliação da nossa realidade concreta e esse trabalho de base tem que ser feito, o que não invalida que hajam medidas que possam ser e que devam ser tomadas no imediato, porque, efetivamente, o conhecimento de base que nós precisamos de ter não se constrói em dois meses, nem em seis, nem num ano, nem em dois e esse trabalho de base – a verdade é que perdemos tempo - e não o fizemos, ao longo dos anos. Esse era outro alerta que não posso deixar de referir, porque efetivamente nós estamos agora mais preocupados com esta problemática, mas já houve alertas, na passada Legislatura e no passado, sobre ela, que poderiam ter tido outra consequência e outro trabalho.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem

O Orador: Para além - também não posso deixar de dizer e não é o Bloco de Esquerda única a dizer – da falta de coordenação, da pulverização, diria melhor, porque da coordenação não me pronuncio, mas da pulverização de entidades que tratam desta problemática na Região.

Mais uma vez, a ligação que deve haver do Serviço Regional de Saúde à problemática da toxicodependência, foi menosprezada, ou seja, colocando nas mãos de várias entidades, de associações a parte do tratamento, neste caso, a Região está-se a desresponsabilizar e desresponsabilizou-se nos passados

governos do Partido Socialista e continua com o atual Governo, da sua responsabilidade, enquanto o responsável pelo Serviço Regional de Saúde e pela disponibilização de serviços de saúde às pessoas. E essa questão de tratar efetivamente a toxicodependência como uma questão de saúde é fundamental.

Uma última palavra para a forma como também nós como sociedade, e estou a falar no geral, olhamos por esta matéria. Já sabemos que alguns acham que consumidores são traficantes, que todas as drogas são iguais. Pergunto eu, então, porque é que não se criminaliza o consumo do álcool? Não é droga? Tão grave como a canábis ou outras, que causam danos às famílias e às pessoas e à saúde das pessoas tão graves ou mais graves que muitas drogas que são proibidas e o álcool é tão legal como a “imperial”, que se costuma dizer.

Efetivamente, o debate sobre a liberalização das drogas leves continua no nosso país e deve avançar, porque nos Açores tantas vezes vimos que se apreende um pé de canábis, mas ao mesmo tempo...

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: ... correm nas ruas drogas que destroem a saúde de uma pessoa em três tempos e essas andam por aí e o trabalho que se faz e que se tem feito sobre o seu combate está muito atrás do trabalho que se faz para apreender um pé de couve na casa de algum consumidor.

Muito obrigado.

Deputada Alexandra Manes (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Flávio Soares.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Partido Socialista traz uma Declaração Política que reflete um assunto que diz muito daquela que tem sido a preocupação do Grupo Parlamentar do PSD

Açores, desde logo, de toda a Coligação, de todo o Governo Regional no combate e na minimização deste problema.

Não é um problema fácil, é um problema difícil que requer sensibilidade, acima de tudo.

É um flagelo que atinge muitas famílias açorianas, que atinge várias faixas etárias e que não vemos, por parte do Partido Socialista, qualquer atenção nesse aspeto.

É um problema que existe desde 2012, com a abertura das smart shops na Região. Aliás, assunto muito debatido nessa mesma altura.

O PS fala-nos de que este Governo só se preocupa com a realização de estudos, que é o único resultado que tem para apresentar é a realização de estudos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... mas isto demonstra a incoerência do Partido Socialista porque na Assembleia da República é o próprio Partido Socialista, através do senhor Deputado Francisco Coelho, que anuncia a realização de um estudo. E, portanto, estamos presentes a coerência, uma vez mais, do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Francisco César.

Esta problemática tem levado a que nós estejamos a auscultar as entidades, que o Governo Regional desenvolva um trabalho de proximidade, junto daquelas que são as instituições que têm técnicos que estão constantemente na rua, que lidam diariamente com pessoas que têm este tipo de problema. portanto, não vejo o Partido Socialista sequer preocupado também com o presente e o futuro destes mesmos técnicos.

Aliás, espanta-me também que haja muitos comentadores, aliás, costuma-se dizer na gíria futebolística, treinadores de bancada, que muitos têm vindo a fazer artigos de opinião sobre o assunto, mas sem que haja sequer uma proposta apresentada.

Proposta, Senhora Deputada, proposta séria, credível. Não uma proposta vazia e inócua como foi aquela que o Partido Socialista nos trouxe há pouco tempo.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, este Governo Regional, lançou e esteve em consulta pública em novembro de 2022, um plano estratégico no combate às dependências.

Contributos do Partido Socialista, zero! Uma vez mais o Partido Socialista não apresentou qualquer proposta, mas o Partido Socialista começa-nos a habituar e a habituar os açorianos destas várias encenações populistas que têm realizado sobre este assunto.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Governo: Muito bem!

Muito bem!

Temos assistido a várias posições do PS com críticas, mas como dizia, sem qualquer propostas.

Deputado José Ávila (PS): Não brinquem com coisas sérias!

O Orador: Apenas preocupa o PS criticar o Governo Regional da Coligação e criar um determinado alarmismo na população açoriana.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

O Partido Socialista finge apenas estar preocupado com esta situação, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... mas não quer contribuir e por isso é que deixo e lanço um apelo, a todos os Partidos, que estejamos unidos na apresentação de propostas credíveis que possam ajudar o Governo Regional a combater este mesmo problema.

Deputado Carlos Silva (PS): Já apresentámos e este Governo não aplica!

O Orador: Este Governo Regional em, cerca de três anos, está a fazer muito mais do que aquilo que foi feito pelo Partido Socialista desde 2012, quando começaram a surgir essas mesmas drogas sintéticas e, portanto, aquilo que o PS fez no passado foi apenas servir os seus.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

Senhor Presidente, esta é uma temática que o Partido Socialista trouxe aqui, que é uma temática que os Açores se têm mantido com altos níveis de consumo. Todos os relatórios apontam nesse sentido, ao longo de todos estes anos.

Vossa Excelência, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, fez ali uma intervenção de alerta, a fazer referências em relação aos problemas e aos novos problemas que resultam do consumo muito elevado das drogas sintéticas.

A verdade é que nesse alerta faltou uma coisa. Faltou o reconhecimento que as políticas que foram desenvolvidas pelo Partido Socialista e que agora são apresentadas como exemplo a seguir, não funcionaram.

Portanto, não funcionaram, os resultados e os consumos eram dos mais altos do país e, nesse sentido, obviamente nalguma coisa não estavam a ser eficazes.

Eu penso que quando se aponta um novo caminho, uma nova prioridade, se tem que trazer estratégias eficazes. E o que o Partido Socialista trouxe foi um conjunto de ideias, de projetos que não funcionaram, não tiveram eficácia, no sentido de reduzir os níveis de consumo tão elevados durante o tempo em que o Partido Socialista teve responsabilidade.

Eu também quero dizer o seguinte, eu também não sou a favor de, pura e simplesmente, proibir tudo, porque essa é a solução mais fácil, essa é a solução de café. Vamos proibir. São todos criminosos.

Nós temos exemplos históricos, vejam bem a lei seca nos Estados Unidos, o que é que provocou? Diminuiu o consumo de álcool?

O consumo de álcool aumentou, a criminalidade aumentou e a época do Al Capone e de muitos outros gângsteres. Portanto, a questão é proibir, perseguir, não funciona. É uma ideia simples, mas é uma ideia absolutamente ineficaz e contraproducente.

Por isso, o que nós temos que ter é uma abordagem, reconhecendo desde já e o Governo tem feito isto. O Governo não tem dito que este não é um problema grave.

O Governo tem dito é que este é um problema grave.

Vamos assumir que este problema existe. Estamos a criar equipas de coordenação em conjunto, como aqui foi referenciado, com as várias entidades públicas e privadas, que têm experiência nesta matéria e têm responsabilidade. É preciso perceber bem o problema, é preciso lançar um conjunto de medidas eficazes.

O que eu considero é que há coisas que não podem seguir. Eu vou dar alguns exemplos, não podem ser feitas, têm que ser até desmanteladas, por exemplo, juntar em comunidades terapêuticas doentes de consumo de baixo limiar e alto limiar, de grupos etários diferentes. Isso foi um absoluto fracasso. É preciso reverter esse tipo de políticas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Podia dar aqui outros exemplos, mas ainda quero falar nas outras declarações políticas, o que eu quero aqui dizer é que o Governo tem consciência da gravidade do problema, há um conjunto de medidas que estão a ser preparadas e implementadas e o que é necessário é que este tema não se torne num tema em que se aproveita para fazer o ataque partidário.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: É importante é que exista uma confluência de vontades, porque a começar no combate em cada sala de aula porque sabemos agora que este tipo de drogas de drogas sintéticas são consumidas com níveis etários muito baixos. O que é preciso é que exista uma consciencialização dos miúdos, dos alunos, logo desde o início, um combate nas escolas, todos os dias, para tentar sensibilizar os nossos jovens, envolver todas as entidades públicas, envolver todos os partidos e o Governo pode ter a certeza que no Grupo Parlamentar do PPM estamos solidário com o esforço que está a ser feito e que estamos absolutamente disponíveis para essa grande batalha, que não é uma batalha de partidos, é uma batalha da nossa Região, é uma batalha cívica que todos temos que ganhar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Senhora Secretária Regional da Saúde e Desporto, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu lamento imenso que este tema seja utilizado nesta Assembleia, não como forma de união ou de corresponsabilização de todos os Partidos, mas com arma de arremesso político.

Deputado Carlos Freitas (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Isso é algo que me deixa profundamente triste, enquanto mãe e com duas filhas nesta Região, porque ao longo destes quatro meses e sempre

que abordei este assunto, tive sempre a oportunidade de assumir que este é um problema, extremamente, grave que a Região Autónoma dos Açores tem.

Nunca, da parte do governo regional, houve aqui vontade ou a assunção de negar que, de facto, estamos perante um verdadeiro problema, inclusive de saúde pública, um problema socioeconómico e um problema que não deve ser usado para fazer política de forma desresponsabilizada.

E ainda mais, vindo de uma Senhora Deputada com competência na matéria, parece-me que perdemos aqui uma grande oportunidade, da parte do Partido Socialista, de se juntar ao Governo Regional e a todos os partidos desta Casa para, efetivamente, lutarmos contra um problema grave que assola a Região Autónoma dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Estamos, efetivamente, a correr atrás de um prejuízo. Um prejuízo que tenho vários anos, Senhora deputada e não é sério da sua parte vir a esta tribuna falar do relatório do Sicad de 2021. Um relatório que foi lançado no final do ano e um relatório como bem sabe, Senhora Deputada, e se ler a página 217 (se não me falha a Memória), o que é que diz a página 217? Diz que na Região Autónoma dos Açores e na Região Autónoma da Madeira, desde 2012, repito, desde 2012, as drogas sintéticas são um problema destas duas regiões.

Portanto, o problema das drogas sintéticas não chegou agora.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Alguém disse isso?

A Oradora: Chegou no ano que o Partido Socialista, enquanto poder, decidiu extinguir a Direção Regional de combate às dependências.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Isto é uma grande verdade que devia envergonhar o Partido Socialista. E onde estava a Senhora Deputada Célia Pereira quando o Partido Socialista decidiu extinguir a Direção Regional de Combate às Dependências? Enquanto técnica da área onde estava? Que contributos deu para inverter esta situação?

Deputado Carlos Silva (PS): Tanto veneno, Sra. Secretária!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: O que me leva aqui a querer é que a Senhora Deputada Célia Pereira diz que é preciso combater o problema em comunidade. Sem dúvida, é preciso combater o problema em comunidade, mas depois vem criticar a task force, a dizer que o Governo escuda-se na task force, quando a task force é um bom exemplo da resolução do problema em comunidade, quando dela fazem parte quase 14 instituições desta Região.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Que coerência é esta, Senhora Deputada?

O que me leva a crer é que a Senhora Deputada gostava muito de ter assento nesta task force.

Deputada Andreia Cardoso (PS): A sério?

Deputado José Ávila (PS): Estragou tudo!

A Oradora: Realmente, devia ser verdade, devíamos todos aprender um bocadinho mais. É bem verdade, sabe porquê, Senhora Deputada? Temos todos aprendido. Tem sido levantado e identificado por todos os que lá constam as medidas, que até agora, não foram suficientes. As medidas que ao longo de 24 anos o Partido Socialista aplicou nesta Região e que nos levaram aos resultados com os quais estamos agora a lidar e que vamos ter que inverter. É, sim, um problema desta Região, Senhora Deputada e pode ficar descansada, nós não estamos aqui preocupados em implementar medidas avulsas.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é um discurso avulso!

A Oradora: Não, não é isso que nos move. Não queremos medidas avulsas porque temos a noção que este problema não se resolve nem num mês, nem em dois, nem três. Este é, provavelmente, um problema com o qual vamos ter que lidar ao longo de décadas, até conseguimos inverter esta situação.

E não é de agora, infelizmente, ao longo de 24 anos, o Partido Socialista não conseguiu fazer isso, portanto, não fiquem surpreendidos ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ai fico, fico!

A Oradora: ... com estas declarações que os senhores sabem muito bem que a realidade não surgiu agora e que a realidade não vai ser tratada neste momento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ninguém disse isso! Seja responsável!

A Oradora: Tenha responsabilidade, Senhora Deputada, contribua, não venham aqui lançar pacotes de medidas avulsas, pôr os meios nas instituições, responsabilizar o Governo, foi isso que os senhores fizeram ao longo de 24 anos. Ao longo de 24 anos, desresponsabilizaram-se e puseram dinheiro em cima das instituições para combater o problema.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Vergonha! Tenha vergonha!

A Oradora: Onde estava o Governo do Partido Socialista nessa altura?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Mas a falta de coerência não fica por aqui. Vem a Senhora Deputada Célia Pereira falar que não são precisos mais estudos, quando os técnicos e os contributos que nos dão dizem que é necessário um diagnóstico real, dizem que é necessário, não só um diagnóstico socioeconómico, como um diagnóstico clínico que trace o perfil deste consumidor. O perfil, que ainda não está traçado e que este Governo Regional já diligenciou nesse sentido de iniciar um estudo que trace, não só o perfil socioeconómico, como também as características clínicas. Infelizmente estamos a falar de substâncias que não são de forma imediata detetadas no sangue, nem tão pouco sabemos as consequências imediatas que as mesmas tem.

E sabe também que é que já aprendemos nesta task force? Que muitas vezes os tratamentos para tratamento destas substâncias são mais nocivos do que benéficos para os próprios consumidores.

Esta é mais uma medida que tem que ser invertida, porque efetivamente a única coisa que está provada...

Presidente: Agradeço que termine, Senhora Secretária.

A Oradora: ... aqui e agora e que é eficaz no tratamento destes indivíduos, são medidas de tratamento completo comportamental.

Algo que ainda não está, de todo, implementado na Região e que deve ser implementado. Deve ser dado prioridade às consultas de psiquiatria, consultas de psicologia para estes indivíduos nos hospitais e este Governo vai

implementar, pode ter certeza, Senhora Deputada, que é para isso que aqui estamos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Da mesma forma, e para terminar, Senhor Presidente, que já termino.

Presidente: Senhora Secretária, tem de terminar, faz favor

A Oradora: Efetivamente há algo que me deixa desnorteada. Vem aqui o Partido Socialista dos Açores, falar, falar em medidas que não são aplicadas, falar em consumo, falar como se não, como se não tivesse sido feito nada até ao momento. Contudo, Senhora Deputada Célia Pereira, o que eu gostava de saber é qual é a posição do Partido Socialista dos Açores, quando o Partido Socialista na República vem agora propor uma descriminalização e até posse de substâncias que podem ir até 10 dias.

Deputado Berto Messias (PS): E o PSD também!

A Oradora: Como é que nós vamos distinguir quem são os traficantes e quem são os consumidores?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O que é que o Partido Socialista dos Açores pensa desta posição do Partido Socialista da República?

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Secretária Regional.

Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu não vou usar argumentos negativos relativamente a este problema, que é um problema que, obviamente, ninguém está contente com aquilo que se passa. Não podemos dar culpas, nem do passado, nem do presente, nem daquilo que vai acontecer no futuro, exatamente como o Senhor Deputado Flávio Soares disse e muito bem, é na união de todos os Partidos, juntamente com o Governo, que nós consigamos trabalhar neste flagelo que não concordo, sim, é preciso alarmismo, porque aquilo que se está a passar, este ano e no ano passado, nós vemos um crescente problema nas nossas ruas, nomeadamente Ponta Delgada e Ribeira Grande, que eu conheço *in loco* aquilo que se está a passar. E esse é um problema que não sei se foi exponenciado, unicamente, pelo COVID, mas também por causa de uma droga que é extremamente barata. Estamos a falar de dois euros, qualquer pessoa pode fazer em casa, se tiver esses conhecimentos, nós não sabemos quais são os produtos, nem qual é o princípio ativo que é inserido, é bastante grave. Eu acho que é mesmo na união, não é a separação, não é dar um *passar de culpas* entre Partidos, eu acho que é na junção de todos e espero que o Governo tenha pelo menos um pensamento mais holístico. Mais holístico em que aspeto? Que pense como um todo e não apenas para aquilo que acha que é o que a alma diz mais.

Dou um pequeno exemplo que aconteceu na cultura e que se olharmos para o Jornal Oficial, hoje, nós temos interesse público e participação de forçados, tauromaquia, temos três, interesse público regional. Se compararmos com o COVID que recebia na média 15.000 euros e agora recebe 3000 euros, nós vemos que este Governo vai mesmo pela sua alma do que aquilo que é tentar de

uma forma heterogénea e holística para todos os açorianos, espero que em termos deste consumo e da despenalização das drogas tenha um pensamento completamente diferente.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, faça o favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo:

Traz-nos aqui o Partido Socialista, uma Declaração Política sobre, sem dúvida, uma temática que é um problema da nossa Região, é um problema de saúde pública, um problema socioeconómico, sem dúvida, um problema social e que nos convoca a todos combater.

O que me parece que aconteceu nesta Declaração Política, efetivamente, foi a forma como esta matéria foi abordada, fazendo como que se fosse o Governo Regional a não dar e a não resolver nada desta matéria, como se este problema tivesse surgido agora, nestes últimos anos e todos sabemos que isso não é verdade, até pela quantidade de vezes que essa matéria foi debatida nesta Assembleia.

E vem a Senhora Deputada Célia Pereira, e até pelas funções que ocupou na área até 2020, chocou-me um pouco quando vem fazer esta abordagem, tendo também sido profícua fazer abordagem daquilo que falhou para que neste momento na Região estejamos também a passar por esta situação.

Depois, também dizer aquilo que foi a sua abordagem até mesmo quando referencia o relatório de 2021 do Sicad, dizer que, claro que faz a leitura que lhe convém, exatamente para acusar este Governo de nada fazer, quando nesse mesmo relatório é referenciado que o problema das drogas sintéticas é uma problemática na Região, desde 2012. Senhora Deputada. Essa parte do relatório,

efetivamente, se calhar, não o leu. E, como tal, essa sua abordagem é que me parece que não foi a mais ajustada, naquilo que é um problema da Região, que é um problema que nos deve convocar a todos, que precisamos, e é isso que o Governo Regional tem feito, uma ação organizada, planeada, que seja operacionalizada e em cooperação com todos, quer com os políticos, com as associações, com as autarquias, com as escolas e é esse trabalho que este Governo Regional está a desenvolver.

Outra questão que me parece um bocadinho incoerente da sua Declaração Política é desvalorizar o facto e a necessidade da Região ter dados, quando os próprios técnicos, todas as vezes ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: ... que abordamos que reunimos com técnicos desta área, o que nos dizem é que isso foi uma falha, que isso é uma falha e que precisamos de dados atualizados e que a Região necessita desse estudo e dessa informação e a Senhora Deputada vem agora dizer que o que mais existem são dados e que temos os dados todos para trabalhar, quando isso não é verdade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

E para terminar, dizer, como já disse, esta é uma matéria que nos convoca a todos, que não deve ser objeto de arremesso político. Deve-nos sim preocupar, convocar a todos, numa matéria cada vez mais difícil. A globalização, sabemos que muitas substâncias, hoje em dia, até por via da Internet, é possível que estes consumidores acedam a elas e, por isso, convoca-nos a todos. É uma matéria que este Governo Regional tem dado prioridade, tantas vezes que a Senhora Secretária já falou até da prevenção, da importância que tem e que temos que atacar ,por via da prevenção, para podermos obter resultados melhores no futuro

e é esse trabalho que este Governo Regional está a fazer, que vai continuar a fazer, por mais vezes que venha o Partido Socialista ou a Deputada Célia Pereira dizer que nada está a ser feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vou dar a palavra à Senhora Deputada Célia Pereira para encerrar esta Declaração Política, faça o favor.

(*) **Deputada Célia Pereira (PS):** Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu vou entregar a minha Declaração Política à Mesa para a fazer distribuir por todos, porque parece que há aqui confusões relativamente à mesma.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Não é preciso!

Deputado Flávio Soares (PSD): Não é necessário!

A Oradora: Começando por responder aqui às muitas questões que foram levantadas. O PS, aqui, na República, no terreno, onde quer que seja, não abdica e os Deputados eleitos pelo Partido Socialista não abdicam daquela que é a sua missão: fiscalizar o Governo e contribuir para os problemas e para as necessidades dos Açores e dos açorianos ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e, portanto, ao trazermos esta Declaração Política, mantemos na agenda política este tema porque é um tema fundamental. Não há dia em que não haja notícias que nos dão conta desta problemática e não é alarmismo, ...

Deputado Flávio Soares (PSD): É sim senhor!

A Oradora: ... Senhor Deputado Flávio Soares, não anda nas ruas de São Miguel, não anda nas ruas de Ponta Delgada e, portanto, não é alarmismo.

Mais, o Senhor Deputado Paulo Estêvão disse, e muito bem, que este é um tema que nos deve congrega a todos. Efetivamente, nós aqui somos adversários, temos visão e ideologias diferentes que nos fazem olhar para os problemas com propostas e contributos que nem sempre são consensuais, mas vossas excelências, em vez de se unir neste móbil, preferem diabolizar o Partido Socialista, do que enfrentar o inimigo está lá fora, que são a as dependências.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: E sim, o Partido Socialista pelos Deputados eleitos pelos Açores para a República, apresentaram proposta de um estudo, porque efetivamente nós não negamos a necessidade de haver estudos e diagnósticos. E não foi isso que eu disse na minha Declaração Política, mas esses estudos e esses diagnósticos não podem ser inibição para fazer aquilo que importa fazer agora. Para travar e combater o problema agora, porque é agora que as pessoas o enfrentam.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

A Oradora: É agora que as pessoas lidam com ele, é agora que as pessoas estão a aumentar, em termos de mendicidade, de criminalidade e de sem abrigo. É um problema individual, é um problema comunitário, é um problema de saúde pública e, sim, as nsp's não chegaram aos Açores na pandemia, mas

também eu não disse que tinham chegado com a pandemia, eu disse que o problema se agravou no período da pandemia ...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e isso também é um dado, uma evidência que V. Exas. não podem negar.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

A Oradora: E, Senhora Secretária, é verdade, em 2012, tive uma das maiores realizações da minha vida, fui mãe.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Também eu!

A Oradora: Não era política ainda, ou pelo menos, tinha funções distintas. E fui mãe em 2012, tenho o grato prazer de partilhar consigo essa informação, já que está muito preocupada em saber o que é que eu andava a fazer em 2012.

Depois, Senhor Deputado Flávio Soares, a nossa proposta de resolução não é uma proposta inócua, vazia. V. Exas. abstiveram-se, mas apresenta cinco pontos resolutivos concretos que eu vou fazer chegar à Câmara, mas os quais lhes posso também ler. Em que nós dizíamos que “até à abertura de comunidades terapêuticas nos Açores sejam desenvolvidas as diligências essenciais à imediata reposição de todos os encaminhamentos necessários para tratamento de cidadãos toxicodependentes.” E este ponto resolutivo porquê? Porque as listas de espera existiam. Porquê? Porque não estavam a pagar para os doentes irem para fora.

“Promovam o aumento das respostas para encaminhamento de doentes com duplo diagnóstico que necessitam de uma resposta de longa duração. Implemente até ao final do ano programas de tratamento duplo de diagnóstico para jovens dos 14 aos 30 anos de idade.” Porquê? Porque Vossas Excelências fecharam a resposta que foi criada na Região pelo Partido Socialista.

Deputado Flávio Soares (PSD): Quem é que fechou?

A Oradora: Senhor Deputado, não vamos voltar a essa pessoa. Estou a ficar sem voz, estou com gripe.

E, portanto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Estou com uma gripe fortíssima e já a ficar sem voz, mas que a voz não me doa e não me vai doer, porque sempre que for preciso, todos os dias e permanentemente, eu e os Deputados eleitos pelo Partido Socialista, aqui ou na República, não deixaremos de defender todas as pessoas, inclusive aqueles que são doentes e vítimas do flagelo das dependências e dos consumos de drogas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Está assim encerrada a Declaração Política do Partido Socialista. Partimos para a próxima Declaração Política.

É a Declaração Política do PSD, tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Silveira, faça favor.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice Presidente, Senhores, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A iniciativa da lei é uma das prerrogativas desta Assembleia Legislativa, atendendo ao disposto na Constituição da República Portuguesa e no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Os diplomas aqui apresentados e discutidos são, pois, resultado do empenho diligente de todos os partidos representados neste Parlamento.

Em abril deste ano, os partidos da Coligação PSD/CDS-PP/PPM apresentaram uma iniciativa legislativa da maior relevância, no quadro das políticas de coesão

territorial e demográfica, de incentivo à fixação da população e à natalidade nas ilhas sem hospital.

Tratou-se de uma anteproposta de lei, que pretendia criar condições de dignidade e de igualdade para as grávidas e respetivas famílias que vivem em ilhas sem unidade hospitalar.

Pois, apesar de existir legislação nacional para a proteção e o incentivo à parentalidade, esta dimensão nunca fora prevista pelo legislador. Nem na Assembleia Legislativa, nem na Assembleia da República.

Neste sentido, a iniciativa visava alterar o Código de Trabalho, o Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril, e o Decreto-Lei n.º 91/2009 de 9 de abril, para, de forma clara, expressa e inequívoca, assegurar o apoio e assistência à grávida, no momento de preparação para a maternidade e parto, assim como para a realização de tratamentos de procriação medicamente assistida, sem prejuízo aos direitos laborais das partes envolvidas.

A anteproposta de lei contou com contributos das várias forças partidárias aqui presentes e recebeu o voto favorável dos 57 deputados do Parlamento dos Açores.

Terminada a votação, deixou de ser um diploma do PSD, do CDS-PP e do PPM.

Tornou-se uma proposta de lei da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o primeiro órgão de governo próprio da nossa Autonomia.

Estivemos, estamos e estaremos todos envolvidos e unidos perante esta iniciativa.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice Presidente, Senhores, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Nos parlamentos democráticos, aqueles que não concordam com uma proposta têm toda a legitimidade para a criticar e votar contra.

Discordar faz parte da Democracia.

O que não faz parte da Democracia é rejeitar uma proposta e usurpá-la logo de seguida.

Ora, o que o Partido Socialista fez, no passado dia 4 de julho na Assembleia da República, foi usurpar uma proposta de lei da Assembleia Legislativa dos Açores.

A maioria absoluta socialista em Lisboa não chumbou a iniciativa do Parlamento dos Açores por discordar daquilo que esta Assembleia propunha em matéria de assistência à maternidade nas ilhas sem hospital.

A maioria absoluta socialista em Lisboa chumbou a iniciativa do Parlamento dos Açores porque se queria apropriar da temática da proposta de lei.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

E tudo isto foi feito com a cumplicidade mal disfarçada dos três deputados do PS/Açores: Francisco César, Sérgio Ávila e João Castro.

Trata-se de um ataque vergonhoso à nossa Autonomia.

É um ato hostil para com os nossos órgãos de governo próprio.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nunca se viu tal coisa na Assembleia da República.

Uma vergonha, senhoras e senhores deputados!

Uma vergonha!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Tudo isto foi feito com o maior dos deslantes e arquitetado com um mal disfarçado ar de bazófia de quem se julga sempre mais esperto que os outros.

Uma chico-espertice, em suma.

Senão, vejamos.

No exato dia em que a proposta de lei da Assembleia Legislativa dos Açores ia ser discutida e votada, por ação zelosa deste órgão que diligenciou para que a discussão e votação acontecesse no mesmo dia, o Partido Socialista, sem qualquer pudor, apresentou uma iniciativa própria sobre o mesmo assunto, num mesquinho truque partidário que envergonha qualquer açoriano.

Foram protagonistas deste ataque ao Parlamento dos Açores os deputados do Partido Socialista Francisco César, Sérgio Ávila e João Castro.

São eles os primeiros subscritores do diploma do PS que usurpou a proposta de lei da Assembleia Legislativa dos Açores.

Francisco César, Sérgio Ávila e João Castro faltaram ao respeito devido a este Parlamento e desonraram o compromisso que estabeleceram com os eleitores da Região.

Mostraram que são muito mais socialistas do que açorianos.

Apesar de eleitos pelos Açores e serem dirigentes do PS a nível de ilha e regional, não hesitaram em usurpar uma iniciativa desta Assembleia Legislativa e destratar o primeiro órgão da nossa Autonomia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Francisco César, Sérgio Ávila e João Castro optaram por arquitetar o chumbo da proposta da sua terra, só para que uma iniciativa idêntica do seu partido fosse aprovada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice Presidente, Senhoras, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Por mero revanchismo, o Partido Socialista na Assembleia da República recusou reconhecer uma boa iniciativa dos partidos da coligação PSD/CDS-PP/PPM.

Por mero revanchismo, o Partido Socialista na Assembleia da República recusou reconhecer um bom trabalho com que as diferentes forças políticas desta Casa enriqueceram a iniciativa original.

Ao invés de apoiar uma proposta com a qual concordava, o Partido Socialista na Assembleia da República preferiu usurpar a iniciativa dos Açores e apresentar uma má versão da mesma.

Sim, porque se a atitude do PS foi vergonhosa, o conteúdo é ainda muito pior.

A proposta de lei da Assembleia Legislativa dos Açores criava, de forma clara e inequívoca, uma licença para assistência na deslocação a um hospital localizado fora da ilha de residência, sendo que enquadrava esta licença nas situações de trabalhador-estudante.

Também criava, de forma, clara e inequívoca, um subsídio por necessidade de assistência para deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência.

Pelo contrário, o projeto de lei do Partido Socialista, subscrito pelos deputados Francisco César, Sérgio Ávila e João Castro, baralha, junta e confunde conceitos.

A iniciativa do PS dificulta o acesso ao apoio para os acompanhantes das grávidas das ilhas sem hospital.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A proposta de lei da Assembleia Legislativa dos Açores tornava-o simples.

O projeto de lei do PS baralha, junta e confunde o subsídio por necessidade de deslocação a um hospital fora da ilha de residência da grávida e do acompanhante, pois não deixa claro se será um apoio único para a grávida e quem a acompanha, ou se um apoio para a deslocação da grávida e outro para o acompanhante.

O projeto de lei do PS também não deixa claro quais as condições em que o acompanhante pode beneficiar desse apoio.

Nem sequer deixa claro se esse apoio é dirigido a uma pessoa que acompanha a grávida ou a várias, podendo condicionar e até impossibilitar a aplicação do diploma aprovado.

Ou seja, a maioria absoluta do Partido Socialista na República, com a cumplicidade ativa dos três deputados do PS/Açores, chumbou uma boa proposta desta Assembleia Legislativa para depois apresentar, à pressa, uma iniciativa muito má.

Com isto ficam prejudicadas as famílias açorianas das seis ilhas sem hospital.

Um mecanismo de apoio que deveria ser simples, claro e explícito, vai transformar-se numa medida de aplicação duvidosa.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice Presidente, Senhoras, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Não podemos ficar indiferentes quando vemos deputados da Assembleia da República a usurpar o bom trabalho desta Assembleia Legislativa.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Não podemos assistir calados perante este desrespeito, a todos nós aqui presentes e à Assembleia Legislativa no seu todo, por parte do Partido Socialista.

Se dúvidas restassem sobre onde ficam os Açores nas prioridades deste Partido Socialista, elas ficaram esclarecidas: ...

Deputado João Bruto da Costa e Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... primeiro estão sempre os interesses do PS, mesmo que isso prejudique os açorianos.

E também fica esclarecido que, para o Partido Social-Democrata, os Açores estiveram, estão e estarão sempre em primeiro.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa e Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhor Deputado José Pacheco tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Isto realmente hoje há qualquer coisa aqui no ar que nos custa falar.

Eu não vou esticar-me muito porque foi tudo muito bem dito e descrito nesta Declaração Política que o PSD aqui traz.

E a verdade é esta, são as conclusões que nós podemos todos chegar de uma forma bastante fácil: primeiro o PS, depois os Açores. Uma falta de respeito à autonomia muito grande, ou seja, foi a mesma coisa que dizer que este Parlamento dos Açores vale zero. Nós podemos fabricar, nós podemos legislar, para eles vale zero, porque facilmente se pode apagar e facilmente se pode plagiar.

É o que temos, é o Governo Socialista que temos na República. É uma vergonha constante entre *casos e casinhos* constantes nós vamos neste o empurra, empurra e nunca mais cai. Só tenho uma frase para dizer: ó Costa mete-te em casa!

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

A Mesa aguarda mais inscrições.

(Pausa)

Senhora Deputada Isabel Teixeira, faça favor.

(*) **Deputada Isabel Teixeira (PS):** Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Transformar este assunto numa discussão política é um pouco empolgante para quem a apresenta. No entanto, importa esclarecer que os Deputados do PS dos Açores na Assembleia da República apresentaram uma alteração ao Decreto n.º 91/2009, de 09 de abril e ao 89/2009, criando o subsídio para acompanhamento no âmbito de deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência da grávida.

Tomaram estas medidas para agilizar o processo, visto que, se não fosse desta forma, tinha que incidir sobre as alterações ao Código de Trabalho e, por conseguinte, em sede de concertação social, logo seria mais morosa a sua resolução. Foram de encontro a uma solução que corresponde ao pretendido, sem necessidade de aguardar por uma reflexão mais alargada ao Código de Trabalho.

Interessa aqui salvaguardar os interesses ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso já estava salvaguardado!

A Oradora: ... das grávidas e dos seus acompanhantes das ilhas sem hospital e desonerar as entidades empregadoras das remunerações devidas pelas suas deslocações.

Importa lembrar que, em 2018, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrático na Assembleia da República apresentou uma proposta de alteração à lei e ao Código de Trabalho que foi aprovado em 2019 e que deu origem ...

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

A Oradora: ... a que as entidades empregadoras é que suportassem as remunerações dos trabalhadores que ficavam com as suas faltas asseguradas.

Esta proposta foi aprovada na sua especialidade por todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, com exceção do PSD, que se absteve.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando?

A Oradora: A mesma vai baixar a discussão na Comissão de especialidade. O que importa, sim, Senhoras e Senhores Deputados e o que eu não percebo é a vossa indignação. Ou se calhar, até percebo.

A necessidade de protagonismo político é mais importante que resolver os problemas das famílias e das empresas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra, Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A Declaração Política do PSD traz efetivamente um acontecimento - vou tratá-lo assim - que não dignifica a democracia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Esta anteproposta de lei que foi aprovada aqui por unanimidade, teve contributos de vários partidos, do Bloco de Esquerda também, introduzindo matérias ligadas à procriação medicamente assistida e esta

medida, sendo aprovada, permitiria efetivamente um maior apoio aos familiares, neste caso, acompanhantes de grávidas, a existência desse apoio - que ele não existe - aos acompanhantes de grávidas das ilhas sem hospital que se deslocam para as ilhas com hospital num processo que já é de si complicado e duro, do ponto de vista familiar, e que tem que ter efetivamente outra visão, outro tratamento, por parte do Estado.

E esta proposta foi aprovada por unanimidade, o que não significa que ela não pudesse ser melhorada na Assembleia da República, como é evidente.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: Mas o que não é aceitável é que, em vez de se alterar a proposta melhorando a proposta que poderia ter, certamente melhorias se chumbe para aprovar uma outra coisa. E, explicando também aquela que foi a posição do Bloco de Esquerda, perante esse comportamento pouco digo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda não compactua com ele. Absteve-se porque quis sinalizar que não é no próprio dia que se apresenta uma proposta que pretende fazer, mais ou menos, o mesmo e não me vou pronunciar sobre o conteúdo em concreto, porque não conheço em pormenor, mas que quer fazer mais ou menos o mesmo, em vez de se alterar aquela proposta que já vem da Assembleia e isso era, não só respeitar a autonomia, embora seja legítimo que uma maioria na Assembleia da República não concorde com a proposta, mas se se concorda com o princípio, porque é que se chumba e apresenta outra proposta exatamente com o mesmo objetivo?

Isso é de facto lamentável e a justificação que também já tinha já me tinha sido transmitida pelo nosso Grupo Parlamentar na Assembleia da República, que a proposta da Assembleia Legislativa dos Açores poderia levar a uma alteração ao Código do Trabalho e essa não seria a via que o Partido Socialista queria e ouço agora que terá a ver com a audição do Conselho Económico e Social e eu

fico estupefato, mas é preciso pedir autorização aos patrões para alterar o código de trabalho, para dar um direito aos acompanhantes, um direito que os patrões não vão pagar.

Deputados Jaime Vieira e Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Bem, para nós, isto não faz qualquer sentido e só demonstra mais uma vez a arrogância com que o Partido Socialista na Assembleia da República tem governado no Governo da República e na Assembleia da República, tem governado e lembra os açorianos, se alguém estiver esquecido, o que é o Partido Socialista com maioria absoluta.

Deputado Francisco Coelho (PSD): O PSD às vezes gosta da Venezuela! Às vezes gosta!

O Orador: Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Senhor Presidente,.
Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores
Membros do Governo:

O PSD traz-nos aqui esta Declaração Política, efetivamente, sobre uma situação que nada dignifica a democracia e que, sem dúvida, é um desrespeito por esta Assembleia.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Apoiado!

A Oradora: Não posso, e aquilo que foi a intervenção da Senhora Deputada Isabel Teixeira e por todo o respeito que lhe tenho, a verdade é que não posso

concordar naquilo que diz que fez uma discussão política sobre esta matéria, por quem efetivamente fez a discussão política sobre esta matéria foi o Partido Socialista ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... de uma iniciativa que surge nesta Assembleia por parte da dos partidos da coligação, para resolver um problema e uma desigualdade que existe nas ilhas sem hospital, que sofreu propostas de alteração de vários Partidos, inclusive do próprio Partido Socialista que, e muito bem, introduziu melhorias no próprio diploma e depois de aprovado por esta Casa, por unanimidade, é um diploma, sim, não dos partidos da coligação, mas desta Assembleia Legislativa Regional.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Bem lembrado! É do Parlamento!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Quero dizer ainda que o próprio Partido Socialista se tinha reservas quanto à fórmula, porque não era sobre o teor nem o conteúdo daquela iniciativa, mas à fórmula que estava explanado na iniciativa que foi aprovada nesta Casa, o próprio poderia ter apresentado propostas de alteração na República, de forma a melhorar o diploma, assim como fez o Partido Socialista a nível regional.

E, portanto, esta discussão política quem a fez foi sem dúvida o Partido Socialista. Sem dúvida que é um desrespeito perante esta Assembleia, que não podemos concordar e sem dúvida que é algo que esperemos que não se repita, porque foi uma vergonha para a Assembleia da República, para os Deputados que apresentaram essa iniciativa, porque a verdade é que depois foram apresentar a correr uma iniciativa, quando podiam ter melhorado a mesma,

naquilo que era o seu entendimento sobre esta matéria e o que se passou foi, efetivamente, uma chico-espertice.

Deputados Jaime Vieira e Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Uma primeira palavra, nesta oportunidade, para dizer que a experiência política não nos faz não cometer erros, mas aconselha-nos a reconhecê-los, pelo menos e, neste início da minha intervenção, queria reconhecer um erro meu, que foi apontado e muito justamente pela Senhora Deputada Andreia Cardoso e na comunicação social, relativamente a afirmações que podiam ser levadas a ter, da minha parte, menos consideração pelos agentes culturais. Não é verdade, tenho imensa consideração pelos agentes culturais e a forma como me expressei foi menos feliz. Fica aqui o reconhecimento por todos eles e o esforço que todos nós podemos fazer para os defender.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Não é a primeira vez, naturalmente, que erro ...

Deputado Berto Messias (PS): Nem será a última!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Fala a experiência!

O Orador: ... e já aqui o assumi. Espero que não se repita, eventualmente poder-se-á repetir, mas com a mesma humildade tentarei aqui assumir a responsabilidade e dar nota que entendo que deve ser assim que o fazemos.

Em relação a esta matéria em concreto, acho que é importante duas notas aqui serem explicitadas. Em primeiro lugar, aquilo que se passou no Parlamento Nacional foi um absoluto desrespeito e desconsideração. Não foi pelos Deputados, não foi pelo pelos Partidos, individualmente ou o seu relatório, foi uma desconsideração pelo principal órgão da autonomia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Poderíamos apelidar esta ação de muitas coisas. Já foi falado de chico-espertice, uma infantilidade.

Não é isso que, se calhar mais importa, importa aqui todos nós podermos assumir a defesa da honra institucional deste Parlamento ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que não foi respeitada pelos Deputados à Assembleia da República do Partido Socialista, eleitos pelos Açores.

Uma segunda nota, é importante que as lutas internas do Partido Socialista dos Açores não prejudiquem a autonomia, não prejudiquem os açorianos, não prejudiquem os Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Aquilo que se passou, eu entendo também como uma enorme desconsideração ao líder do Partido Socialista dos Açores, porque o líder do Partido Socialista dos Açores, nesta Casa, votou ao lado daquela proposta e depois, também ele,

foi desautorizado e desrespeitado pelos Senhores Deputados na Assembleia da República.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Esta desautorização vale o que vale. Nós não nos vamos imiscuir nessas lutas internas, só apelamos ao mínimo de sentido de Estado dos responsáveis do Partido Socialista, para que respeitem, ao menos, não respeitando o Governo, não respeitando os Partidos do Governo, respeitem a instituição que se chama autonomia dos Açores e a sua principal causa que é o Parlamento dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ficou muito feio, ficou muito feio. As energias que estes Deputados do Partido Socialista dos Açores, em Lisboa, gastaram nestas lutas internas pela liderança futura do Partido Socialista, prejudicando o Parlamento Regional, podiam ter sido canalizadas para outras matérias, para outros esforços, onde as duas frações do Partido Socialista dos Açores coincidem, é em tentar prejudicar o Governo. Porque é que não usaram essas energias para apresentar uma proposta para haver um ajuste direto para as OSP's dos Açores para o Continente?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque é que não usaram essas energias para reivindicar que as verbas devidas do Furacão Lorenzo fossem pagas? Nisso, Francisco César e Vasco Cordeiro, estão de acordo, prejudicar o Governo dos Açores e prejudicar os açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Foi um mau momento para os Açores e para a autonomia dos Açores. Foi um momento negro da história da autonomia e da representação dos Açores no Continente. Só esperamos que estas lutas internas do Partido Socialista não prejudiquem mais as açorianas e os açorianos.

Aceitamos críticas, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, mas aceite que as lutas internas do seu Partido façam um esforço para não prejudicarem mais os Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E juntem-se nas suas fraquezas para não prejudicar o Governo dos Açores, porque ao prejudicarem o Governo dos Açores, estão prejudicando os açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter lata! O líder do CDS disse que não fazia coligações consigo se líder do PSD e o senhor vem dizer isso! Que hipocrisia! O senhor foi renegado há dois dias!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente ...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor Vice-Presidente disse que não fazia coligações consigo!

O Orador: Senhor Deputado Berto Messias, inscreva-se, por favor, se quer falar. Deixe os outros falar.

Deputada Andreia Cardoso (PS): São apartes!

O Orador: Não, isto não é um aparte, isto é uma conversa, isto é um diálogo. Senhor Presidente, a questão é fácil de explicar ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Então não é! A Isabel explicou bem!

O Orador: ... há uma iniciativa que foi aprovada, aqui neste Parlamento e que foi entregue na Assembleia da República.

Esta iniciativa é uma iniciativa que foi aprovada por unanimidade e que é uma iniciativa que teve a colaboração de vários Partidos, desde logo, através do voto favorável, mas também com alterações que foram introduzidas no texto que foi apresentado pela Coligação e alterações foram apresentadas, nomeadamente, pelo Bloco de Esquerda, pelo PAN e pelo próprio Partido Socialista. Portanto, é um texto que resulta de vários contributos. O que se esperava era que na Assembleia da República, obviamente, este texto fosse analisado. Podia concordar-se ou não se concordar, mas que fosse analisado e que fosse votado ou alterar. Mas, o que foi feito foi, como bem aqui foi dito foi um chico-espertisse da pior espécie, que é colocar à última da hora, não chumbar o texto que foi remetido, por parte do Parlamento dos Açores e meter, à última da hora, uma proposta do Partido Socialista. Isto é inaceitável!

E depois, vejam bem, o projeto do Partido Socialista começa assim: “ A proteção na parentalidade tem vindo a ser uma marca da governação apoiada pelo Partido Socialista.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Descaramento!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E as grávidas?!

O Orador: É que começa assim! E, portanto, quer dizer, descontextualizando completamente, como é que surge esta proposta...

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, eu já vou falar consigo.

... descontextualizando completamente a proposta.

Ora isto é um obviamente que eu já estou a ver. Eu tenho a certeza absoluta de quem foi a ideia. Tenho a certeza porque eu estive aqui a 14 anos com ele, conheço-o bem, quando ele se levanta, já sei o que ele vai dizer. Portanto, isto foi ideia do Senhor Deputado Francisco César. Não tem nada que saber.

O Senhor Deputado Francisco César achou que: “Não, isto não! Parlamento?! Uma proposta do Parlamento dos Açores, que foi aprovada por unanimidade, com contributos de vários partidos, ainda por cima, com alterações que foram introduzidas pelo PS do Senhor Deputado Vasco Cordeiro. Bom, eu vou ultrapassar esta matéria”. E, portanto, o que é que ele decidiu fazer? O que decidiu fazer? O que decidiu fazer foi meter à última da hora, chumbam a proposta do Parlamento dos Açores. Não se lembra minimamente da autonomia, da defesa das instituições autonómicas, daquele que é o seu dever de honra de defender a autonomia dos Açores, da dignidade que ele representa, a sua própria história, do seu partido na defesa da autonomia dos Açores.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E as grávidas?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Isso não lhe interessa! Só lhe interessa o *truquezinho* político de depois poder apresentar - achando que as pessoas se vão esquecer - esta proposta foi apresentada, por parte do Partido Socialista e do Governo da República do Partido Socialista.

É evidente que tem uma vítima colateral, que ele também procura, que é o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, que teve aqui oportunidade de dizer que a não admite e que, em primeiro lugar, ele dá o peito às balas e que chegava aqui dizia: “Isto é uma chique expertise inaceitável.”

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Ó Senhor Deputado Vasco Cordeiro, tendo sido Vossa Excelência Presidente do

Governo Regional, sendo Deputado nesta Casa desde 1996, eu não esperava outra coisa de Vossa Excelência que fosse a defesa da dignidade da autonomia e que Vossa Excelência tivesse a oportunidade de dizer que o que os senhores fizeram é inaceitável para a autonomia dos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Há uma falta de dignidade absoluta neste tipo de comportamento e Vossa Excelência teve a oportunidade de se levantar, como se levanta muitas vezes neste Parlamento dos Açores e denunciar essa situação e dizer: “Eu não concordo, eu acho que isto é um comportamento desprezível.” É o que eu esperava, que Vossa Excelência tivesse dito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Há momentos, e termino, em que as lideranças se afirmam. Há momentos em que nós ficamos a saber que em primeiro lugar, aquele líder político coloca os interesses dos Açores, a defesa da dignidade da autonomia. O Senhor Deputado Vasco Cordeiro teve esse momento e ficou sentado, não se levantou em defesa da autonomia dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Paulo Silveira para encerrar esta Declaração Política, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo:

Começo por cumprimentar a Deputada Isabel Teixeira pela intervenção que fez, mas também lembrar que, em relação aos protagonismos políticos, estou muito à vontade, porque quem trabalha e se empenha em defender a nossa terra e fala verdade, não me preocupa nada os comentários, principalmente o PS de São Jorge, em relação à minha pessoa, estou extremamente à vontade com o trabalho que tem desempenhado. Perfeitamente à vontade.

Em relação a esta matéria em apreço e também no protagonismo político lembrar que o PS também participou e mostrou também, fez nota pública da proposta apresentada aqui na Assembleia portanto, se houve protagonismos políticos também, foi de mais alguém.

Em relação a este assunto, este debate acho que foi claro e já foi aqui pedido por vários partidos e muito bem, que é um inequívoco desrespeito do PS aos órgãos de governo próprio desta Região.

Quero dar uma palavra ao Senhor Deputado António Lima pela forma coerente como o Bloco de Esquerda se portou cá e lá, a coerência que teve em relação a esta matéria.

Mas também fica claro que, apesar de todos os malabarismos do PS, quem apresentou esta Proposta de Lei da assistência à maternidade nas ilhas sem hospital, a criar dignidade para as mães e famílias, foi o Parlamento dos Açores. Não foi de ... [impercetível] e não do Partido Socialista, que se limitou a usurpar esta iniciativa.

Só uma coisa e o Senhor Deputado Paulo Estêvão tocou na ferida, não ficou claro neste debate. Sinceramente, esperava que viesse a debate o Senhor

Deputado Vasco Cordeiro, como responsável do Partido Socialista, mas pelos vistos, não veio. Mas adensa-se aqui uma dúvida, Senhor Deputado Carlos Silva, não tem problema, é que os açorianos ficam sem saber com que PS podem contar, se o PS do Deputado Vasco Cordeiro ou o PS do Deputado Francisco César? Pelos vistos, não podem contar com nenhum deles!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está encerrada esta Declaração Política.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 41 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 01 minuto.

Senhoras e Senhores Deputados, encerramos a Declaração Política do PSD.

Vamos avançar com a próxima Declaração Política, que é do CDS-PP e tem a palavra o Senhor Deputado Rui Martins para a realizar.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

A Autonomia é um valor fundamental para os Açores e desempenha, desde 1976, um papel crucial no desenvolvimento e na identidade do povo açoriano.

A Autonomia dos Açores permite que a Região possa tomar decisões próprias, e implementar políticas adequadas às suas características e necessidades específicas. Essa capacidade de decisão em matérias estruturantes tem sido crucial para o desenvolvimento sustentável do arquipélago, permitindo uma maior proximidade entre a política e a população açoriana.

Ao longo da sua história foram inúmeras as vezes em que a Região foi chamada a decidir sobre assuntos que estão na esfera dos seus interesses estratégicos, do seu desenvolvimento económico e social, como é disso exemplo a investigação marinha, e muitas mais serão as ocasiões em que teremos de nos afirmar.

Na passada semana a Comissão de Assuntos Sociais rejeitou em audição o projeto de Decreto-Lei que – “Regula as atividades de investigação científica marinha realizadas por entidades não nacionais no espaço marítimo nacional”.

O projeto, que mereceu a rejeição dos partidos desta Assembleia com assento naquela comissão, relega a Região para um papel onde apenas é consultada, para não dizer, informada, quando o assunto seja o acesso ao mar dos Açores.

Desde há muito que a posição do CDS nesta matéria tem sido clara e inequívoca. Já tivemos centralistas do meu partido, com a tutela do Mar na República, e não nos coibimos de mostrar a nossa discórdia quanto às intenções e quanto à visão que tinham sobre o mar territorial dos Açores.

O CDS-PP defende a Gestão Partilhada do Mar e continuará a fazê-lo sempre que tiver oportunidade e sempre que se impuser. A nossa autonomia assim o exige. Não queremos divisionismos, queremos unidade. Não queremos centralismo, queremos subsidiariedade. A Gestão do Mar dos Açores, pelos Açores, pelos Órgãos de Governo Próprio, não significa posse ou alienação, significa autodeterminação relativamente a atividades que possam ter impactos exatamente para quem aqui vive.

Não poucas vezes, este Parlamento, tenta fazer vingar as suas interpretações quanto ao alcance da Autonomia, e muitas vezes afirmamos que é necessário

esticar a corda até ao máximo possível na defesa da nossa Região. É do entendimento do Grupo Parlamentar do CDS que a autonomia não pode ser um jogo de interesses. Tem de servir os açorianos que, estando no local, devem usufruir da subsidiariedade exigível, referida no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

“A autonomia político-administrativa regional não afeta a integridade da soberania do Estado e exerce-se no quadro da Constituição.” Também somos Portugal e, por isso, em nada a Gestão Partilhada do Mar coloca em causa a unidade nacional.

Entendemos que uma mera consulta à região nestas matérias, como está a ser tentado no projeto que mereceu a nossa reprovação, configura também um esticar da corda por parte da República, aproveitando o Acórdão do Tribunal Constitucional, relativo à Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional, alterada pela Lei n.º 1/2021, que declara a inconstitucionalidade do n.º 3 do artigo 8.º, e do artigo 31.º.

Configura o aproveitamento de um veto que impediu que agora a Lei do Mar nos dê a jurisdição que exigimos e deve ser nossa por direito.

O CDS-PP sempre entendeu que são necessários consensos entre os partidos, para que as propostas levadas por diante sejam as mais representativas possíveis, deem uma voz coesa à Região e façam face aos desafios do presente e do futuro.

Talvez seja o momento de revisitarmos esta lei, reescrevendo os artigos vetados, e não deixar que uma interpretação mais lata da Lei, interpretações subjetivas quando os efeitos das políticas são bastante objetivos, permitam estes avanços atrevidos que põem em causa o verdadeiro desígnio desta Autonomia, a defesa dos Açores e dos açorianos.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentada a Declaração Política do CDS-PP e estão abertas as inscrições. Senhora Deputada Salomé Matos, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo: A Declaração Política que aqui nos traz o Grupo Parlamentar do CDS-PP remete-nos para um assunto que nos é nobre e remete-nos também para feridas, não só do presente, como do passado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Quem de nós não admira e não respeita o mar? Não reconhece que é importante defender, de forma concertada, coordenada, os nossos recursos e proteger o nosso mar.

Tal como no passado, também agora o grupo Parlamentar do PSD e a propósito também do parecer que emitimos na passada semana, estará sempre ao lado dos açorianos, daqueles que são os interesses do mar dos Açores, na defesa de uma participação efetiva e ativa na gestão do nosso mar.

No passado, já várias foram as ações que vieram a ser tomadas no sentido de respeitar aquelas que são as competências da Região sobre a gestão do mar e dos nossos recursos, numa tentativa de evitar a exclusividade da gestão do mar e a exploração dos fundos marinhos pelo Governo da República.

E lembrar que não tem sido fácil resistir ao centralismo que o Governo da República tem tentado impor contra aquela que é uma intenção de reforçarmos o poder dos Açores na gestão do nosso mar.

No âmbito da valorização do mar, recordar que, ainda esta semana, o coordenador pelo programa Blue Azores, no qual o Governo Regional é parceiro, realçou a importância deste projeto, enaltecendo e dando nota deste processo que tem vindo a decorrer, enaltecendo o diálogo e a articulação entre todas as partes envolvidas, nomeadamente os vários setores que vivem para e do oceano.

Anunciou também que, muito em breve, este diploma estará disponível para consulta pública e aí apelamos também que é uma oportunidade única de se colher contributos ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... de todos aqueles que queiram e não devem perder oportunidade de, forma responsável e consciente, contribuírem para este documento, que dá assim um passo significativo, naquela que foi a meta que, em 2021, o Governo Regional estabeleceu, uma meta ambiciosa, mas alcançável de atingirmos, até ao final de 2023, 15% de áreas marinhas totalmente protegidas e 15% parcialmente protegidas.

Entendemos no passado, continuamos a entender e o Governo Regional tem reforçado a posição de que devem ser encetados todos os esforços, no sentido de mais fiscalização, atendendo ao objetivo estratégico do Governo Regional, também de aumentar as zonas protegidas e, portanto, estes objetivos só efetivamente se cumprirão se acompanhados de medidas que permitam fiscalizar efetivamente o nosso mar.

Confio que, no que o mar diz respeito, continuemos hoje unidos, como no passado já tivemos, quando desta Assembleia saíram diversas pronúncias, nomeadamente sobre a fiscalização marítima da zona económica exclusiva da Região Autónoma dos Açores, quando, por unanimidade, se apresentou proposta para a, vulgo, Lei do Mar e estivemos, e penso que devemos continuar a estar, unidos na tentativa de salvaguardar e garantir uma participação efetiva

das regiões autónomas diante de uma lei que não serve os interesses dos Açores.

Infelizmente, ainda muito recentemente, assistimos a um exercício que, de alguma forma, subjugou a autonomia da Região Autónoma dos Açores, por via daquela que foi a decisão do Tribunal Constitucional sobre a gestão dos espaços marítimos, que foi submetida à fiscalização, a pedido de um grupo de Deputados.

Em particular, sobre a recente consulta à Região Autónoma dos Açores sobre o Projeto de decreto-lei que regula as atividades de investigação científica marinha realizada por entidades não nacionais no espaço marítimo nacional, emitimos, reiterámos um parecer desfavorável que contribuiu para um parecer desfavorável de toda a comissão competente, porque efetivamente, a redação, dada a alguns artigos, com os quais não podemos concordar ...

Presidente: Agradeço que termine, Senhora Deputada.

A Oradora: ... não podemos concordar, uma vez que colidem com aquela que é a autonomia que defendemos para os órgãos de governo próprio da Região e, em nosso entender, deve merecer profundas alterações, por forma a respeitar aquilo que está legalmente consagrado, que são as competências da Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Finalizo, Senhor Presidente, congratulando o CDS por ter trazido, oportunamente, este assunto aqui, para que possamos emitir aquele que é o nosso posicionamento e juntos continuarmos a lutar por aquilo que efetivamente nos interessa, que é poder ter uma participação ativa na gestão do nosso mar.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Em boa hora o CDS traz a temática do mar, da sua gestão e da distribuição de competências, entre a Região e ao Estado, no que diz respeito ao mar que é contíguo aos Açores e que, por vontade unânime deste Parlamento, já houve, não só pronúncias, mas mais do que isso, propostas concretas sobre qual é que deve ser o papel da Região Autónoma dos Açores na gestão e ordenamento do mar.

Na passada Legislatura foram efetivamente dados passos concretos e passos importantes nesse sentido. Recordo que o Bloco de Esquerda foi um dos proponentes de uma proposta de alteração à Lei de Bases de ordenamento do espaço marítimo que originou., através de uma proposta, neste caso do Governo, uma proposta que foi aprovada por unanimidade e que nós também aprovamos e que efetivamente, se tendo sido aprovada na Assembleia da República, mas tendo sido alterada também na Assembleia da República, no sentido de a piorar, efetivamente, não tendo sido essas as alterações que tenham levado à sua inconstitucionalidade, mas provavelmente não contribuíram para que ela vingasse.

Nós continuamos com este problema, com esta disputa, que permanece sobre as competências sobre o mar dos Açores e não só, da Madeira também, e, neste momento, há dois momentos muito importantes que são definidores do que será

o futuro sobre esta matéria. Em primeiro lugar, o processo de revisão constitucional que está em curso, onde há efetivamente a oportunidade e teremos oportunidade de, neste plenário, debater esta questão com mais profundidade, o tempo não é muito. Mas, esta matéria pode ser clarificada em sede de revisão constitucional. Deve ser clarificado que as regiões autónomas têm efetivamente poder de ordenamento e gestão do mar contíguo às ilhas dos Açores e da Madeira, e não há nenhum motivo para que isso não seja feito nesta revisão constitucional. Nós temos um momento agora para clarificar esta matéria, sem margem para qualquer dúvida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Mas também há outra matéria que ainda esta semana nos causa bastante preocupação. Nós recebemos, e não sei se toda a gente, se todas as senhoras e senhores deputados tiveram oportunidade de ver e de ler, recebemos uma ante proposta de lei do Governo da República para pronúncia desta Assembleia e sem prejuízo de uma análise mais aprofundada, esta proposta de lei, que altera a Lei de Bases do Mar, pretende, por um lado, atribuir maiores competências à Região Autónoma dos Açores e leio apenas um dos seus primeiros artigos, que diz o seguinte: “Compete às regiões autónomas assegurar a compatibilidade e a respetiva integração no domínio público marítimo e, salvo nas matérias relativas à integridade e soberania do Estado e nos casos de projetos ou infraestruturas de relevante interesse para o país, a execução dos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo nacional nas zonas marítimas adjacentes aos arquipélagos até às 200 milhas.” Ora, é preciso notar aqui um pequeno pormenor, é que estão excluídas nesta proposta, para além das questões, ...

Presidente: Senhor Deputado, tem que terminar.

O Orador: Termino já, Senhor Presidente.

... relativamente à soberania e integridade do Estado, exclui-se também uma coisa muito importante: infraestruturas de relevante interesse para o país.

Esta ressalva de projetos e infraestruturas de relevante interesse para o país é muito perigoso, porque efetivamente, o que é de relevante interesse para o país não tem que ter a concordância dos Açores e o que se faz no nosso mar, não terá que ter a concordância dos Açores porquê?

Este parece ser um presente envenenado, que ainda vamos a tempo de alterar e de nos pronunciar com maior profundidade sobre ele, mas fica o alerta. É porque aqui há muito pouco tempo, aprovámos uma proposta por unanimidade para constituir uma moratória à mineração do mar profundo. Não me admiraria nada de que daqui a alguns anos um projeto desse tipo fosse declarado um projeto de relevante interesse para o país, sobre o qual os Açores não têm nenhuma palavra a dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Bem me parecia!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Correspondendo aos anseios do Senhor Deputado Joaquim Machado, eis-me aqui!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Tenho mais alguns!

Deputado José Contente (PS): Tem falta de liderança aí!

O Orador: Mas esses, Senhor Deputado Joaquim Machado, o senhor vai ter que ficar com eles por resolver...

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Salientando a importância e a utilidade da Declaração Política que nos trouxe o Grupo Parlamentar do CDS-PP e, sobretudo, não discordando, bem pelo contrário, daquilo que foi o parecer que a Comissão competente desta Assembleia formulou, relativamente a esta iniciativa legislativa há dois aspetos que eu gostaria de salientar.

O primeiro deles é que, neste momento, a questão coloca-se, não apenas do ponto de vista da criação nesta iniciativa legislativa de mecanismos que vão ao encontro e que consubstanciem o respeito pela autonomia regional, como se coloca, inclusive, num dimensão de constitucionalidade.

Porquê?

Porque há um artigo na Constituição que diz que, onde houver legislação regional, não há legislação nacional. E o facto é que nós já temos legislação regional que, mesmo que indiretamente, toca em aspetos fundamentais daquilo que esta iniciativa legislativa pretende tratar. O Decreto Legislativo Regional n.º 9/2012-A, de 20 de Março, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2020, toca em matérias que são essenciais para isso e, portanto, esta iniciativa legislativa da República coloca, desde logo, este problema. E, se me é permitido, eu acho importante não saltarmos etapas no processo, ou seja, há, desde logo, um problema de respeitar aquilo que estabelece o artigo n.º 228, do n.º 2 da Constituição, quando, de forma muito clara, formula este princípio: onde houver legislação regional sobre matérias que não são reservadas à República, vigora a legislação regional.

E, portanto, há, desde logo, aqui a necessidade de conciliar esta iniciativa com aquilo que já diz a Constituição, nomeadamente, com aquilo que já é a

existência de legislação regional, que não sendo igual, é verdade, toca em aspetos que são fundamentais dessa iniciativa legislativa da república.

O segundo aspeto que eu gostaria de referir, tem a ver com uma questão que foi salientada pelo Senhor Deputado António Lima, no contexto global, - que, aliás, também foi salientado pelo declarante -, daquilo que é a matéria referente à Lei do Mar. É uma batalha em que os Açores e todos os partidos políticos têm estado envolvidos ao longo do tempo, que é a de deixar claro na Constituição, não repetindo as fórmulas que atualmente existem de gestão partilhada, mas concretizando, - porque este é o grande problema que o Tribunal Constitucional tem -, o que é a gestão partilhada e acho que é importante nós concretizarmos isso. Do ponto de vista político, julgo que há um entendimento claro, inclusive com o atual Governo da República, sobre aquilo que isso significa, mas é necessário que isso seja concretizado na Constituição e essa necessidade é óbvia.

Relativamente à proposta que foi referida pelo Senhor Deputado António Lima, o problema não é - sem prejuízo de uma leitura mais cuidada - a questão de nós termos, desde logo, as competências para a execução. O problema não é esse. O problema é ter as competências para a decisão, que é algo completamente diferente e, obviamente, que essa solução que o Senhor Deputado referiu colide, claramente, com aquilo que é, desde logo, a autonomia da Região, naquilo que tem a ver com a gestão das infraestruturas que lhe são próprias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não se esqueça de dizer isso ao Deputado Francisco César!

O Orador: De qualquer das formas, o que era importante salientar e aquilo que gostaria de fazer, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista é, em primeiro lugar, a atualidade e a importância do assunto que a Declaração Política nos traz. Em segundo lugar, a perspetiva segundo a qual não se coloca apenas um problema de acomodar a formulação dessa iniciativa legislativa,

reconhecendo-lhe o poder de vir a atribuir direitos ou deveres às regiões autónomas, mas há, sim um problema de constitucionalidade, ou, por outras palavras, um problema de conformação dessa iniciativa, com aquilo que já está na Constituição e, em terceiro lugar... a luta continua!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A última frase foi um recado para alguém, pareceu-me!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A começar pelo senhor!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

Como é evidente esta intervenção do CDS-PP refere, analisa novamente uma questão crucial em relação à autonomia política, em relação ao funcionamento da nossa autonomia e em relação àquilo que é o comportamento do Governo do Partido Socialista, em relação aos Açores, ao longo desta Legislatura.

O Senhor Deputado Vasco Cordeiro fez aqui um conjunto de referências jurídicas, de base jurídica, para tentar disfarçar aquilo que é evidente para todos nós. Não só neste diploma, como também em relação a todas as outras questões de interferência do Governo da República na autonomia dos Açores, de tomadas de decisão que prejudicam os Açores e desrespeitam os Açores.

A questão é, por isso, essencialmente política e, nesse sentido, o Governo, o Partido Socialista Açores tem o dever de não se ficar por aquilo que se ficou o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, que é dirimir a questão, do ponto de vista

jurídico. Não, a questão é política e merecia de Vossa Excelência uma condenação absoluta, em relação ao comportamento do Governo da República, nesta matéria.

Senhor Deputado, isto aqui transformou-se no faroeste para o Governo da República. Vem aqui e podem fazer tudo o que lhes apetece e não perguntam nada a ninguém. Decidem tudo o que quiserem. Os estrangeiros querem vir? Sim, senhor! Interessa a opinião dos Açores? Não interessa coisa nenhuma! E, portanto, vamos meter aqui a investigar os espanhóis, os noruegueses, todos os que quiserem. Isto aqui é *à lagardère* e é toda a gente pode fazer de acordo com os interesses que forem definidos nos palácios em Lisboa. Isto é que está em questão, isto é o faroeste. António Costa transformou os Açores num faroeste. Podem fazer o que quiserem. Vêm cá, não avisam, não pedem, não há qualquer tipo de pedidos, de colaboração, seja do que for. Vêm cá, não consultam ninguém, fazem o que querem. Transformaram os Açores num faroeste.

Aprovam legislação (que eles dizem) nacional – vejam bem este pequeno pormenor – legislação nacional de apoios nacionais, para apoiar diferentes setores e metem os Açores de fora.

É o que nós vemos. As verbas do furacão Lorenzo, que já estavam previstas logo em dezembro de 2020, como o Partido Socialista perdeu o poder, o que é que aconteceu? E termino já, Senhor Presidente, que vejo já que o meu tempo se está a esgotar, ou melhor, já se esgotou, Senhor Presidente, vem aqui, em relação às verbas do furacão Lorenzo, em dezembro, como já estava outro Governo, já a verba não foi transferida para os Açores e ao mesmo tempo António Costa diz : “Nós temos os cofres cheios. Esta governação, do ponto de vista dos resultados económicos, é excelente.” É excelente, mas é necessário penalizar os açorianos pela opção política que tomaram em outubro de 2020.

Por isso, termino, Senhor Presidente, é evidente que os Açores têm capacidades instaladas, em termos de investigação, que seriam altamente prejudicadas por

parte das autorizações que o Governo da República venha a dar, sem um parecer vinculativo da Região Autónoma dos Açores.

Há um conjunto enorme de prejuízos incalculáveis para a Região Autónoma dos Açores, para o seu desenvolvimento e o Partido Socialista, o máximo que tem a dizer sobre esta questão é que vai colocar e dar batalha jurídica a esta questão. Não, o que se espera é que digam: “Presente”, na batalha política que tem que ser feita, em defesa da autonomia dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças. Faça o favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Ao Grupo Parlamentar do Partido PP e ao senhor deputado Rui Martins desejo parabenizar esta alocução que aqui hoje nos trouxe e que trata de um tema que penso que é caro a todos nós. Tem sido, por diversas vezes, sublinhado, desde logo pelo Senhor Presidente do Governo, a importância que temos na economia azul, no mar, no mar profundo dos Açores, a importância dos recursos haliêuticos, mas também dos recursos minerais do nosso mar, a importância que a investigação científica tem e a importância também de preservarmos, como já foi aqui bastas vezes demonstrado essa vontade neste Parlamento, preservarmos estas riquezas do nosso mar.

Dar nota também de que é um princípio fundacional da União Europeia a subsidiariedade e segundo esse princípio da subsidiariedade, aqueles que estão

mais próximos da causa a defender, são os que melhor os defendem. E devem ser aqueles que devem ser ouvidos.

Ora, o Estado português, neste caso em concreto, está a negar, inclusivamente, aquilo que são princípios fundacionais da União Europeia, como é o caso do princípio da subsidiariedade.

Mas talvez isto não seja estranho, a própria Ministra da Coesão, Ana Abrunhosa, que diz que o atual Governo é o governo mais centralista da história de Portugal.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E, portanto, nesse aspeto, já não nos admiramos tanto. No caso em concreto que aqui hoje nos trouxe, para além da discordância do Governo em relação ao veto do Tribunal Constitucional e do reconhecimento de que existirão centralistas em todos os partidos, é preciso reconhecermos que vivemos um momento muito, muito agudo deste centralismo. Aliás, reconhecido como acabei de referir, pela própria Ministra da Coesão, a dizer que isto era o governo mais centralista de sempre.

Mas, há aqui também um apelo às forças políticas regionais, de estarmos unidos e solidários na defesa do interesse profundo dos Açores. Que não aconteça o que ainda aqui, há poucos momentos, debatemos, que por questões partidárias internas, se prejudique os Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Há menos de meia hora aqui o evidenciámos e fica de novo esta evidência. É porque temos que ver quem é que tem influência sobre o Primeiro-Ministro, António Costa, se é o PS do passado, de Vasco Cordeiro, ou, o PS, do pretense futuro, de Francisco César?

Em função desta influência, destas duas fações do Partido Socialista, podemos ter melhores ou piores notícias para os Açores. As que temos recentemente foram péssimas, aqui foram evidenciadas.

Agora vamos ver, neste caso, como noutros, nós e os açorianos, estarão atentos, quem é que defende o interesse dos Açores e quem não o defende? E, no caso em concreto do maior partido da oposição, dentro dele, quem é que tem mais força perante António Costa, se é, como disse, o PS do passado de Vasco Cordeiro, se o PS do futuro de Francisco César?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Isto dir-nos-á muito, mas dir-nos-á mais para os Açores, do que aquilo que é o interesse particular e partidário de um Partido em crise, mas que terá de encontrar maneiras de ultrapassar, sem prejudicar os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É a isso que os senhores estão reduzidos!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo mais inscrições, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Martins para encerrar esta Declaração Política.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

A intenção do CDS ao trazer esta Declaração Política é, efetivamente, realçar aquilo que foi uma mensagem expressa deste Parlamento, por via do parecer dado em sede de Comissão, mas que nos pareceu, por demais, importante para

que não tivesse também aqui, apesar de não permitir um debate muito intenso dada a figura regimental, mas pelo menos permite-nos dar nota pública neste período legislativo daquilo que é o posicionamento deste Parlamento, relativamente a estas interferências ou a esta tentativa de nos tirar aquilo que é nosso por direito, por salvaguarda constitucional, pela própria legislação que existe, do ponto de vista regional, a versar sobre a mesma matéria. E, no passado, houve propostas do CDS, houve propostas do Bloco de Esquerda (também neste particular), houve propostas conjuntas, no âmbito da CEVERA, que demonstraram também unanimidade e essa vontade em afirmar aquilo que é a visão que os Açores, os açorianos e os órgãos de governo próprio têm sobre estas matérias, que são de extrema importância para a Região e não só, mesmo para o país.

E, efetivamente, esse princípio da subsidiariedade é que permite que haja uma gestão mais apropriada por quem está efetivamente próximo deste meio, neste caso, o nosso espaço marinho territorial. Eu queria só aqui realçar um aspeto também, que se prende com as questões da investigação científica, porque nos Açores temos, felizmente, dos cientistas mais proeminentes atualmente e mais relevantes, que têm provas dadas na produção de conteúdos científicos acerca do mar e do mar profundo e é óbvio que temos que estranhar e repudiar tudo aquilo que sejam intenções que não permitam, por exemplo, que nós sejamos apenas informados e não salvaguardar, por exemplo, a possibilidade de que os nossos investigadores possam participar nessas missões, ou seja, como é que é possível que nos deixem de fora do aprofundamento do conhecimento do mar que nos rodeia? E isso, consideramos que é mais um dos aspetos que demonstra este atrevimento, passo a expressão e permitam-me, por parte do Governo da República, em tentar aqui, de uma forma menos sonante, porque não é através da Lei do Mar, mas através da investigação científica, tentar aqui a *meter a foice em seara alheia*.

E o Senhor Deputado Vasco Cordeiro e o PS referiram e bem e concordo, que há, desde logo, questões constitucionais do próprio projeto, que teve a nossa reprovação, pode no fundo atropelar e que, vindo a ser aprovado na República, deve merecer também da parte, sobretudo dos partidos que têm representação na República, já que mais não seja, um pedido de fiscalização sucessiva ao Tribunal Constitucional para se poderem, pelo menos e do ponto de vista jurídico, garantir que esses atropelos não surtem efeito. E, por outro lado e para terminar, reitero efetivamente a necessidade deste Parlamento, a muito curto prazo, se voltar a debruçar sobre esta questão. Eventualmente, até reformulando, sim, é neste Plenário que nos estamos a pronunciar, mas relativamente e concretamente à questão da reformulação daquilo que foi o veto constitucional na Lei do Mar...

(Aparte impercetível do Deputado Vasco Cordeiro (PS))

O Orador: Exato, ok. Mas, tem razão, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, ainda para mais está agendado. Mas, foi esse o repto que foi também lançado, para que se faça essa afirmação mais veemente e que o Partido Socialista - também lanço aqui o repto ao Partido Socialista dos Açores - que uma vez, estando nós num quadro de maioria absoluta, a nível nacional, que possa também exercer a sua influência e garantir que, por um lado, possa haver uma fiscalização sucessiva, sendo aprovado este projeto, que mereceu a reprovação na Comissão de Assuntos Sociais e que possa, desde logo, por essa via, poder ser fiscalizado e eventualmente que esse desejo, demonstrado pelo Governo da República, não possa ir avante e que possa então também, por outro lado, garantir que há uma aprovação, daquilo que são as recomendações que saem da Comissão de Aprofundamento da autonomia, e também aí o trabalho produzido demonstra bem aquilo que é a vontade dos Partidos com representação neste Parlamento e que representam a autonomia dos Açores e aquilo que é a melhor defesa dos Açores e dos açorianos.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está encerrada esta Declaração Política.

Senhor Deputado António Lima pede a palavra para?

Para uma interpelação, faça o favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda seria o Grupo Parlamentar que seguia em Declarações para Declaração Política, não tendo tempo, é uma impossibilidade de o fazer. O Partido seguinte seria o PPM, não tem tempo, está impossibilitado de fazer. Todos os outros Partidos estão impossibilitados de o fazer porque já proferiram Declarações Políticas.

Nesse sentido, solicitaria um intervalo regimental para não perder a vez, tanto nós como o PPM, na próxima Sessão Plenária.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

É regimental. Está concedido.

Encerramos nossos trabalhos agora para o almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 44 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, muito boa tarde, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 05 minutos.

Vamos iniciar com dois pedidos de apresentação de iniciativas, ao abrigo do artigo 81.º. A primeira delas é a apresentação em Plenário do Projeto de Resolução n.º 172/XII - Recomenda a efetiva homologação do ensino secundário da viola da Terra. É uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e do PPM. Para apresentar a iniciativa tem a palavra o Senhor Deputado Joaquim Machado, faça favor.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Este projeto de resolução que apresento, em nome dos partidos da coligação que o subscrevem, tem por finalidade recomendar ao Governo Regional, como já teve oportunidade de dizer o Senhor Presidente da Assembleia, recomendar ao Governo Regional que providencie, com toda a urgência possível, junto das entidades competentes a efetiva homologação do curso secundário de música, instrumento viola da terra que, de forma anormal e ilegal, funciona na nossa Região há sete anos letivos consecutivos, por incumprimento daquilo que são os procedimentos que devem ser observados na criação de cursos de ensino secundário.

O ensino da viola da terra, no caso do Conservatório Regional de Ponta Delgada, funciona desde o ano letivo de 1982/1983, como curso livre e em 2016, na sequência de um projeto de resolução apresentado pelo PSD, o Parlamento dos Açores, recomendou a criação do ensino secundário da viola da Terra.

Depois o Governo Regional da altura, em vez de proceder, como era sua obrigação, à tramitação legal que acontece e deve acontecer sempre nestes casos, depois de ter feito uma tentativa junto da Agência Nacional para a qualificação e o ensino profissional, depois dessa homologação ter sido

recusada, 15 dias depois, através de um mero despacho de um diretor regional, autorizou a abertura de concurso.

Só muito recentemente, quando voltamos, neste Parlamento, à apreciação de uma iniciativa do Partido Socialista, ironicamente, a defender a viola da terra, recomendando a consagração de um dia da viola da terra é que, no âmbito da discussão, surgiu esta dúvida sobre o que teria sido feito em 2016, na sequência da recomendação, na altura aqui aprovada.

Qual não foi o nosso espanto quando verificamos que nada havia sido feito e que, repito, passados 15 dias sobre a recusa da Agência Nacional para a qualificação profissional, um despacho do diretor regional foi o suficiente para abrir esse curso.

Urge repor a legalidade, mas mais uma coisa também, reparar e assegurar aos alunos que frequentaram, ao longo destes sete anos, nestas circunstâncias este curso, que possam ter validadas as competências que adquiriram, que, seguramente, de um plano de desempenho estarão asseguradas, mas que formalmente, do nosso ponto de vista, talvez não estejam, efetivamente, em condições de poderem ser apresentadas em qualquer sítio, quando elas forem exigidas ou reclamadas,.

E, portanto, é mais uma herança pesada que este Governo Regional toma como encargo para resolver, entre as muitas tarefas que tem para fazer e para levar por diante na nossa Região.

Disse.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, feita a apresentação da Iniciativa, o nosso Regimento prevê um período de 10 minutos para períodos de esclarecimento.

Pergunto se há algum pedido de esclarecimento?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar ao outro diploma que também é apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e PPM, para apresentação em Plenário do Projeto de Resolução n.º 173/XII - Realização de uma campanha de sensibilização da população para os riscos associados a elevadas concentrações do gás radão e promoção de boas práticas nesse âmbito.

Para a apresentação do diploma, tem a palavra o Senhor Deputado Gustavo Alves.

(*) Deputado Gustavo Alves (PPM): Senhor Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Apesar de já existirem muitos estudos a nível nacional e internacional e mesmo alguns trabalhos parcelares nos Açores, a respeito do radão e das suas consequências, quando o mesmo atinge uma elevada concentração, a verdade é que esta problemática é pouco conhecida nos Açores.

O radão é um gás radioativo natural que surge nas rochas através da desintegração do elemento urânio ali existente.

Também pode existir em água de nascentes através da absorção do gás emanado das rochas do subsolo. É um gás incolor inodoro e insípido, características que provocam que a sua deteção só seja possível através de recolhas de amostras e posterior análise em laboratório.

O radão pode ser detetado em qualquer edifício e ter níveis de concentração completamente diferenciados em imóveis adjacentes.

Tudo depende das características geológicas do local e da existência e estado de desintegração do urânio no solo.

O radão é um gás radioativo. A concentração de radão em espaços fechados, principalmente em edifícios acarreta riscos. A sua perigosidade decorre do facto de este gás e de os produtos resultantes do seu decaimento emitirem radiação que pode penetrar nos tecidos e danificar as células situadas nas zonas adjacentes às vias respiratórias levando, em casos extremos, ao desenvolvimento do cancro no pulmão.

Este gás radioativo natural existe em todo o planeta. De acordo com a Agência Portuguesa do Ambiente, o primeiro estudo para avaliação da concentração de radão no interior das habitações, iniciou-se em Portugal em 1987. Este levantamento nacional foi realizado pelo Departamento de Proteção e Segurança Radiológica do extinto Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial.

A mesma agência refere que em 2020 foi estabelecida uma parceria entre a APA e a Universidade de Coimbra para realização de um novo levantamento nacional, a campanha nacional de monitorização do gás radão.

Na verdade, os estudos abrangem apenas o território continental e, nessa medida, não tem objetivamente um carácter nacional. Isto, apesar dos riscos que acarreta uma elevada concentração de radão para a saúde humana.

Nesse sentido, o Governo Regional está a proceder a um estudo em todas as ilhas, de forma a avaliar a concentração de radão e elaborar posteriormente o mapa de sustentabilidade do radão nos Açores. Importa, no entanto, que se iniciem o mais rapidamente possível as campanhas de sensibilização da população açoriana em relação a esta temática e que se divulguem as boas práticas que mitigam o seu impacto.

É esse o propósito do Projeto de Resolução que a Coligação entregou ontem na Mesa do Parlamento. Trata-se de uma temática importante, a que interessa dar relevância, sem alarmismos e de forma responsável, junto da população.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Apresentado o diploma, pergunto se há pedidos de esclarecimento?

(Pausa)

Não havendo, vamos dar continuidade à nossa Agenda. Estávamos ontem no ponto 4, que é designadamente o Decreto Legislativo Regional n.º 56/XII, VII Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/A, de 2 de dezembro, que estabelece o regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo. Estava inscrito o Senhor Deputado Pedro Neves. Faça favor. que não se encontra na sala.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados:

E vou já, inicialmente, informar que nós iremos votar favoravelmente esta iniciativa.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Contudo, não quer dizer que concordamos com todo o diploma, obviamente, e temos alguns alertas vermelhos relativamente ao artigo 68.º e por uma simples razão, nós estamos a falar relativamente a todas as

manifestações desportivas que estejam aliadas ao turismo, a Senhora Secretária já está a abanar a cabeça, ...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Desporto não profissional!

O Orador: ... do desporto não profissional. Eu não disse profissional ou amador, sequer. Mas, nós sabemos que, dentro do desporto, é uma atividade bastante ampla, seja ela amadora, seja ela profissional. E vou buscar uma citação de Helmut que tem um estudo de 1993, que é - Tradicional Sport, Mass Sport and High Professional Performance Sport que fala tanto da parte amadora, como da parte profissional, por isso, a Senhora Secretária pode deixar de abanar a cabeça, e cito: “Sendo que, ao nível de eventos desportivos, estes podem ser realizados em qualquer um destes tipos de manifestações desportivas. Além disso, em termos de exploração turística (que é o que nós estamos aqui a falar), os grandes eventos desportivos combinam dois núcleos de atração, o núcleo turístico desportivo e um núcleo de eventos especiais e megaeventos.” E aqui está o problema do PAN. Quando à partida nós podemos fazer em despacho que é aquilo que o legislador pretende com o artigo 68.º, em que, à partida, não há sequer uma discussão da parte da Assembleia, e eu não tenho qualquer problema com as portarias, como a Iniciativa Liberal teve. Compreendo perfeitamente a posição da Iniciativa Liberal sobre isso, mas para nós não é um problema, mas o despacho para nós é um problema, porque aí dávamos um cheque em branco para o Governo, se tivéssemos um mega evento, aqui nos Açores, mesmo uma atividade desportiva amadora, o Governo assim não precisava de absolutamente nada da parte dos todos os Partidos e para nós esse é um problema e gostaria que a Senhora Secretária explicasse um pouco melhor, porque é um artigo demasiado abrangente, diz. só que faz em despacho e depois a decisão passa pelo Senhor Secretário. E agora pergunto, porquê a Senhora Secretária da Saúde e Desporto e a sua colega, a Senhora

Secretária do Turismo, não vai ter nada haver relativamente a uma atividade sim, que é desportiva, mas tem mais um teor turístico do que desportivo?

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Luís Parreira.

(*) **Deputado José Luís Parreira (IL):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhora Secretária, tendo em conta a resposta que deu ontem, fiquei com a sensação de que entendeu que a Iniciativa Liberal era contra a transferência dos apoios da palavra Açores, da Secretária do Turismo para a Secretária do Desporto.

Aquilo que eu disse ontem é que nós sempre defendemos a passagem dos apoios associados à palavra Açores da Secretária do Turismo para a Secretária do Desporto.

E uma vez que estamos a falar do deste tema, dos apoios associados à palavra Açores, gostava de fazer uma pergunta à Senhora Secretária e a pergunta é a seguinte, pretende obter um esclarecimento: Esses apoios também vão ser dados às sociedades anónimas desportivas, as SAD's? Ou serão apenas para os clubes?

Obrigado, Senhora Secretária.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Paulo Gomes.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Os números apresentados ontem pela Senhora Secretária Regional da Saúde e Desporto são motivo de satisfação para todo o movimento associativo desportivo.

Este Governo tem uma estratégia, tem uma linha orientadora que está já a produzir resultados, ou seja, para apraz-me dizer que estamos no caminho certo. É certo que os números apresentados pela Senhora Secretária, o sucesso dos números, tem muito do trabalho realizado pelas associações, pelos clubes e pelos nossos desportistas. No entanto, não podemos ignorar o trabalho realizado, o trabalho de fundo, o trabalho estruturante que tem sido realizado por este Governo Regional.

O Governo Regional dos Açores apresenta-nos aqui mais uma proposta de alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/A. É já a terceira vez que o faz nessa Legislatura, portanto, em sete já fez três, em apenas dois anos, o que é sinal de que este Governo Regional não está acomodado, está sempre em constante preocupação para fazer evoluir e melhorar o nosso desporto, sempre em sintonia com as associações que representam as modalidades.

São alterações que visam sempre o aperfeiçoamento deste documento, porque este documento nunca poderá ficar parado. Tem que ser sempre alvo de alterações, sempre em benefício do desporto e sempre tendo em conta evoluir dos tempos. E, neste sentido, o Grupo Parlamentar do PSD congratula o Governo por esse esforço, no sentido de valorização.

Mas, não tem sido apenas um neste DLR que o governo tem que intervindo, e bem, no desporto. Posso dar aqui dois exemplos, um tem a ver com questões de ética: o Governo Regional, através de uma parceria com uma IPDJ, tem a implementação do plano nacional para a ética no desporto, através de várias ações, como por exemplo, a promoção de concursos, textos literários com o tema: “ética na vida e no desporto”.

Lembro que em 2023, já durante este ano, foi entregue um prémio a um recluso do estabelecimento prisional de Angra do Heroísmo que concorreu e venceu. Portanto, aí está uma boa iniciativa.

Existe também um apoio a eventos desportivos, cuja temática da ética está presente, premiando com a bandeira da ética as associações ou clubes que têm ações ou comportamentos meritórios, numa perspetiva ética.

E temos também um iniciativa que é de louvar, que é o *Despertar*, que vai permitir aferir de forma credível e científica o ponto de situação das crianças açorianas, em critérios como o crescimento físico, o desenvolvimento motor, a prática desportiva, os níveis de atividade física, fatores de risco metabólico e os comportamentos de saúde nas crianças, nos jovens e nas famílias açorianas.

Este é, sem dúvida, um programa estruturante para a aferir a real situação das nossas crianças e dos nossos jovens e que realce também, nesse sentido, as políticas transversais, pois englobam cinco direções regionais nesse grande projeto, porque só após a conclusão desse projeto é que poderemos realmente ver o estado em que se encontra a nossa juventude.

Relativamente às alterações, também o Grupo Parlamentar acompanha aquilo que são as propostas e vou realçar aqui três grandes propostas do DLR. Uma tem a ver com o jovem talento regional, a divisão em dois níveis, o *a* e o *b*, que vai permitir que os atletas de nível *a*, que já se encontram no nível superior, nomeadamente a representar as seleções nacionais, a participar em campeonatos do mundo da Europa, que possam ter um apoio mais significativo para atingirem o patamar do alto rendimento.

Em relação aos atletas que passam para o *b*, pois também continuarão a ter apoio que lhes permitirá continuar o seu desenvolvimento, de forma a chegar ao nível *a*.

No que concerne ao apoio da Palavra Açores e às deslocações dos clubes para competições internacionais, pois também para nós faz todo o sentido.

Anteriormente estas decisões eram tomadas em Conselho de Governo, nomeadamente a Palavra Açores, que era tomada sempre em reunião realizada em outubro, portanto, os clubes iniciavam a sua época desportiva sem saberem se iam receber, quando é que iam receber, quanto é que iam receber.

Na época passada, o Governo, e bem, tomou esta decisão em Agosto, ou seja, os clubes já na pré-época já sabiam quanto é que iam receber e como iam receber, além daquela questão de terem recebido 50% do apoio a meio da época desportiva.

Portanto, foram duas medidas fundamentais e em que todos os clubes, pelo menos aqueles com quem eu contatei e foram quase todos, ficaram muito satisfeitos com essas duas medidas.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: Com esta alteração, proposta aqui pelo Governo, deixa de ser em Conselho de Governo e passa a ser da competência da Secretaria Regional da Saúde e Desporto, nomeadamente da Direção Regional do Desporto.

Também para a também para as deslocações das equipas em provas internacionais, também com esta proposta do Governo, deixa de estar sujeita ao Conselho do Governo e passa a ser da competência da competência da Direção Regional do Desporto e da Secretaria.

Portanto, parecem-nos duas medidas que vem de encontro àquilo que os clubes e associações pretendem e, portanto, penso que será muito importante.

Os Partidos da Coligação PSD, CDS-PP e PPM também apresentam aqui uma proposta de alteração que tem a ver com o artigo 28.º, no seu n.º 6. Passo a ler o texto atual: “Para os escalões de juniores, juvenis, iniciados ou similares na participação em quadros competitivos com regularidade anual de deslocações, apenas são concedidos apoios para a realização de jornadas duplas.” Com a nossa proposta de alteração, o texto passará a ser o seguinte: “Para os escalões de juniores, juvenis, iniciados ou similares, na participação em quadros

competitivos com regularidade anual de deslocações são concedidos, apoios para a realização - e aqui é que está a alteração - de jornadas simples ou duplas, consoante os regulamentos federativos em vigor.” Ou seja, para aquelas modalidades coletivas em que se torna complicado, difícil jogar em dois dias seguidos, com esta alteração, poderão realizar essas jornadas com um maior espaço temporal entre os 2 jogos.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: Para terminar, não podia deixar de fazer três questões, Senhora Secretária. Perguntava-lhe, quantas crianças já participaram no inquérito do Programa Despertar?

Em relação ao apoio à Palavra Açores, quando prevê que sejam divulgado estes mesmos apoios, quanto é que os clubes vão receber?

E, se nesta época desportiva que vai se iniciar muito em breve, se os clubes podem voltar a contar com um pagamento de 50% do apoio, sensivelmente a meio da época, tal como ocorreu na época passada?

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Excelente intervenção!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (IND):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A minha intervenção não será muito diferente da intervenção que fez o Deputado Pedro Neves do PAN. Na generalidade, concordo com as alterações

que esse diploma propõe relativamente ao diploma inicial de 2009, no entanto, também, tal como o Deputado Pedro Neves, também levanta muitas dúvidas, o artigo 68.º.

E se a redação inicial do diploma inicial para o artigo 68.º, por si só, já não era uma redação clara - do diploma inicial -, com este projeto legislativo regional essa clareza, no meu entender, ainda fica mais turva.

É matéria que carece de esclarecimentos e, sinceramente, até que consigam convencer, do contrário, eu não entendo, porque é que a declaração de especial relevância turística passa a ser da competência da Secretária Regional da Saúde e do desporto.

Isto é uma matéria que me constrange bastante porque eu entendo que uma matéria desta ordem, quando estamos a falar aqui de apoios que muitas vezes são das dezenas de milhares de euros e se calhar até mais, das centenas de milhares de euros, é bom que fique devidamente esclarecido para bom nome dos atos de governação, para bom esclarecimento da população visada com esses apoios, eu entendo que o bom esclarecimento do conteúdo desse artigo 68.º é fundamental porque, caso contrário e informando já à Câmara, se efetivamente não resultar um esclarecimento de claro e inequívoco do artigo 68.º vou votar favoravelmente os outros artigos, mas contra o artigo 68.º.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Rodolfo Franca.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Gostaria de fazer a minha intervenção sobre as propostas do Governo Regional de alteração ao regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo, gostaria de fazer a minha intervenção dividindo-a em duas partes. Uma primeira

parte relativa à análise do diploma em si e uma segunda parte, digamos que, refletindo aquilo que a Senhora Secretária mencionou, nomeadamente ali da tribuna e algumas observações que aqui já foram feitas, em sede de debate.

Numa primeira parte, analisando o documento, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fê-lo sempre olhando numa perspetiva de análise em que tentou verificar se estas propostas traziam, de algum modo, alguma mais-valia, nomeadamente ao nível da eficácia, da eficiência da atribuição dos apoios. Portando, do nosso ponto de vista, as propostas de alteração, sendo elas muitas ou poucas, o que para nós seria relevante seria analisá-las à luz do benefício dos agentes desportivos, ou seja, se essas propostas trazem maior eficiência na aplicação destes apoios.

Resumidamente, apesar de serem inúmeras as propostas, acabámos a perceber que se resumem em três questões. Inúmeras são as propostas, são muitas, ao longo do documento, são muitas as propostas de alteração, mas resumidamente focam-se em três questões.

Uma primeira questão, como aqui já foi dito, prende-se com o jovem talento regional. E, no que toca à proposta de alteração referente ao jovem talento regional, nada temos a opor, vamos dizer assim. Parece-nos que é uma das formas de trazer, eventualmente, porque é isso que o Governo defende e alega para a proposta que faz, de trazer aqui uma valorização do percurso do atleta e é isso que, no fundo, o Governo alega e é nisso que nós acreditamos, portanto, quanto a esta primeira questão, nada temos a opor.

Uma segunda questão e que, no fundo, reúne uma série de propostas de alteração ao longo de todo o documento, tem a ver com a transferência de poderes. Ou seja, transfere a decisão da atribuição dos apoios do Conselho do Governo para uma portaria para a tutela da Secretaria do Desporto, neste caso da Saúde e Desporto.

Ora, estamos então falando de uma delegação de competências, vamos chamar-lhe assim, no que toca à atribuição dos apoios das atividades de treino e competição dos escalões de formação, das atividades competitivas de âmbito nacional, das atividades competitivas de âmbito internacional, da definição do valor base para os prémios de classificação, subida de divisão e manutenção, da definição dos prémios e classificação dos desportos coletivos, da definição do valor base dos apoios aos clubes pela utilização de atletas formados nos Açores e da definição das modalidades prioritárias para o investimento na procura da excelência desportiva. Portanto, não se resume aos apoios nas modalidades de nível internacional ou que participem em atividades de nível Internacional, mas sim a tudo isto.

E quanto a esta segunda questão, digamos assim, não nos opomos, mas temos sérias dúvidas de que esta transferência de poderes, ficando meramente na mão da tutela da Secretaria do Desporto, daquela que tutela o desporto, temos sérias dúvidas que seja na realidade uma mais-valia.

Desde logo, damos o exemplo em que uma modalidade desportiva que se inicia num ano económico e que finda no ano económico seguinte, do nosso ponto de vista, será bastante complicado uma Secretaria Regional tomar decisões determinantes e com apoios financeiros, no que toca à modalidade desportiva, na sua época desportiva, completa. Parece-nos confuso, parece-nos complicado, sem que seja o próprio Conselho do Governo, chamamos-lhe assim, para não dizer, no mínimo, a Secretaria Regional das Finanças, diretamente envolvida, a tomar este tipo de decisões.

A terceira questão, questão prende-se com a Palavra Açores, como também aqui já foi dito. E, no que toca a esta terceira questão e também como aqui já foi dito, nós, neste caso, não concordamos com esta proposta de alteração. Nós entendemos que desvirtua o conceito da Palavra Açores, porque o propósito que fez nascer este conceito prende-se, efetivamente, muito mais com a área do

turismo, que é onde a competência está descrita e não com a área do desporto e porquê? Porque o princípio é exatamente a valorização dos Açores, além-fronteiras e, portanto, isto, ficar, simplesmente, nas mãos da tutela do desporto, não concordamos definitivamente, desde logo porque desvirtua o princípio que fez nascer o conceito da Palavra Açores.

E quanto a esta primeira parte da minha intervenção, estamos conversados, pelo menos para já, mas eu poderia ainda chamar a atenção para o seguinte, para completar esta minha primeira parte da intervenção, o Governo também deve estar de algum modo muito confundido com a questão da Palavra Açores, porque a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e infraestruturas, que de momento não está, referiu, há sensivelmente um ano, o seguinte e passo a citar: “Quer o montante global, quer a sua distribuição por clube, equipa são realizados por resolução do Conselho do Governo e devidamente enquadrados no Plano Anual Regional.” Portanto, parece-nos a nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que no mínimo, esta frase merece uma reflexão da parte do Governo.

Segunda parte da minha intervenção e que tem a ver exatamente com aquilo que a Senhora Secretária e com o debate que aqui já foi feito.

Primeiro, a Senhora Secretária, eu diria que, muito pouco delicadamente e não tenho nenhuma preocupação em defender a Iniciativa Liberal, disse ontem que o Senhor Deputado Representante da Iniciativa Liberal, não perceberia nada dos apoios, portanto, seria isso muito natural. Pois eu só tenho uma coisa a dizer, Senhora Secretária, estranhei imenso, quando a Senhora Secretária lendo daquela tribuna, confundiu, por mais do que uma vez, despacho com portaria, portaria com despacho.

E, portanto, Senhora Secretária, começamos a estranhar tanta sapiência neste domínio.

Revolução desportiva, Senhora Secretária, um novo paradigma, uma palavra tão cara a este Governo. Pois bem, das duas uma, Senhora Secretária, ou há uma tremenda falta de transparência, ...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Qual falta de transparência?

O Orador: ... no fundo que já estamos bastante habituados, relativamente aos dados estatísticos, ou então, os dados que nós conhecemos e que aqueles que suportaram a sua intervenção, serão do ano de 2021. Pois, se forem realmente do ano de 2021, parabéns! Mas, parece-me que o Partido Socialista, anterior Governo, também terá alguns parabéns a receber nesse domínio.

Se assim não é, pois gostaríamos muito de conhecer os dados relativos ao ano de 2022, que, pelos vistos, só a Senhora Secretária conhece.

Por outro lado, Senhora Secretária, era bom que os resultados e que aquela forma tão feliz de os apresentar tivessem um suporte, talvez um pouquinho mais sério e eu sublinho um pouquinho mais sério.

E porque é que digo isto sem pejo nenhum Senhora Secretária? Porque parece-me que não é sério analisar os resultados de 2021, dizer que foram muito bons, olhando apenas para os resultados do ano de 2020. Porque, como todos bem sabemos, os resultados do ano de 2020 estão limitados ao problema da pandemia. E, portanto, alegar que foi tudo muito bom porque se comparou com o ano de 2020, no mínimo não será assim tão sério, porque se olharmos ao ano de 2019, anterior ao ano de 2020, ...

Deputado Paulo Estevão (PPM): 2019 é anterior a 2020! Bela observação, Sr. Deputado!

O Orador: ... vamos então olhar: temos número de atletas federados do ano 2019, 22816 e em 2021, 22658. Menos, portanto, atletas federados são menos.

Escalões de formação, no ano 2019 foram 17331. Em 2021, 16685. Menos.

Modalidades desportivas, no ano 2019 foram 47 no ano de 2021, 44. Menos.

Árbitros juízes, no ano de 2019 foram 1187, se não anotei mal, mas parece-me que é exatamente assim, e no ano de 2021, 1083. Também menos.

Dirigentes, no ano 2019, 1519 e no ano 2021, 1031.

Senhora Secretária, eu acho que são dados mais do que suficientes para ter algum pejo em vir alegar que foi um fenómeno de sucesso na área do desporto que o anterior governo não conseguiu ter.

Só uma perguntinha, Senhora Secretária, o facto de este ano não temos participado nos jogos das ilhas não a deixa constrangida nem um pouquinho? É porque desde 1998, os resultados das nossas participações foram sempre evoluindo, com exceção do ano de 2013, em que foi um ano económico em que tudo o demais parou e, portanto, fica a questão, Senhora Secretária.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhora Secretária Regional da Saúde e Desporto tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente:

Não sei bem para onde hei de começar, se desmontar novamente os dados que o Senhor Deputado Rodolfo apresentou, mas acho que não vale a pena, porque

acho que ninguém acredita que qualquer Membro do Governo seja mais, ou menos sério que o Senhor Deputado nesta Casa e eu também não sou diferente. Como tive oportunidade de dizer, os dados são referentes ao ano de 2022 e, portanto, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Que dados são esses?

Deputado Rodolfo Franca (PS): Onde é que eles estão?

A Oradora: Tenha calma que vão ser publicados. Não viria para aqui anunciar dados, dos quais nós não temos qualquer referência, como é óbvio, como é óbvio, não iria cair nessa asneira.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O que de facto incomoda o Partido Socialista, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não incomoda nada, Sra. Secretária!

A Oradora: ... é que este Governo teve a coragem de criar políticas estruturantes para o desenvolvimento desportivo da Região. Isso é que verdadeiramente incomoda e tem tido igualmente a coragem de, nesta Legislatura, pela terceira vez, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quanta arrogância vai por aí fora! É aos trambolhões

A Oradora: ... vir fazer uma alteração a um diploma que efetivamente acreditamos que deve ser melhorado para contribuir igualmente para o melhor sucesso desse mesmo desenvolvimento desportivo.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem

A Oradora: Portanto, isso verdadeiramente deve incomodar, mas felizmente, quer os atletas desta Região, quer os clubes quer os árbitros, quer os dirigentes,

certamente, estarão satisfeitos e ficarão mais satisfeitos com as condições que estamos aqui a criar. **Deputada Andreia Cardoso (PS)**: E ainda bem!

A Oradora: Ainda bem, Senhora Deputada Andreia Cardoso, mas não parece! Parece que qualquer bom resultado que nós vínhamos aqui trazer a deixa cada vez mais incomodada e isso não é verdade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Eu não sou desonesta, eu não estou desorientada, não estou nada disso. Eu vim aqui trazer aquilo que é a verdade. Se a deixa incomodada, pois olhe, eu não tenho outra forma de trabalhar e venho aqui dizer aquilo que na realidade se passa.

Mas não faz mal, porque não é esse seu descontentamento que me move. O que eu acho também aqui estranho é que, por exemplo, o Partido Socialista não queira saber o que é que tem sido, o percurso ou a evolução do jovem talento regional na Região, por exemplo.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Isso que estamos aqui a debater que não queira saber, por exemplo, a nível de alteração monetária, o que é que estamos aqui a falar? Qual é o valor que será atribuído? Pois bem, também na Região há de facto um trajeto nesse campo, um trajeto que não se iniciou agora, é certo, mas que, atualmente, no ano de 2022, temos 51 jovens talento regional e 12 jovens incluídos no estatuto de alto rendimento.

Com esta alteração, aquilo que nós pretendemos, sem mexer no valor global que é atribuído ao jovem talento regional, é dar ao nível *a* cerca de 3150€ e ao nível *b* 1350€. Portanto, há aqui uma discrepância entre os níveis e acreditamos que nessa discrepância estamos a valorizar o percurso daquele que está mais

próximo da inclusão do alto rendimento. São esses os atletas de excelência que terão maior probabilidade de chegar às seleções nacionais. É este o trajeto de um jovem talento regional e esta a aposta deste Governo, numa perspetiva de melhoria e de sucesso do desenvolvimento desportivo. É aqui que acreditamos que podemos fazer a diferença.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Em relação à Palavra Açores, pois bem, o artigo 68º que está de facto aqui a causar alguns constrangimentos e que eu estou disponível para esclarecer, como também já tive a oportunidade de dizer ali da tribuna, estamos a falar de desporto não profissional. Uma SAD se for participar numa competição amadora, poderá ser apoiada. Se for participar numa competição profissional, a DRD não tem competência para apoiar o desporto profissional, é feito através do outro sistema que ultrapassa a DRD e, portanto, de forma transparente, eu já esclareci desse ponto de vista.

Em relação aos eventos desportivos e esta relevância, como diz no ponto 2, os eventos desportivos com relevância turística correspondem a iniciativas potenciadoras do desenvolvimento turístico dos Açores, com particular incidência na dignificação e no desenvolvimento desportivo. A declaração de especial relevância é feita por despacho do membro do Governo Regional competente, em matéria de desporto.

Obviamente, que isto tem que ver com o impacto da competição no próprio mercado desportivo e o que a Secretaria Regional, em conjunto com a DRD, pretende aqui incutir, são, obviamente, critérios de desenvolvimento desportivo que eu ainda ontem tive oportunidade de esclarecer e de referir aqui, nomeadamente em resposta à Senhora Deputada Alexandra Manes, pretendemos aqui aliar o impacto financeiro com o desenvolvimento desportivo em competições não profissionais. Temos que dar essa sustentabilidade aos clubes e é isso que pretendemos fazer. Obviamente que é a

Secretaria Regional da Saúde e Desporto que melhor conhece as características do quadro competitivo, a sua abrangência geográfica, o seu grau de visibilidade nacional, bem como, a notoriedade do próprio quadro competitivo. É isso que aqui pretendemos.

Não vamos apoiar desporto profissional. Isso não é uma competência da Secretaria Regional da Saúde e Desporto. Não estamos a direcionar estes apoios para equipas profissionais ou para eventos de grandes dimensões do foro automobilístico, que é isso que está aqui a causar incómodo aos senhores deputados e que ainda nenhum teve a coragem de dizer de forma transparente, mas estou a assumi-lo. É isso que está aqui.

Deputado Berto Messias (PS): Como é que é?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Afinal os senhores tinham um elefante no meio da sala!

A Oradora: Em relação às propostas de alteração que o Partido Socialista fez chegar. Eu gostaria de acrescentar que, neste momento e também questionando o Senhor Deputado Rodolfo, quando fala aqui no ponto 1 do artigo 32.º. vem aqui falar em despesas que sejam elegíveis, os custos de transporte e de estadia, assim como, outras despesas inerentes à participação desportiva. E eu pergunto que outras? Isto porquê? Porque neste momento o Governo Regional já apoia até 95% das despesas com viagens a partir de Lisboa e até ao destino da competição, que nós nunca sabemos de forma atempada, onde será. Da mesma forma que apoia já em 100% o destino das equipas entre a Região e a competição a nível nacional. Além disso, temos apoios complementares que são pagos ao dia e que poderão ser majorados, conforme critérios que as próprias equipas apresentem. Portanto, já há aqui um esforço bastante significativo do Governo Regional, há aqui responsabilidade, do ponto de vista financeiro que tem que ser acautelada, dentro daquilo que é possibilidade do Governo e há limites que nós não podemos ultrapassar para continuarmos a cumprir com os

nossos objetivos. Disso eu não vou abdicar, nem vou deixar que façam isso, porque efetivamente tem que haver compromisso do Governo, mas igualmente os clubes terão de ser responsabilizados.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Para terminar, e em relação a perguntas que me foram colocadas, nomeadamente, pelo Senhor Deputado Paulo Gomes relativamente ao projeto Despertar, de facto é um projeto que nos orgulhamos muito, é um projeto que estamos a trabalhar em estreita colaboração com a Universidade do Porto, um projeto que já permitiu alcançar mais de 5300 crianças da Região Autónoma dos Açores, que abrange vários departamentos do Governo e é um exemplo a seguir, a nível nacional e penso mesmo que a nível mundial não será possível realizar um estudo com esta dimensão e com esta abrangência.

Portanto, estamos no bom caminho, sabemos que há resultados que nos vão deixar preocupados e, aliás, publicamente já tivemos esta manifestação, mas estamos cá para encontrar soluções e é nisso que estamos empenhados em trabalhar.

Para terminar, em relação aos apoios da Palavra Açores, que há bocadinho me esqueci de referir, pois bem, não vou relembrar aquilo que já foi dito, porque isso também é algo que incomoda o Partido Socialista, na medida em que este Governo teve a ousadia de antecipar a atribuição destes valores. Havia equipas que só recebiam esse valor no final da época, atualmente isso não está a acontecer, portanto, é a nossa intenção que final de julho, início de agosto, sejam divulgados os valores a atribuir e que no início da época de 2023, as equipas possam já receber a primeira tranche, acautelando os primeiros meses de competição.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

E, portanto, é essa a nossa intenção, é isso que queremos manter e sabemos que também é esse o feedback que as equipas nos dão, que estamos no bom caminho, sabendo também que há muito trabalho a desenvolver e, como tive oportunidade de referir ontem, isto não é uma corrida de 100 metros, é sim uma maratona que o Governo irá terminar com sucesso.

Muito obrigada.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Secretária Regional.

Senhor Deputado Paulo Gomes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Foi dito aqui que o Governo Regional está a confundido.

Eu acho que quem está a confundido é o Partido Socialista nalgumas das afirmações que produziu aqui neste debate.

Começo por falar nos jogos das ilhas, por acaso, os Deputados do Partido Socialista sabem porque é que os Açores não participaram nos jogos das ilhas deste ano?

Sabem?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Isso é que é uma pergunta!

O Orador: Perguntaram? Tentaram os ser esclarecidos?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Por acaso, sim!

O Orador: Não souberam. Senhora Deputada Andreia Cardoso, não souberam. Os Açores não participaram nos jogos das ilhas, porque este ano o quadro competitivo era paupérrimo. Havia poucas regiões a participar e foi combinado com as associações e as associações preferiram pegar naquele dinheiro e participar em competições que enriquecessem mais a sua evolução competitiva.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Foi isto que aconteceu, tudo articulado com as associações.

Para terminar, não posso deixar de falar novamente na Palavra Açores, que com esta medida, vai garantir uma maior previsibilidade na entrega dos apoios. Isto para além de algo que já aconteceu no passado e tenho certeza que vai acontecer novamente, que são mais clubes a receberem. havia um enorme injustiça de escalões e modalidades em que só um clube recebia e na época passada isso já não aconteceu. Portanto, eu não vejo qual é o problema e qual é a dúvida, em passar do Conselho de Governo para a Secretaria Regional da Saúde e Desporto. Não vejo qual é o problema.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Mas eles hão de saber explicar qual é!

O Orador: O problema para nós era quando era decidido em outubro, quando os clubes recebiam no final da época. Já viram o que é um clube participar uma época inteira desportiva e só recebeu apoio no final?

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, o que eu aconselho ao Partido Socialista é, perguntem aos clubes todos, ao Sporting da Horta, ao Fontinhas, a todos esses clubes que recebem, se gostaram ou não de receber 505 a meio da época?

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E se gostaram ou não de, em agosto, já saberem quanto é que iam receber e quando é que iam receber?

Portanto, esta é a pergunta que tem que fazer aos clubes das vossas ilhas. Perguntem, antes de vir para aqui dizer que o Governo Regional é que está confundido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Rodolfo Franca dividiu este debate em dois períodos. A seguir devem vir os outros dois.

Mas, o que devo dizer é que o que eu que eu assisti foi a Senhora Secretária Mónica Seidi fazer um conjunto enorme de afundações, que levam o resultado a uma espécie de goleada, neste momento. Senhor Deputado Rodolfo Franca, diz Vossa Excelência, eu vou utilizar a sua lógica cartesiana: os resultados de 2022

e os dados de 2022, que são anteriores, com a sua lógica, a 2021, que são anteriores a 2021, são resultados que mostram até que ponto é que estão a ser eficazes as políticas do Governo, em matéria de desporto.

Senhor Deputado Rodolfo Franca, diz Vossa Excelência que tem dúvidas em relação a um conjunto de matérias.

O que eu devo dizer é que, do ponto de vista daquilo que é estratégico, daquilo que é importante, daquilo que é clarificador, o que nós temos, em termos desta iniciativa e de melhoria, é incontestável.

Em primeiro lugar, as regras e os critérios que conferem aos atletas o regime de alto rendimento e jovens talentos regionais é clarificado e isso é uma vantagem e é melhorado.

Em segundo lugar, também os valores dos apoios aos clubes pela utilização de atletas formados nos Açores é algo que é clarificado, é algo que é melhorado.

Em relação a um quarto ponto estratégico que é fundamental, o cálculo a partir de um valor idêntico para todas as modalidades nos prémios de classificação, subida de divisão e manutenção, é algo que é clarificado, é algo que é melhorado.

Um quarto ponto que quero aqui salientar, a relevância turística das iniciativas potenciadoras do desenvolvimento turístico dos Açores. Também é clarificado, é potenciado, é melhorado.

Senhor Deputado, sendo Vossa Excelência um ilustre professor de educação física, sempre achei que não tivesse, em relação a esta matéria, em relação à Palavra Açores ficar, a partir de agora, e no âmbito que foi descrito na área do desporto e na Secretaria que passa a ser responsável nesta matéria e no âmbito descrito, o que lhe quero dizer é o seguinte, não percebo a menorização que fez em relação a esta alteração. Porquê? O desporto é o parente menor? O desporto, de alguma forma, tem que ser desvalorizado neste âmbito?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não tem nada a ver com isso!

O Orador: O que lhe digo é exatamente o contrário é que o desporto, nesta matéria, deve ser valorizado e, sim, o desporto significa para nós, para os Açores, uma forma de promoção que tem sido muito importante para a valorização do destino Açores.

Por isso, Senhores Deputados do Partido Socialista, fundamentalmente, a quem estou a dirigir esta resposta, o que vos quero dizer é que o conjunto de argumentos que aqui apresentaram, para de alguma forma, tentar diminuir a projeção desta proposta ou a sua eficácia, não colhem, foram desmontados ponto por ponto, por parte do Governo Regional e também aqui, por parte e de forma brilhante, pelo Senhor Deputado Paulo Gomes.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: Há outra coisa que eu aqui quero referenciar, aproveitando os exemplos que foram dados aqui pelo Senhor Deputado Paulo Gomes, que é a ligação destas propostas com os clubes, com as associações, ou seja, este Governo está a legislar, sempre em negociação, sempre em diálogo com os agentes desportivos e isso é fundamental e isso faz toda a diferença.

De forma a que os apoios à área desporto possam chegar a tempo e horas, de forma de forma a que possam ser eficazes e de forma a que o conjunto de propostas que aqui são apresentadas, são propostas previamente dialogadas com os diversos agentes desportivos. E isso é uma enorme vantagem, como está a ver, porque quando se aqui se apresenta propostas, neste âmbito, nós podemos contar com o apoio da maioria esmagadora dos agentes desportivos e isso é muito importante...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e isto valoriza muito o esforço legislativo que o Governo está a fazer.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Para participar no debate tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (IND): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Começava esta minha segunda intervenção por agradecer alguns esclarecimentos que a Senhora Secretária Regional da Saúde e do Desporto, entretanto, já fez aqui, neste espaço de debate, que contribuiu, de alguma forma, para algum esclarecimento sobre a matéria do artigo 68.º. Matéria essa que, entretanto já aqui nas Galerias, fui procurando recolher mais informação, juntando à sua, que também teve utilidade.

Mas, antes de terminar a minha intervenção, tenho que lhe dizer uma coisa, Senhora Secretária, não lhe admito nem a si, nem a ninguém nesta Câmara, que me acuse de falta de coragem para falar seja do que quer que seja, nem a si, nem a ninguém! Porque o dia em que eu tiver que falar do Santa Clara, do Operário ou do Clube Desportivo Comercial, eu falo aqui com a voz que tiver que falar.

Eu não lhe reconheço créditos suficientes para andar aqui a insinuar falta de coragem aos outros Deputados dessa Casa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Senhor Presidente - o que vale é que eu tenho senso de humor - Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Ainda hoje de manhã, aqui debatíamos sobre a prevenção e as drogas, etc., e penso que disse, o desporto é fundamental neste trabalho de prevenção. É ou não é Senhora Secretária? Já falamos sobre isso, como é a cultura e outras coisas, mas agora o desporto. É fundamental, apostar no desporto.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Sr. Deputado está a precisar muito dele!

O Orador: Eu estou a necessitar de muito desporto, não pouco, mas muito desporto, Senhor Deputado do PPM, mas fala o nu do mal vestido, como é normal.

Mas, brincadeiras à parte, entre gordos, nós temos que levar o desporto a sério e não vou dizer que não temos levado. Temos levado o desporto a sério e temos Senhora Secretária, sim, cada vez mais, especialmente no desporto onde estão os nossos jovens, os nossos adolescentes. Este é fundamental.

E agora vou dizer aqui uma coisa, que me perdoem muitos dos meus amigos que me vou ouvir, eu não quero pagar desporto de ricos com o dinheiro dos contribuintes e alguns deles acabaram de perceber o que é que eu disse.

Nós temos que apostar naquilo que é o desporto mais abrangente, porque o dinheiro não é infinito e tem que chegar a muita gente. Infelizmente, há desportos que são demasiado caros e eu, que até, de certa forma, me liguei algumas vezes a isso, também tinha alguma dificuldade em acreditar no retorno. E o desporto, como o futebol de topo, onde se anda a brincar com milhões de euros, eu tenho muita dificuldade em aceitar isto. E tenho muita dificuldade porquê? Eu sei que não é competência do Governo Regional, mas que pedia também alguma sensibilidade ao Governo Regional. Na minha terra natal está prometido o piso sintético há imenso tempo. A Câmara Municipal já prometeu *n* vezes. A verdade é que, temos uma escola de formação, eu estou a falar de São Roque, de Ponta Delgada, temos uma boa escola de formação e eles continuam a ter alguma dificuldade e até fizeram disto e o senhor assistiu a isso,

fizeram uma certa alegria com isto, a verdade é que, nós temos que apostar nos nossos jovens.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Acabou de dizer que é competência da Câmara Municipal!

O Orador: Pode se inscrever, Senhor Deputado.

Eu acabei de dizer, Senhor Deputado, que é competência da Câmara Municipal, mas também é competência nossa, quando estamos a ver que as coisas não se resolvem, pelo menos é minha. Se não quiser que seja vossa, estão à vontade, façam como quiserem. O problema é vosso, não é meu. Eu não vim para aqui fazer amigos. Eu vim para aqui falar das coisas e a verdade é que o campo de futebol de São Roque continua por se realizar. De quem é a competência? Eu sei de quem é a competência, já falei. Agora, estou aqui a sensibilizar e seja aqui, seja noutra sítio, criar também outros recintos onde se possa praticar, porque o desporto, enquanto os miúdos, os adolescentes, os jovens estão aprendendo a praticar desporto, uma coisa, nós sabemos todos e posso garantir, não estão noutros sítios, não estão naquilo que nós não queremos que eles estejam. E é pela promoção dos estilos saudáveis de vida que nós vamos combater aquilo que hoje de manhã falávamos, que é triste, existe e não podemos ignorar.

Da parte do CHEGA, tem o nosso apoio este diploma e tudo o que venha neste sentido.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Rodolfo Franca, faça o favor.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Paulo Estêvão, é evidente que o desporto me é muito caro, não é em vão que falo dele e, portanto, fiquemos por aqui, porque, como é evidente para mim, o desporto não é um parente menor. Portanto, não faz absolutamente sentido nenhum dizer isso, Senhor Deputado, porque aquilo que nós questionamos não se prende com a menoridade dos parentes, vamos dizer assim. O que nos constrange é deixar na mão da tutela decisões que nós entendemos que efetivamente deve ser o Conselho de Governo que as deve tomar. E expliquei há pouco, durante bastante tempo, o porquê disto e parece-me que, se não fui claro, pois poderei explicar noutro momento, mas procurei sê-lo.

Quanto ao ano de 2022, gostaríamos e parece-me que seria de bom tom, quando a Senhora Secretária e o Governo aqui trazem números, seria de bom tom esta Casa conhecê-los também. Parece-me que isso é uma boa prática, será transparente. Parece-me que não é pedir muito que também nós conheçamos os números, quando a Senhora Secretária alega que são os melhores de sempre.

Depois, a Senhora Secretária, eu julgo que não terá entendido bem o porquê da nossa proposta de alteração. A nossa proposta de alteração, resumidamente, não pretende, digamos que, acrescentar ou sobrecarregar mais a tutela, em termos de apoios. O que pretende é garantir que no decreto legislativo regional estejam plasmados os apoios que atualmente estão em portaria. E, portanto, é apenas por isso que no fundo foi transferido para aqui, por nossa proposta, este texto. Não há aqui um acréscimo, não há aqui uma tentativa de sobrecarregar inconscientemente a Secretaria Regional ou mesmo o Governo Regional.

A Palavra Açores, daquilo que eu fui ouvindo, as dúvidas, que temos não são apenas nossas. Aquilo que dissemos e sublinho é, do nosso ponto de vista, a

Palavra Açores tem um propósito: o propósito de apoiar a Palavra Açores é apoiar quem defende a Região, melhor dizendo. E, portanto, nesse sentido, nós entendemos que a transferência de poderes, única e simplesmente, para a tutela do desporto, do nosso ponto de vista, é muito redutor e desvirtua o conceito, foi isso que eu disse, e é isto que eu repito.

Não sei se faltou aqui alguma coisa, mas Senhor Deputado Paulo Gomes, não estamos absolutamente nada confundidos, valorizamos, as melhorias deste documento, porque o documento mereceria até um aprofundamento maior, não o dissemos, porque efetivamente não o fizemos. Agora, Senhor Deputado Paulo Gomes, a frase que eu que eu citei da Senhora Secretária deixa-nos confundidos e deixará a qualquer um desta Assembleia confundidos, porque, efetivamente, defender que deve ser o Conselho de Governo e depois transferir a competência para a Secretaria do Desporto é, no mínimo, estranho quando vem exatamente do mesmo Governo Regional.

Obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente, esse é que é o argumento!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Paulo Gomes , pede a palavra. Faça o favor.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Muito rapidamente, esta questão do turismo, queria perguntar ao Senhor Deputado Rodolfo Franca, durante os anos todos que esteve no Turismo, o que é que foi feito, por parte dos do Governo, para que os clubes pudessem promover? Foi pedido algum critério, algumas condições aos clubes para que transmitissem, além do nome da camisola? E o que o Governo apresenta-nos nas suas alterações é que realmente vai haver um conjunto de requisitos, por exemplos: os clubes terem formação, o número de treinos e outras condicionantes que a Senhora Secretária falou.

Portanto, eu penso que não é por aí. Não é por passar do Turismo, para a Secretaria Regional da Saúde e Desporto que vai deixar de haver promoção. Muito pelo contrário, vão existir critérios que vão ser um pouco mais exigentes, o que é bom para todos.

Portanto, era isso, Senhor Presidente.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Senhor Deputado Rodolfo Franca, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Há pouco, disse, enganando-me, passando do Conselho de Governo para a tutela do desporto, queria dizer da tutela do turismo para a tutela do desporto, no que toca à palavra Açores. Foi uma gralha, mas está corrigido, penso eu.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Vasco Cordeiro tem a palavra, faça o favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhora Secretária Regional, a questão em concreto que se coloca e que eu gostaria de ...Eu peço desculpa se, por acaso, perdi a sua explicação. Se assim foi, eu peço desculpa pela pergunta. Mas a questão, que me parece é importante, e, pelo menos da minha parte, eu gostaria de a ver esclarecida.

Se é certo que todos os apoios atribuídos às associações desportivas e aos clubes desportivos convergem para o mesmo objetivo, obviamente, dar-lhes melhores condições para desenvolver a sua atividade, os apoios que são dados pelo desporto têm esse como critério último e os apoios que são dados no âmbito da Palavra Açores e, portanto, por via do contributo que a atividade do desporto tem para o turismo e para a notoriedade da Região, têm um objetivo diferente.

Se me é permitido colocar a questão desta forma, num caso, o desporto é o fim último, noutra caso o desporto é o instrumento para a promoção e a notoriedade da nossa Região. E o que eu gostava de perceber era, o sentido que faz que a especial relevância turística, na sua perspetiva, uma vez que o Governo é o proponente da Iniciativa e a Senhora é que a apresentou, o sentido que faz, que a especial relevância turística de um evento, seja decidido por portaria do membro do Governo com competência em desporto e não pelo membro do Governo com competência em turismo? Essa é a questão e peço desculpa, antecipadamente, se, por acaso, perdi a sua explicação que já foi dada.

Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhora Secretária Regional da Saúde e Desporto, faça favor.

(*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Caros membros do Governo:

Por acaso, eu já tive a oportunidade de esclarecer, mas não me importo de voltar a repetir, até porque, como lhe disse, no âmbito desta alteração e da tal relevância turística, nós estamos aqui a falar de desporto não profissional e o que queremos aqui associar à relevância turística são conceitos de desenvolvimento desportivo que deem sustentabilidade aos projetos, é isso que faz a diferença. Até porque será a Secretaria Regional da Saúde e do Desporto que melhor conhece os quadros competitivos nacionais, que melhor conhece a relevância desses mesmos quadros e até o impacto financeiro dessas competições no próprio impacto desportivo. É disso que estamos aqui a falar.

E também lhe digo, acho estranho, vindo de si, na medida em que durante estes anos todos, enquanto o Partido Socialista foi Governo e, nomeadamente na

última Legislatura, nunca conhecemos de forma transparente qual era o verdadeiro impacto da Palavra Açores no turismo desta Região.

E, portanto, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, durante quatro anos, perdeu-se aqui uma oportunidade de esclarecer, perdeu-se aqui uma oportunidade de equiparar a Palavra Açores atribuída ao setor masculino e ao setor feminino, coisa que este Governo já corrigiu, assim como se atribuiu a possibilidade de atribuir a palavra Açores numa fase inicial da época, permitindo aliviar aquilo que é o esforço financeiro dos nossos clubes.

É isso que queremos alterar e é isso que, neste contexto e neste intuito, pretendemos melhorar, não só os critérios de sustentabilidade e desenvolvimento desportivo do desporto não profissional e, aliá-los a eventos de importância e de relevância turística.

É só disto que estamos aqui a falar.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Secretária Regional.

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhora Secretária, não se irrite. Eu estou apenas a colocar-lhe uma pergunta.

Eu, o que gostava de perceber, era o seguinte: eu percebi o que a Senhora me disse, que no fundo é a Secretaria do Desporto que conhece melhor o impacto e a notoriedade desportiva que um determinado evento pode trazer. O único problema é que nós não estamos a discutir a notoriedade desportiva, ...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Mas devia!

O Orador: ... aquilo que está na proposta que a Senhora trouxe à Assembleia é a especial relevância turística. E a especial relevância turística é uma coisa, aquilo que a Senhora disse, é outra e a única pergunta que eu lhe fiz, e à qual a Senhora não respondeu, ...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Respondi!

O Orador: ... foi: por que razão é que é a Secretaria do Desporto a aferir a relevância turística do evento? É só isso. A questão é simples.

A Senhora, tirando a parte da sua irritação ...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): O Senhor não percebeu!

Deputado Carlos Silva (*PS*): A Senhora é que não percebeu!

O Orador: ... e ter tentado tentar trazer para aqui algo não tem nada a ver, é isso que eu lhe pergunto, por que razão?

Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Este é um dos exemplos em que ser uma Portaria de um Membro do Governo ou ser uma Resolução do Conselho do Governo faz toda a diferença. Porque uma Resolução do Conselho de Governo permitiria que a Senhora Secretária

Regional do Turismo, que tem assento no Conselho do Governo, dissesse: “eu acho que esse assunto tem especial relevância turística”.

Deputada Ana Luís (PS): Exatamente!

O Orador: O facto de colocar este assunto, exclusivamente, na competência da Senhora Secretária Regional do Desporto, levanta as maiores dúvidas quanto à racionalidade desta opção. Pôr o desporto a decidir aquilo que é uma competência que o próprio Governo diz que é de outro membro do Governo.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: Isso não faz qualquer sentido, por muito meritória que seja a intenção, mas esta solução não faz qualquer sentido.

Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Berto Messias (PS): Quando o Conselho do Governo reúne semanalmente!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos iniciar as votações.

Está à votação a Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 56/XII, votação na regionalidade:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretário: A proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 56/XII foi aprovada na votação na generalidade, com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

24 votos de abstenção do PS.

Presidente: Vamos iniciar a votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade?

(Pausa)

Não havendo, vamos votar.

A proposta é apresentada pelo Bloco de Esquerda, proposta de alteração ao n.º 3, do art.º 17.º do diploma que estamos a alterar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

24 votos a favor do PS e 2 do BE.

Presidente: Proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, proposta de alteração ao n.º 6, do art.º 28º do diploma que estamos a alterar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista. Proposta de alteração ao proémio do art.º 32.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

24 votos a favor do PS e 2 do BE.

Presidente: Proposta de aditamento do n.º 2 e do n.º 3. Há duas propostas de aditamento do Partido Socialista. Posso votá-las em conjunto?

(Pausa)

Não havendo oposição da Câmara: Proposta de aditamento apresentada pelo Partido Socialista do n.º 2 e do n.º 3 ao artigo 32º do diploma que estamos a alterar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de aditamento colocadas a votação foram rejeitadas com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

24 votos a favor do PS e 2 do BE.

Presidente: Vamos votar o artigo 1.º do diploma com a proposta de alteração que introduzimos:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Presidente: Senhora Deputada Andreia Cardoso.

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Eu peço desculpa, Senhor Presidente. Votámos as propostas de alteração?

Presidente: Sim, já votamos.

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** E agora o Senhor Presidente colocou à votação o artigo 1.º da proposta, que inclui alterações ao artigo 20º, 28.º ...

Presidente: Sim , o artigo 1.º

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** e nós gostaríamos de colocá-los à votação em separado.

Presidente: Todos eles?

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sim, por favor.

Presidente: Pronto, vamos votar.

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Posso informar o Senhor Presidente quando o sentido de voto for igual, mas o ideal seria votá-los em separado.

Presidente: Sim, Senhora.

Vamos votar o n.º 5, do artigo 20.º do diploma que estamos a alterar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretário: O n.º 5 do artigo 20º colocado à votação, foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

24 votos de abstenção do PS.

Presidente: Vamos votar o n.º 2 do artigo 28.º do diploma que estamos a alterar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretário: O n.º 2 do artigo 28º colocado à votação, foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

24 votos de abstenção do PS.

Presidente: Faz favor, Senhora Deputada.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Da nossa parte, pode colocar à votação até ao art.º 40.

Presidente: Portanto, estão à votação os artigos 32.º, 35.º, 36.º e 40.º do diploma que estamos a alterar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

24 votos de abstenção do PS.

Presidente: Senhora Deputada o artigo 50.º pode ser um a um?

Pode ser em conjunto, o número 1, 2 e 3?

Está à votação o artigo 50º do diploma que estamos a alterar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 50.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 53.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Secretário: O artigo 53.º colocado votação foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

24 votos de abstenção do PS.

Presidente: O artigo 59.º pode ser em conjunto?

Está a votação o artigo 59.º do artigo que estamos a alterar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 59.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O 68 pode ser em conjunto? Não, portanto vamos votar n.º a n.º.

Está à votação o n.º 1, do artigo 68.º do artigo que estamos a votar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Secretário: O n.º1 do artigo 68.º colocada à votação foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 do IL, 1 do PAN. 24 votos contra do PS e 1 do Deputado independente.

Presidente: Está à votação o número 2 do artigo 68.º do diploma que estamos a alterar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstêm, faça o favor de sentar.

Secretário: O número 2 do artigo 68.º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH.

1 voto contra do PAN e 1 do Deputado Independente.

1 voto de abstenção da IL.

Presidente: Está à votação o n.º 3, do artigo 68.º do diploma que estamos a alterar, que o revoga:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Secretário: O número 3 do artigo 68.º foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH.

1 voto contra do PAN e 1 do Deputado Independente.

24 votos a favor do PS e 1 da IL.

Presidente: Está à votação o número 4 do artigo 68.º do diploma que estamos a alterar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstêm, faça o favor de sentar.

Secretário: O número 4 do artigo 68.º foi rejeitado com 24 votos contra do PS, 2 do BE, 1 voto contra do PAN e 1 do Deputado Independente.

20 a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH.

1 voto de abstenção da IL.

Presidente: Agora, sim, colocamos à votação o artigo 68.º, com as alterações que introduzimos do diploma que estamos a alterar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretário: O artigo 68.º foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH e 1 do PAN.

1 voto contra do Deputado Independente.

24 votos de abstenção do PS e 1 da IL.

Presidente: Passamos ao artigo 89.º. O n.º 1 e o n.º 2 podem ser em conjunto, Senhora Deputada Andreia Cardoso?

Está a votação o artigo 89.º do diploma que estamos a alterar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretário: O artigo 89.º foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

24 votos de abstenção.

Presidente: Votamos agora então o artigo 1.º do diploma, com as alterações que introduzimos:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 1.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 2.º, 3.º e 4.º não têm propostas de alteração. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão a votação, os artigos 2.º, 3.º e 4.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 56/XII foi aprovada por unanimidade em votação final global.

Presidente: Avançamos na nossa Agenda para o ponto 5, Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 82/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2014/A, de 28 de março, que estabelece o regime de distribuição de almoço durante os períodos de férias e interrupções letivas”. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Para a sua apresentação tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

As refeições escolares, principalmente quando são de qualidade, constituem um meio importante da promoção de uma alimentação saudável e equilibrada. São

ainda uma forma de garantir que todas as crianças tenham acesso a uma refeição equilibrada diariamente.

Em 2014, por proposta do Bloco de Esquerda nesta Assembleia, foi aprovada por unanimidade o regime de fornecimento de almoço durante os períodos de férias e interrupções letivas.

Atualmente, através do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2014/A, de 28 de março, as crianças e jovens que integram o sistema educativo regional, abrangidos pelo primeiro e segundo escalão da ação social escolar, têm acesso ao almoço durante os períodos de férias, interrupções letivas, bastando para isso fazer requerimento junto da unidade orgânica.

No entanto, e considerando a atual conjuntura, é fundamental garantir uma maior abrangência deste apoio às famílias e em particular, às crianças, de modo a garantir que nenhuma criança fica impedida de aceder a pelo menos uma refeição diária, nutricionalmente adequada, durante os períodos de férias e interrupções letivas.

Esta é uma proposta que pretende assim mitigar os efeitos da pobreza infantil e minorar as dificuldades sentidas pelas famílias. Mas esta também é uma questão de princípio. Todos os alunos devem ter a possibilidade de aceder às refeições escolares em período de férias e interrupções letivas, nas mesmas condições em que acedem durante o ano letivo.

A diferenciação ao nível do preço já está assegurada através da distribuição dos alunos pelos diferentes escalões da ação social escolar, de acordo com a realidade socioeconómica do respetivo agregado familiar

O alargamento da possibilidade de acesso às refeições escolares em períodos de férias e interrupções letivas a todos os alunos, independentemente, do escalão da ação social escolar, pretende também evitar qualquer tipo de estigmatização dos alunos que o requerem e que atualmente pode ser associado a situações de maior risco de pobreza.

Esta proposta que hoje trazemos a este Parlamento garante ainda que as crianças de famílias que passam por dificuldades no contexto atual, com o aumento do custo de vida, das rendas, dos juros do crédito à habitação e que não se enquadram nos escalões mais baixos da ação social escolar, não deixam de ter acesso às refeições escolares durante as férias, se assim o requererem.

Esta proposta é, por isso, também uma medida urgente e que traz maior justiça social ao acesso à alimentação saudável nas escolas.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhora Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais, faça o favor.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A proposta de alteração, este Decreto Legislativo Regional que o Bloco de Esquerda aqui nos traz tem, no nosso entendimento e como tive também a oportunidade de apresentar na audição na Comissão dos Assuntos Sociais, algumas inconsistências que passarei a apresentar em Plenário.

Em primeiro lugar, perde o foco de se dirigir às situações de atendimento de pobreza, porque estas já estão efetivamente acauteladas no diploma que vigora desde 2014. O diploma que nós temos atualmente, como é do nosso conhecimento, em vigência, é um diploma que se aplica às crianças e aos alunos jovens mais carenciados e, portanto, dos primeiros e dos segundos escalões, que

são efetivamente aqueles que estão em situação de maior degradação e de menor condição económica e social e que precisam efetivamente de apoio.

Esta proposta, alargando a todos os alunos, perde, no nosso entendimento, a sua missão social, porque permite que qualquer aluno que, independentemente da sua condição económica e social, possa ter acesso a refeições, sendo que, como disse, não faz sentido que nós tenhamos a própria solidariedade social a poder providenciar refeições para cidadãos que efetivamente delas não carecem, portanto, perdendo a sua natureza social.

Por outro lado, temos outra questão que no fundo também, ao nos referimos que são refeições escolares, chamar a atenção que nós não estamos no período das interrupções letivas, não estamos em função e em missão escolar normal e, portanto, devemos ater-nos a refeições novamente de âmbito social, que é o regime que atualmente vigora.

Por outro lado, se fizer em termos operacionais, se mantivermos o mesmo regime de fornecimento de refeições, que é o fornecido durante o período de atividades letivas, em primeiro lugar 26 escolas deram-nos nota que não tinham capacidade para providenciarem esse serviço e, em segundo lugar, coloca-se aqui um problema ao nível dos transportes, é que o transporte providenciado para o período letivo e não para o período das interrupções letivas e, portanto, nem em termos de contratação, e coloca-nos também um problema, ao nível dos próprios horários desses mesmos transportes escolares, o que nos traria um outro problema nas escolas que seria, qual a dinâmica que nós faríamos no acompanhamento de jovens que num período de interrupção letiva, em que a escola está a trabalhar em tarefas de atividade não letiva, depois teria de dar, eventualmente, acompanhamento às crianças e aos jovens que, entretanto, tivessem que se deslocar às escolas, às 10:30 ou às 11 da manhã para terem um almoço ao meio-dia e meia para depois só passar em casa, eventualmente, às três da tarde.

E, portanto, temos aqui também problemas do for de operacionalização que se colocam, a razão pela qual é nosso entendimento que este diploma peca e que devemos, pelo contrário, manter o regime que funciona e bem de suporta às crianças que, efetivamente, são as mais necessitadas, que são as que pertencem ao primeiro e segundo escalão da ação social escolar.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Rodolfo Franca, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Rodolfo Franca** (*PS*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende, no que toca a este assunto, a melhor resposta para que os alunos tenham acesso às refeições escolares em período não letivo é, na verdade, aquela que vigora desde o ano de 2014.

E, do nosso ponto de vista, a forma como o sistema foi montado e como os instrumentos que estão plasmados no diploma são, neste modelo, o melhor.

No entanto, também entendemos que, dada a conjuntura que atualmente atravessámos, de grandes dificuldades económicas das famílias açorianas, e não só, entendemos que a ideia do alargamento a todos os alunos faz sentido, ou

seja, a universalidade de acesso das refeições escolares em período não letivo faz sentido.

E, portanto, mediante isto, gostaria ainda de dizer o seguinte: algo, na verdade, não tem funcionado. E porque é que dizemos que é óbvio que algo na verdade não tem funcionado? Porque, se por um lado, o número de refeições em período letivo tem aumentado de uma forma bem visível e, se por outro, em período não letivo o número de requerimentos têm diminuído, algo não funciona e, portanto, o que nós entendemos, não é que o modelo esteja mal, porque funcionava. O que nós entendemos é que a coordenação do modelo não está funcionando. E lamento dizê-lo, Senhora Secretária, a coordenação compete à Secretaria Regional da Educação e Assuntos Culturais.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): E isso com base quem quê?

O Orador: Portanto, o que vai mal e na gestão deste processo e parece-me que isso revela, uma vez mais, uma enorme insensibilidade neste domínio. Atravessamos um momento, como há pouco disse, em que é, da parte de um Governo Regional, uma evidência de tremenda insensibilidade não compreender que isto é uma das coisas que não pode deixar de funcionar.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Mas afinal concorda com o projeto ou não concorda com o projeto?

O Orador: Muito provavelmente, nalgum ponto da cadeia, há uma falha e, Senhora Secretária, não pode haver, porque estamos convictos de que o modelo, se fosse bem gerido, o que estava acontecendo era que o número de senhas também aumentaria para o período não letivo e isso não está a acontecer. E, portanto, esta insensibilidade, Senhora Secretária, por outro lado, também não nos choca, porque na verdade, vai ao encontro daquilo que aconteceu há bem pouco tempo. Vai ao encontro das indicações da tutela (indicações por despacho, escritas) para que as escolas não aplicassem aquilo que esta Casa

determinou por decreto legislativo regional e que é, para além de uma redução dos preços, digamos ordinária, ou seja, para se manter para todo o sempre, até que haja uma nova alteração do diploma, houve também aqui, contra a vontade do Governo e dos Partidos que o suportam, houve também aqui uma aprovação de uma baixa de preço extraordinária de 25%.

E repito, se não é ilegal esta indicação às escolas de que não procedam a esta baixa de preços de 25%, esta baixa de preços extraordinária, que era para o ano que agora finda, mais para o próximo. Ou seja, um já passou. Se não é ilegal, é de uma terrível insensibilidade que choca profundamente o Partido Socialista.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice- Presidente, Senhores Membros do Governo Regional:

Há coisas nas quais, às vezes, é preciso começar pelo fim. Vai ser o caso.

Começar pela insensibilidade que o Partido Socialista acusa o Governo Regional da Coligação, relativamente a esta matéria - refeições escolares. O Partido que, durante 24 anos, não baixou um cêntimo nas refeições escolares, pelo contrário, que as manteve como as mais caras do país é o Partido que hoje se levanta aqui para arrogar-se no direito de chamar insensível ...

Deputada Ana Luís (PS): Quem decidiu baixar foi este Parlamento!

O Orador: ... a um Governo Regional que tem consignado mais verbas à ação social escolar. É uma coisa notável!

Durante 24 anos, o Partido Socialista não baixou, uma só vez, as refeições escolares. Foi preciso a Coligação tomar a iniciativa de baixar o custo das refeições escolares nos Açores para que, com o contributo de muitos Partidos, aqui fosse aprovado, por unanimidade, um diploma que, esse sim, pela primeira vez na história da autonomia, baixou o preço das refeições escolares nos Açores.

Coisa notável, que diz bem que diz bem da diferença do que era o PS da governação e de que é o PS generoso, hoje, na oposição. Tudo faz sentido.

E o Partido Socialista ainda tem mais o descaramento político de nos dizer que algo aqui não está a funcionar, numa contradição insanável.

No período letivo aumenta o número de refeições escolares servidas aos alunos. Eu acho que é uma coisa boa.

E porque é que digo que eu acho que é uma coisa boa? Porque uma das razões que pode justificar esse facto é uma maior sensibilidade dos alunos para aquilo que é uma refeição completa, com as características dietéticas do que deve ser uma refeição, por oposição àquilo que muitas vezes acontece, e nós sabemos, sobretudo aqueles que andam pelas escolas, que muitas vezes há alunos, mesmo até de agregados familiares com insuficiências económicas, que optam por uma refeição que muitas vezes tem o mesmo custo e na maior parte das vezes, até um custo mais elevado, mas que é feita de coisas que não são verdadeiramente as mais recomendáveis para uma alimentação equilibrada.

Portanto, a subida do número de refeições em período escolar parece-me que é uma boa notícia. E também parece que é uma boa notícia, aquilo que diz o Senhor Deputado Rodolfo Franca, de que no período de férias baixa o número de requisição de refeições escolares, que até agora e bem desde 2014, por iniciativa do Bloco de Esquerda, são facultadas a alunos do primeiro e segundo escalões, portanto, oriundos de agregados familiares mais fragilizados, com

maiores dificuldades, devidamente sinalizados pelas escolas, num processo assegurado pelo Instituto de Segurança Social dos Açores.

Eu acho que isso quer dizer que aquelas dificuldades que tanto aqui muitas vezes são propaladas, talvez não sejam verdadeiramente sentidas pelas famílias. Pelo menos, não recorrem e isto é uma evidência que o Senhor Deputado Rodolfo Franca aqui nos trouxe, de que não recorrem à requisição dessas refeições.

Deputado Rodolfo Franca (PS): A incerteza é a insensibilidade!

O Orador: Aliás, esta iniciativa do Bloco de Esquerda é um bocadinho dentro do populismo, que é próprio também da extrema-esquerda, que é de: quando nós damos, o Bloco de Esquerda acha sempre que é pouco.

Deputado António Lima (BE): Sempre achei!

O Orador: É preciso dar mais alguma coisa, aliás, já foi assim nas refeições escolares e noutros diplomas que aqui temos trazido, que quando nós decidimos atribuir mais do que atribuíam no passado da governação do Partido Socialista, o Bloco de Esquerda sente-se insatisfeito e sobre isso derrama mais a sua generosidade, com os impactos orçamentais que sabemos.

O que nós estamos em presença é de, por exemplo, de um conjunto de situações, ao nível das ajudas às famílias, sem paralelo em tempos passados, mesmo na grande crise que tivemos na sequência da governação ruínosa de José Sócrates.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Do Partido Socialista!

O Orador: Nós, hoje, temos o maior emprego de sempre e isso, seguramente, tem impacto no rendimento das famílias, seguramente.

Mas mais, nós hoje temos creches gratuitas. Estamos a falar de uma ajuda às famílias, que estão naquela idade em que habitualmente têm filhos também noutros níveis de ensino, portanto, os mais velhos estão a frequentar e são ajudas determinantes para essas famílias.

Mas há mais, mas ainda há mais coisas. É preciso não esquecer que, neste ano letivo que terminou, as famílias dos Açores pouparam mais de 600 mil euros, repito mais de 600 mil euros, através da disponibilização dos manuais digitais, poupando o encargo que teriam com a compra de manuais.

Isso são dados evidentes das ajudas das ajudas que têm sido dadas às famílias e que portanto, do nosso ponto de vista, também no contexto, não faz sentido alargar, por exemplo, o fornecimento de refeições à minha filha, que está no quinto escalão, que é aquele escalão de quem tem rendimentos que não precisa das ajudas sociais para que esse aluno frequente a escola.

O Senhor Deputado António Lima, que aqui quase *rasgava as vestes* quando baixamos os impostos, porque dizia que só os Deputados é que iam ter uma redução de impostos, é o que hoje quer, que os filhos, por exemplo, dos deputados, tenham uma refeição gratuita durante o período de férias.

Isso faz sentido?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A mim e ao Grupo Parlamentar do PSD não faz, mas o populismo, do Senhor Deputado António Lima, acompanhado, claro está, logo de forma eufórica pelo Partido Socialista, ainda tem aqui mais um pormenor de populismo, que é: é que a aprovação deste diploma se, porventura vier a acontecer, só tem efeitos no próximo ano económico, ou seja, só tem efeitos em 2024 e como o primeiro período de interrupção do ano económico de 2024 é o Carnaval, eu acho que este é um bailinho.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Rodolfo Franca.

(*) Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Joaquim Machado estou chocadíssimo e falo em nome pessoal.

O Senhor Deputado Joaquim Machado parece que goza com a situação das dificuldades das famílias.

Deputado Flávio Soares (PS): Não diga isso!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Quem está a gozar são os senhores!

O Orador: O Senhor Deputado Joaquim Machado interpreta que a baixa do requerimento para a alimentação em período não letivo significa que todos estamos melhor. Foi o que o Senhor Deputado acabou de dizer que é muito positivo, porque os meninos agora no período letivo sendo mais, estão mais orientados para a alimentação. Por aí é muito positivo, mas por outro lado é muito positivo também - se eu entendi, foi o que disse - que no período não letivo os alunos requeiram menos alimentação escolar no período não letivo.

Senhor Deputado que tremenda insensibilidade é esta? Que não compreende que não é possível que o menor número de requerimentos tenha a ver com o facto de todas as famílias estarem melhor?

Não compreende que no período letivo a venda das senhas subiu por dificuldades das famílias? Não compreende isso, Senhor Deputado? Senhor Deputado, eu estou chocadíssimo e repito, não compreendo como é que é capaz de argumentar desse modo.

E como é que argumenta o seguinte, se por acaso, hoje, se pratica a baixa de preços das senhas escolares, isto deve-se ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Senhor Deputado, porque o que fez a Coligação foi um bluff, o que fez a coligação foi propor a baixa de preços e depois retirar e fazer tudo para que não acontecesse, Senhor Deputado, e se não fosse o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a insistir, de uma forma como eu nunca vi desde que aqui estou, a insistir com isto, hoje não aconteceria a baixa de preços das senhas escolares e, portanto, o que se passa na realidade é isto.

E o senhor deputado ri-se! Desculpe, se isto não é uma terrível insensibilidade, não terá outro nome, Senhor Deputado, eu não encontro outro nome.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Pedro Pinto, se quer falar e escreva-se em vez de mandar apartes desrespeitosos, como é seu hábito.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O Senhor Deputado nunca ouviu um aparte desrespeitoso!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): São regimentais!

O Orador: Então faça lá favor.

Senhor Presidente, quando o Senhor Deputado Pedro Pinto me deixar falar, tenho todo o gosto em continuar.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Está no Regimento!

O Orador: Estão no Regimento os apartes, não está a sua contínua tagarelice.

Presidente: Senhor Deputado António Lima, faça favor.

O Orador: Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Começando pelo fim eu julgo que tenho que referir que há uma conceção diferente do que é o estado social, entre a conceção do Bloco de Esquerda e aquela que é a conceção do PSD.

Para o PSD e para o Senhor Deputado Joaquim Machado, por alguém ter um determinado rendimento, não deve ter acesso a determinados serviços, a determinados bens ou a determinados apoios que possam ser atribuídos pelo estado social.

Essa é a conceção de quem quer e de quem acha que o estado social ou escola pública, o acesso à saúde deve ser apenas para os pobres. Para quem pode pagar, tem que pagar.

E é disto que se trata, Senhor Deputado Joaquim.

Esta proposta pretende tornar universal e assumindo claramente uma medida universal esta medida de atribuição gratuita de refeições escolares durante as férias e interrupções escolares, para quem o requeira.

Não sei, naturalmente, quantas famílias do quinto escalão irão requerer, mas devem ter esse direito. E a diferenciação existe. Aliás, como disse na tribuna, já existe uma diferenciação, como sempre existe, no preço em que cada um paga a refeição, mas tem esse direito.

E sobre os impostos, Senhor Deputado Joaquim Machado, a justiça fiscal faz-se exatamente também pelos impostos e não confunda as coisas porque, efetivamente, não tem nada a ver sobre escolher um determinado nível de impostos ou escolher atribuir ou alargar um direito que nós queremos fazê-lo, relativamente às refeições escolares, não vale a pena ir por aí.

Mas, aliás, um dos sinais, Senhora Secretária, um dos sinais de que esta medida é necessária, para além daquilo que disse, porque efetivamente, não só por uma questão de princípio, mas também porque nós vivemos um momento particularmente difícil para muitas famílias, é de que, de acordo com dados do Governo enviados ao Parlamento em resposta ao nosso requerimento, mais de uma centena de alunos no letivo de 2020/2021 requereu as refeições, mas não as obteve.

O que é que isto quer dizer? Quer dizer que provavelmente e nós estamos a tentar procurar explicações, mas poderá ser, porque parte dessas crianças não se enquadravam no primeiro e segundo escalão. E nós estamos a falar no primeiro e segundo escalão de uma parte dos alunos. São menos de 40%.

Ainda há alunos com escalão de ação social escolar no terceiro escalão, no quarto escalão, que são alunos comprovadamente com necessidades, porque se assim não fosse, não tinham o escalão e que ficam de fora desta medida. E muitas dessas famílias do terceiro e quarto escalão e até do quinto escalão poderão ter sofrido, nos últimos meses, por exemplo, aumentos do crédito à habitação de 300, 400 euros e isso poderá não significar uma revisão imediata do escalão e devem essas famílias, essas crianças, ficar excluídas desta medida só porque de um mês para o outro viram as suas despesas familiares aumentar para o dobro? Devem, ou não, ficar excluídas? Na nossa opinião, não devem.

Mas este não é o único motivo, nem é o motivo até mais importante, diria eu, é a questão de princípio. Aliás, nós não nos lembramos deste princípio agora. Esta proposta quando a apresentamos em 2014 era já com esse objetivo, de não ter uma diferenciação a esse nível, relativamente aos rendimentos das famílias.

E depois, sobre o funcionamento da medida, ela é muito importante, ela chega a muitas crianças, mas tem um funcionamento muito desigual nos Açores, o que revela problemas potenciais na implementação e confesso que em várias reuniões com Conselhos executivos, que nós já tivemos ao longo de muitos

meses, em que tentamos perceber como é que essa medida é aplicada, há opiniões muito divergentes e há explicações muito divergentes sobre os motivos da fraca adesão em alguns algumas escolas, enquanto noutras há uma adesão forte. Nós não temos uma explicação, agora que há problemas, há.

Por exemplo, dou alguns números, que são números do Governo e que revelam potenciais problemas que têm que ser atendidos pelo Governo, por exemplo: na última interrupção letiva do ano letivo passado, por exemplo, na freguesia de Bandeiras, ilha do Pico, houve 13 alunos a requerer as refeições escolares. No Corvo, houve 10. Em Rabo de Peixe houve uma, numa freguesia com quase 10.000 habitantes. Uma refeição escolar! Alguma coisa não está bem.

Eu não consigo explicar, mas talvez o Governo possa explicar, mas efetivamente olha-se para os números desagregados por freguesia e percebe-se uma disparidade muito grande e em freguesias pequenas, como por exemplo nas Feteiras, concelho de Ponta Delgada, que tem 35 pedidos e que é uma freguesia muito pequena, enquanto noutras, esses pedidos são muito superiores. E, naturalmente, também já ouvi na Comissão o Senhor Secretário, levantar os problemas logísticos relativamente ao transporte e todas essas matérias, transporte escolar, mas o que eu pergunto é: Estes problemas não existem hoje? Em que é que alargar a mais potenciais famílias vai dificultar o transporte?

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

Uma coisa é comer na freguesia, outra coisa é comer na escola!

O Orador: Bem, não percebo qual é a lógica e o que parece aqui é que há aqui, da parte do Governo, falta de vontade. Mas descanse o Governo, esta medida não pode ser aplicada este ano, não tem que apresentar um orçamento rectificativo. Ela só pode entrar em vigor, infelizmente, no próximo ano, porque há efetivamente a norma travão que impede aumento de despesa, aprovada pelo Parlamento neste ano económico.

Por isso, descanse o Governo, não têm que apresentar um orçamento retificativo por causa dessa proposta, mas isso só revela que o Governo tem má vontade e a maioria tem má vontade e que já quer poupar para o ano.

Muito obrigado.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*):

Não está a ser sério, Sr. Deputado. Eu não falei na limitação orçamental!

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Joaquim Machado tem a palavra, faça favor.

Deputado Joaquim Machado (*BE*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo, Senhoras e Senhores Deputados:

Senhor Deputado António Lima, eu acho que não fez uma boa leitura dos números que lhe foram facultados na resposta ao requerimento, confundindo o número de refeições, com crianças. Mas também não deu a explicação, como autor da proposta está obrigado, de como operacionalizar a medida que o que o Bloco de Esquerda aqui propõe, desde logo, esta coisa insanável, que é a refeição ser servida nas escolas e abro aqui um parênteses para referir que, nem todas as escolas dispõe de cantina própria, isto é com pessoal que confeccione as refeições no próprio espaço escolar. Uma alteração feita pelo Partido Socialista no passado, externalizando o fornecimento dessas refeições, com todas as dificuldades que isso trouxe e traz ao funcionamento do sistema educativo regional, mas dizia que, mesmo que se ultrapasse essa dificuldade, há mais uma.

Tomemos, por exemplo, o concelho de Ponta Delgada, um aluno da escola secundária Domingos Rebelo, oriundo do Pilar da Bretanha, terá de vir a Ponta Delgada fazer o seu almoço. Foi o que o Bloco de Esquerda escreveu e foi o que o Bloco de Esquerda nos disse na Comissão de Assuntos Sociais, através da

Senhora Deputada Vera Pires, que fez a apresentação do diploma e que lá também fez o debate e o questionamento ...

Deputado António Lima (BE): Está escrito onde?

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

Nos mesmo moldes!

O Orador: ... à Senhora Secretária Regional da Educação e foi isso que a Senhora Deputada Vera Pires disse.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Nos mesmo moldes! Eu perguntei em comissão!

O Orador: Se o Bloco de Esquerda tem uma intermitência de rotação de lugares, se não diz sempre a mesma coisa, já não, seguramente, um problema nosso. Mas, o aluno do Pilar da Bretanha terá de vir todos os dias a Ponta Delgada, no período de férias, para fazer o seu almoço na Escola Secundária Domingos Rebelo. Levanta mais um problema que é o do custo do transporte escolar que, nos termos da legislação aplicável, apenas abrange os períodos letivos.

Mas, admitindo ainda que isso se resolvia, esse jovem vai-se levantar de manhã, tomar o autocarro da Bretanha para Ponta Delgada e esperar em Ponta Delgada pela hora do almoço e regressar ao fim do dia a casa porque não há transporte coletivo com frequência durante o dia para que ele possa vir só à hora do almoço e regressar imediatamente a seguir. Ou seja, ele deixa de ter férias, volta exatamente para o sítio onde esteve todo tempo e não sei o que fará e não sei o que fará entre o período de chegada a Ponta Delgada para a refeição e o período em que volta a partir. Portanto, também ao nível de operacionalização, levantam-se vários problemas, entre os quais este que aqui estou a dizer.

Vá lá, vá lá, que o Senhor Deputado António Lima, pelo menos reconheceu que isto é só para o Carnaval. Mas, há aqui um dado que não deixa de ser interessante, é quando nós vamos ao diploma original que instituiu a

distribuição das refeições escolares, o primeiro parágrafo e, portanto, a grande razão invocada pelo Bloco de Esquerda para justificar o fornecimento de refeições a alunos do primeiro e segundo escalões no período de férias, imagine-se, são as altas taxas de desemprego nos Açores.

Ora, nós hoje estamos exatamente o contrário. Eu não estou com isso negar, Senhor Deputado, jamais o faria. Hoje há gente com dificuldades, há gente que está a ter dificuldades acrescidas pelos efeitos da inflação, com certeza que sim. Agora, não podemos entrar na demagogia de que está tudo mal, toda a gente está miseravelmente a viver, até porque depois somos confrontados com um problema que o Partido Socialista não consegue resolver, ou melhor, explicar, que é: porque é que diminui o número de requisições de alunos do primeiro e do segundo escalão no período de férias?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas o senhor precisa mesmo que agente lhe explique?

O Orador: Se há tanta dificuldade e há mais, como invocam, porque é que essas famílias não requisitam a refeição que lhes é fornecida pelo ISSA nas suas próprias freguesias e não pelo esquema que o senhor propõe agora, que seja através do estabelecimento de ensino.

Senhor Deputado Rodolfo Franca, gozar com alguém, gozar com os mais frágeis, gozou o Partido Socialista durante 24 anos, ...

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que não teve a coragem, nem sequer durante a crise de 2011 a 2014, de baixar um cêntimo nas refeições escolares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Pelo contrário, elas eram as mais altas do país. Isso é que é insensibilidade. Isso é que foi usado pelos açorianos, com os mais frágeis. Gozaram os senhores.

E o senhor como era responsável pelo órgão executivo de uma escola, sabe bem das dificuldades que existiam, sabe bem do número de alunos que tinham refeições gratuitas na sua escola. Quantos é que eram? Qual era o preço que pagava por uma refeição escolar um aluno do primeiro escalão na sua escola e quanto é que paga hoje?

Deputada Ana Luís (PS): E podia pagar menos!

O Orador: Diga, diga aqui, sinceramente! Diga quanto é que era, diga qual era a diferença!

Deputada Ana Luís (PS): Quanto é que devia pagar?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Portanto, Senhor Deputado, gozar, os açorianos já sabem quem é que gozou com estas coisas. Os açorianos sabem qual era a resposta que os senhores davam quando as oposições aqui dentro faziam propostas, ou era a lei travão, ou era porque estava mal fundamentado, ou era porque nós não sabíamos, ou era que os senhores, em último caso, quando faltavam os argumentos de todos, usavam a maioria absoluta e chumbavam.

Faz bem oposição ao PS, de desastroso passou generoso. Só que essa generosidade, eu acho que, já não engana ninguém lá fora.

Deputados Carlos Freitas e Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda traz-nos aqui uma iniciativa que pretende alargar as refeições escolares no período de férias e interrupções letivas a todos os alunos, independentemente, do seu escalão de ação social.

Atualmente, o que está previsto e também por via de uma proposta, na altura, apresentada pelo Bloco de Esquerda e aprovada nesta Casa é que efetivamente, aqueles alunos do primeiro e segundo escalão podem usufruir destas refeições escolares durante estes períodos de férias e interrupções letivas, mas também e o ponto n.º 2, que até é eliminado nesta proposta de alteração pelo Bloco de Esquerda, o ponto n.º 2, o que refere é que, efetivamente, as situações pontuais e urgentes que sejam identificadas pelos conselhos executivos podem estes alunos receber este apoio.

Nesta matéria das refeições escolares o CDS tem o seu histórico quanto a esta matéria. É uma matéria que sempre nos sensibilizou e aqui não deixa de ser igual.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: O que nos diferencia nesta proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda é que efetivamente é necessário apoiar aqueles que precisam ou que estão a passar por uma situação de dificuldade, seja alguma situação pontual, seja mais a médio ou a longo prazo, que possam ser ajudados. E esta proposta do Bloco de Esquerda alargar para todos, sem qualquer critério, não cumpre este desiderato que nos parece que foi até a essência da apresentação da iniciativa inicial e que é aquilo que entendemos que devem ser também a

política implementada pelo próprio Governo Regional e na altura também aprovámos essa iniciativa também nesse sentido e é isso que nos distingue e nos diverge nesta iniciativa, quanto àquilo que apresenta o Bloco de Esquerda. E, por isso, parece-nos que efetivamente poderia ter nesta proposta nesta iniciativa, por exemplo, no ponto n.º 2, exatamente isso, que as situações que sejam identificadas por parte da escola e que sejam urgentes que estes alunos recebam essa ajuda.

Neste momento, o apoio é após a identificação e a requisição, por parte dos alunos ou da escola. Estes alunos podem usufruir da sua refeição na sua freguesia, numa instituição próxima da sua morada. E claro que, com esta iniciativa, para além do que nos foi transmitido, na altura, na Comissão de Assuntos Sociais, mas também daquilo que está plasmado na medida, assume efetivamente que estas refeições serão fornecidas pelas escolas e isso parece-nos que também e até para as próprias crianças que estão em período de férias e de interrupções letivas, terão de fazer, independentemente, da questão do transporte escolar, do custo, até, que isso acarreta, da portaria que prevê que este transporte escolar seja feito apenas no período letivo, a verdade é que, independentemente, até dessa questão, não nos parece que seja o melhor até para as próprias crianças, andarem a fazer transportes. Imagine, no caso de São Jorge, uma criança sai do Norte Grande para ir para as Velas usufruir da sua refeição, para voltar para o Norte Grande. A verdade é essa, porque também podem existir, freguesias não estão preparadas para confeccionar esse número de refeições, porque o que se espera com esta medida é que exista um maior número de alunos a usufruir da refeição escolar. E quem é que nos garante que nessa freguesia, num regime de proximidade, exista um local disponível para confeccionar esse número de refeições? Porque o intuito do Bloco de Esquerda é exatamente alargar este benefício para todos os alunos. É isso que o Bloco de Esquerda entende. O que depreende que existe um maior número de crianças a

usufruir da refeição escolar e, portanto, se existe é preciso criar condições e se o Bloco de Esquerda diz que não há a assunção de que sejam estas refeições confeccionadas na escola, então serão confeccionadas em pontos de proximidade. E quem é que garante ao Bloco que existem, para esse alargado número de refeições que têm que ser confeccionadas, condições para que estas sejam confeccionadas e usufruídas nas próprias freguesias.

E, por isso, parece-nos que não é esse o intuito da iniciativa, quer na fase inicial, não nos parece que seja essa a política que deva ser implementada e, por isso, não podemos acompanhar esta iniciativa do Bloco de Esquerda.

Mas também dizer e aquilo que já foi dito em relação às refeições escolares e à preocupação, por parte do Governo ou dos Partidos que suportam a Coligação é notarial, por mais que queiram, não a vão poder modificar. Foi uma proposta da Coligação que fez com que se baixassem as refeições escolares, fomos nós que identificamos essa necessidade ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Bem lembrado!

A Oradora: ... e, portanto, também estar agora aqui, como se isso não fosse verdade, como se não existisse essa preocupação, desde o início, quanto à importância do valor das refeições escolares, isso não é verdade e é preciso lembrar sempre que os senhores tentam fazer esquecer.

E também dizer, naquilo que o Bloco de Esquerda também assumiu quanto ao número de alunos que requerem a refeição escolar e não usufruem da mesma, assumindo que é algo que falha no processo, da segurança social, da escola e, por isso, é que os alunos não usufruem da sua refeição. Mas quem é que nos garante que essas refeições não são usufruídas, porque quem as requereu não as foi levantar? Não as foi consumir? Quem é que nos garante que não é? Não deve haver um compromisso de todas as partes, também de quem requer a refeição? Não deve existir um compromisso também por parte dessas pessoas?

Pois, no nosso entendimento, parece-nos que tem que existir sempre um compromisso de todos os intervenientes, de todas as partes.

Deputado António Lima (BE): Não foram aceites!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Quer que prove?! Muitos escalão A, atravessam a estrada e vão comer ao café, com a senha paga!

A Oradora: Por isso, como disse, no que concerne à questão das refeições escolares gratuitas, concordamos, mas que deve ser direcionado para aqueles que, efetivamente, precisam, quer seja uma situação a mais curto prazo, seja uma dificuldade a mais longo prazo, mas que devem ser esses que devem usufruir das refeições escolares e nada disso é garantido com este diploma do Bloco de Esquerda.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Se for ver à cantina, a maior parte dos que vão lá comer não têm escalão!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Joaquim Machado, eu registo a sua preocupação com a privatização, digamos assim, da confeção das refeições escolares na Região, mas por duas vezes o Bloco de Esquerda já apresentou propostas para reverter esse processo e o senhor votou contra, das duas vezes, por isso, lágrimas do crocodilo não nos impressionam.

Mas também quando se fala sobre esta matéria e se inventam problemas gravíssimos de logística, que de facto, parece que estamos aqui a tratar de algo logisticamente impossível, é preciso conhecer a legislação que está em vigor, o Decreto Legislativo Regional n.º5/2014/A e o Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2014/A, que regulamenta este diploma e a distribuição de refeições. E o que é que diz esse decreto regulamentar regional? Que o Governo pode alterar, aliás, para adequar e poderá ter que alterar se essa proposta se for aprovada, para adequar algum aspeto que entenda que deva ser adequado, porque é a competência do Governo regulamentar os diplomas desta Casa. Este decreto regulamentar regional diz o seguinte, no seu artigo 4.º, estratégias de intervenção e são estratégias de intervenção, designadamente: disponibilização da refeição em espaço escolar, primeiro ponto. Alínea b), disponibilização da refeição no âmbito de uma atividade organizada em que a criança se encontre inserido no período de férias ou em interrupção letiva e alínea C), disponibilização da refeição no contexto familiar.

Ó Senhor Deputado Joaquim Machado, a criança da Bretanha pode ter a refeição em casa.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*):

Não pode!

O Orador: Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, a criança do Norte Grande pode ter a refeição em casa.

Só não têm porque os senhores não querem.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(*Pausa*)

Senhora Secretária Regional da Educação, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado António Lima, aquilo que o Governo não pode é regulamentar contrariamente a um decreto legislativo regional.

Se esta proposta for aprovada como está, o decreto regulamentar vai ter que necessariamente ser alterado.

Nesta vossa proposta os senhores fazem cair o n.º 4 do artigo 4.º que dispõe o seguinte: “ O ISSA avalia a situação socioeconómica do agregado familiar e assegura a disponibilização do almoço com recurso à rede de respostas sociais locais” e isso cai e, portanto, caindo isso, mantendo-se a norma que dispõe no artigo terceiro, que as refeições escolares são nos mesmos moldes do calendário letivo normal, isso implica e foi questionado por mim na Comissão dos Assuntos Sociais e foi confirmado que isso implica que teria de ser na escola e daí, termos dito ...

Deputado António Lima (*BE*): É esse o único problema?

A Oradora: ... não é único, é um dos problemas que geram essa inconsistência, Senhor Deputado.

Muito obrigado.

Presidente: Senhor Deputado António Lima, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu pergunto à Senhora Secretária se é essa a condição para esta proposta ser aprovada?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (IND)**: Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Esse projeto de decreto legislativo regional que aqui é trazido pelo Bloco de Esquerda, em primeira análise, merece uma reflexão pela bonomia que pode prestar, principalmente às famílias mais desfavorecidas da Região, numa primeira análise.

Vendo com mais profundidade o documento e fazendo uma leitura do documento original, do tempo do Partido Socialista, tenho que *dar a mão à palmatória*, o documento conforme foi construído, especificamente falando do artigo 4.º, acautela bem os interesses das famílias desfavorecidas. E acautela no seu ponto 1, mas acautela no seu ponto 2, no seu ponto 4 e no seu ponto 5. Portanto, percebendo que, se calhar, o Bloco de Esquerda queria dar uma nova leitura a esse documento, mas eu acho que não há necessidade disto. Não há necessidade de que o documento, tal como foi feito no tempo do Partido Socialista, acautelou os interesses das crianças e se na regulamentação não foi até ao detalhe de conseguir que as refeições chegassem até a casa das crianças, como também estava previsto na regulamentação, entendo que se não o fizeram, foi porque muitas vezes a boa vontade esbarra nos recursos disponíveis.

Perante essa realidade, se no vosso tempo não era possível acautelar que as refeições pudessem ir até ao limite de ir até a casa das crianças, se no vosso tempo isso era difícil de articular, neste tempo também não será fácil. Portanto,

eu entendo que, se calhar, há muito ainda por fazer para as crianças da nossa Região, mas, no meu entender, nesta matéria, já estava devidamente salvaguardado o interesse das crianças, principalmente as mais desfavorecidas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Como demonstra a ausência de resposta do Governo e da Coligação sobre a minha pergunta, o problema não é efetivamente as questões levantadas pela Senhora Secretária, o problema é que o Governo e a maioria que suporta o Governo não querem aprovar a proposta, querem arranjar pretextos para justificar o seu chumbo. É tão simples quanto isso.

Aliás, aquilo que a Senhora Secretária diz que é o problema, que é o n.º 4 do art.º 4.º que nós eliminamos, é exatamente um não problema, porque nós só eliminamos porque esse número refere exatamente que há uma avaliação da situação socioeconómica do agregado familiar.

Ora, ela não é necessária quando é para todos. Se é para todos os que querem, não há qualquer necessidade de fazer essa avaliação, porque se a Senhora leu, Senhora Secretária, o n.º 3 do mesmo artigo, diz o seguinte e vou ler para que não haja dúvidas: “A unidade orgânica inventaria os requerimentos, identificando nome, morada e escalão da ação social escolar, remetendo informação para o ISSA, que – imagine-se - assegura a disponibilização do almoço.”

Ou seja, nessa matéria, a nossa proposta não altera nada, absolutamente, nada do que está em vigor. Altera apenas aquilo que diz respeito à abrangência da medida e esta proposta só não passa porque a direita não quer.

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Senhor Deputado Paulo Estêvão, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

Esta legislação que está em vigor foi uma iniciativa também do Bloco de Esquerda, em relação ao almoço durante os períodos de férias e interrupções letivas.

O seu preâmbulo estabelecia, em 2014, que a escola enquanto espaço naturalmente congrega crianças e jovens, assume-se como contexto privilegiado para a implementação de estratégias de combate à pobreza infantil, enquanto fatores promotores da igualdade de oportunidades.

No resto do preâmbulo e do articulado, percebe-se que era uma medida em que, fundamentalmente, a preocupação do proponente era de, através de os mecanismos sociais existentes e dos mecanismos da própria escola, se pudesse auxiliar, apoiar neste período, que era um período também de uma grave crise económica, os mais desfavorecidos e os alunos e as famílias com maiores dificuldades. Portanto, era uma preocupação, fundamentalmente, centrada nesta questão social, diferenciando, dos casos.

(Aparte inaudível)

O Orador: Nós verificamos também, Senhor Deputado, deixe-me terminar a minha argumentação, que estas refeições eram fornecidas aos alunos, de acordo com a proposta que o Bloco de Esquerda apresentou e de acordo com o que o Parlamento aprovou, que era para os alunos que se encontram no primeiro e segundo escalão da ação social escolar. Mas isto excluía alunos que, por ventura, estivessem noutros escalões e que necessitassem de apoio, estavam

excluídos no âmbito dos apoios que o Bloco de Esquerda previa que pudessem ser acionados. Devo dizer, com justiça, para o Bloco de Esquerda, que o Bloco de Esquerda assegurou que assim não fosse. E assegurou que assim não fosse atreves do n.º 2 do art.º 4.º que diz: “Sem prejuízo do disposto no número anterior, ou seja, o artigo que estabelece que se destina aos alunos que estão no primeiro e segundo escalões, mas sem prejuízo desse artigo, as situações pontuais e urgentes, sinalizadas pelas unidades orgânicas, ficam igualmente abrangidas pelo regime estabelecido no presente diploma. Portanto, isto quer dizer que se fossem sinalizadas, detetadas situações de alunos que tivessem dificuldades deste tipo e que não estão e que não estão no primeiro e segundo escalão, também são abrangidos por este sistema criado em 2014 e que não foi criado como uma fórmula estanque, apenas para o primeiro e segundo escalão, porque foi acautelada esta formulação por parte do Bloco de Esquerda, na altura.

Ou seja, um aluno que tivesse no terceiro ou no quarto escalão, que fosse sinalizado pelos serviços, que sabem que os serviços da escola, hoje em dia, contam com psicólogos, contam com técnicos, nutricionistas contam com um amplo serviço de apoio que consegue, de facto, detetar um grande conjunto de situações, ou seja, nenhum aluno, independentemente do escalão em que se encontrasse, desde que fosse sinalizado e é obrigação das escolas conseguir sinalizar, nenhum aluno ficaria fora deste sistema. Esta é que é a questão fundamental.

Não vou aqui dizer, por isso, que o Bloco de Esquerda se esqueceu de situações que não pudessem estar tipificadas, no âmbito do ponto n.º1, do art.º 4.º, que era o primeiro e o segundo escalão.

Depois, há também outra questão que também é eliminada, e esta possibilidade destes casos serem sinalizados é, por parte do Bloco de Esquerda, afastada no

âmbito da proposta que apresentou, com a lógica que se percebe que o Bloco de Esquerda agora pretende.

Depois, é preciso ver que o n.º 4, do mesmo artigo que o Bloco de Esquerda também elimina, dizia o seguinte: “O ISSA e o IPRA avalia a situação socioeconómica do agregado familiar e assegura a disponibilização do almoço com recurso à rede de respostas sociais locais”. Algo que o Bloco de Esquerda também elimine.

Ou seja, há aqui uma alteração profunda, no âmbito daquilo que o Bloco de Esquerda está a propor alguns anos depois. Ou seja, agora já não é a questão de assegurar a igualdade de oportunidades para todos. Não é já a deteção de situações que necessitem de intervenção, do ponto de vista das estruturas sociais e das respetivas escolas, agora já é uma proposta que quer massificar uma resposta para os casos em que é necessário e para os casos em que não é necessário.

Eu não posso acompanhar esta vertente de intervenção, porque os recursos da nossa região, como recursos do país ou recursos todas de todas as regiões, são recursos em que é necessário ter uma intervenção que hierarquize que estabelece uma hierarquia de prioridades e de intervenções. Para podermos acudir a um grande número de situações, há outras, como uma generalização, que é o caso e há outros casos com certeza, essa generalização faz com que depois, outras situações a quem é urgente acudir, não se possa fazer porque os recursos não são inesgotáveis.

Por isso, é que eu considero que esta resposta atual se enquadra numa filosofia de intervenção que me parece adequada. Isto para mais, tendo em conta a diminuição do preço das refeições, que já foi operada por parte do atual Governo Regional e do reforço que o Governo já implementou, por exemplo, a nível da ação social escolar, com um aumento, por exemplo, neste ano de 22%

da projeção do esforço que nós estamos a fazer, no âmbito da ação social escolar.

Portanto, é este o conjunto de argumentos que fazem com que eu não possa acompanhar a proposta do Bloco de Esquerda.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem inscrições.

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

No âmbito da discussão desta matéria, do fornecimento de refeições aos alunos, foi suscitada uma questão que eu acho que é muito importante esclarecer.

E, portanto, a minha pergunta é à Senhora Secretária: o Governo Regional deu alguma orientação às escolas para que, mesmo temporariamente, não aplicassem a norma transitória de um desconto adicional de 25% sobre o preço das refeições no ano letivo 2022/2023?

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor não leu a última parte do último artigo que escreveu!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

Prescinda.

Senhora Secretária Regional, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Governo Regional deu orientação no âmbito do decreto legislativo regional que foi aqui aprovado em fevereiro e passo a citar. Tem dois artigos com duas normas. Repete-se, quer no artigo 13.º, quer no artigo 15.º e, em ambas, nós temos que a possibilidade desta redução em 25%, mas depois o que é comum, nestes dois artigos, que os encargos decorrentes da aplicação do número anterior, tem por limite a dotação prevista no orçamento da Região.

Se não fosse essa a nossa intenção, Senhor Deputado, depois desta aprovação, ao nível da República, assistiu se a um aumento do subsídio de refeição e estando o valor das senhas escolares calculado por afetação ao subsídio de refeição, também poderíamos ter assistido a um aumento do valor das senhas escolares, decorrentes do aumento do valor do subsídio de refeição. E foi exatamente na aplicação desta norma transitória que aqui está, ao abrigo do decreto legislativo regional, que nós mantivemos os valores e, portanto, não aplicamos um aumento decorrente do subsídio de refeição, precisamente na aplicação estrita do que está aqui no decreto legislativo regional e, portanto, não há qualquer tipo de incumprimento, por parte do Governo.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária.

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhora Secretária Regional, não está na esfera do Governo a decisão sobre, se cumpre, ou não cumpre.

E, mesmo reconhecendo eventual validade aos argumentos que a Senhora Secretária aqui invocou - coisa que eu não estou a fazer, mas apenas a considerar para efeitos de raciocínio - então, se é assim, o que a Senhora Secretária deveria ter feito, era trazer a este Plenário uma proposta, no sentido de dizer: “Vejam, houve um aumento, alteraram-se as circunstâncias, este decreto não faz sentido e, portanto, deve ser alterado”. O que não pode estar é na disposição da Senhora Secretária decidir se cumpre, ou não cumpre.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

E cumpre!

O Orador: E aquilo que a Senhora fez foi, exatamente, aquilo que não devia ter feito, que foi assumir o papel de juiz sobre se a legislação emitida por esta Assembleia tem, ou não tem, razão para ser cumprida.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

Não, não!

O Orador: Foi, sim Senhora! E aquilo que a Senhora acabou de fazer aqui foi exatamente isso, foi dizer: “A Assembleia mandou-me fazer isso, mas como se alterou a circunstância, então eu não cumpri”. Porque, se fosse verdade aquilo que a Senhora está a dizer, o que a Senhora devia ter feito era trazer a esta Assembleia uma proposta que alterasse o decreto e que dissesse: “Os senhores quando aprovaram este decreto, fizeram-no num quadro. Este quadro alterou-se e agora nós entendemos que não faz sentido.”

E, portanto, o que a Senhora fez, Senhora Secretária, foi, em relação ao ano de 2022/2023, incumpriu aquilo que esta Assembleia decidiu e a minha pergunta é, se em relação ao ano de 2023/2024, vai continuar a incumprir aquilo que esta Assembleia decidiu, ou se vai trazer este Plenário uma proposta para, efetivamente, a legislação se adequar àquilo que a Senhora entende que é a forma correta? Porque há algo que não pode é acontecer, Senhora Secretária, é

esta Assembleia aprovar uma coisa e a Senhora decidir se cumpre, ou não cumpre, consoante os argumentos que lhe ocorrem.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhora Secretária Regional da Educação, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O decreto legislativo regional que aqui está em apreciação, nesta questão da atualização das refeições escolares e não este que agora coloca o Bloco de Esquerda, mas aquele que foi aprovado, salvo erro, 5/2023, dispõe uma atualização do valor das refeições escolares por atinência ao valor do subsídio de refeição, nos seus artigos 8.º e 9.º.

No seu artigo 13.º, dispõe ainda o seguinte: que, neste ano, neste ano escolar e no próximo poderá ser aplicado uma dedução de 25% no limite da dotação orçamental.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Não é “poderá”!

A Oradora: E é precisamente no limite da dotação orçamental que nós estamos a trabalhar, porque se assim não fosse, com o aumento do subsídio de refeição a aplicação do decreto legislativo regional 6/2023/A

implicava um aumento que nós não aplicamos só os 8% e aplicámos no limite da dotação orçamental a dedução específica que os senhores deputados fizeram aprovar para o ano de 2023/2024.

Deputada Ana Luís (PS): Não é isso que está escrito!

A Oradora: E, portanto, foi no âmbito desta dedução específica para este ano letivo, que tem o limite da dotação orçamental, que nós não fizemos aumentar o valor das senhas escolares...

Deputada Ana Luís (PS): Não é verdade!

A Oradora: ... e, portanto, com total cabimento legal.

Muito obrigada.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não é assim!

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária.

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhora Secretária, a Senhora não tem razão. Em primeiro lugar, porque o que a lei travão proíbe é o aumento da despesa, não em relação a cada dotação, mas o aumento da despesa global, porque é isso que salvaguarda o equilíbrio orçamental.

Em segundo lugar, não está no decreto que é a dotação específica desta ação. É a dotação orçamental relativa ao ano de 2023 ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ...e, portanto, em relação a este assunto continuam, exatamente, por esclarecer as questões que foram colocadas.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Nota-se a jogada!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Orçamento dá para tudo!

O Orador: Desde que se respeite a dotação orçamental.

Senhora Secretária Regional, a senhora tem, ou não tem, condições para cumprir aquilo que a Assembleia mandou?

Se não tem condições, por que razão é que não trouxe então a esta Assembleia, se acha que se alteraram as circunstâncias, por que razão é que não trouxe a esta Assembleia uma proposta que dissesse que se alteraram se as circunstâncias que existiam à data de aprovação deste decreto?

E, portanto, aquilo que os senhores disseram teve evolução e nós achamos que isso não se deve cumprir. Mas, a senhora não fez isso, o que a senhora disse foi às escolas para não cumprirem.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):
Não!

Deputada Ana Luís (PS): Disse, disse!

O Orador: Senhora Secretária, a 24 de fevereiro (este diploma é de 17 de fevereiro), sete dias depois, a sua Secretaria estava a enviar um ofício para as escolas a dizer :”Aguardem comunicação desta Direção Regional para aplicar um desconto extraordinário de 25%.”

E, portanto, não teve a ver com as outras questões. Teve a ver com uma escolha sua, que optou por não cumprir aquilo que este Parlamento mandou.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

E a pergunta é esta: a Senhora Secretária vai, ou não vai, cumprir aquilo que diz o decreto, no ano de 2023/2024?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice- Presidente e Membros do Governo:

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, calma!

Está, Vossa Excelência, tão nervoso que até esquece o tratamento de cortesia que deve ter aqui no Parlamento, em relação aos membros do Governo.

Deputado Tiago Branco (PS) Como é que o senhor pode dizer uma coisa dessas!

Deputado João Vasco Costa (PS): À falta de argumentos, diz isso!

O Orador: Oçam, eu aprendi isto ao longo destes anos, que é importantíssimo em instituições como as nossas, que é importante. Não é uma condenação. Eu Não disse que fez de propósito, eu digo é que se tem esquecido.

Mas, Senhor Deputado, não se exalte e oiça aquilo que lhe vou dizer, Vossa Excelência não tem razão e vou lhe dar dois argumentos, por falta de tempo, não lhe dou mais.

Ponto n.º 1: Vossa Excelência diz, então, “o limite não é naquela rubrica, é no âmbito de todo o orçamento”, diz Vossa Excelência.

Então Vossa Excelência apresenta aqui uma proposta de 200 ou 300 milhões de euros e agora diz assim ao Parlamento: “e agora, em relação a esta despesa, acautelem-na”. Obrigava a alterar todas as outras rubricas. O senhor alterava o orçamento todo? Acha que isso é lógico, Senhor Deputado, defender essa perspectiva? Então apresentava aqui propostas 600 milhões ou 700 milhões e agora acautelem e eliminem as outras todas e se não, não estão a cumprir aquilo que o Parlamento fez. Portanto, o seu argumento não colhe, Senhor Deputado, não colhe.

Deputado João Vasco Costa (PS): Colhe, colhe! Colhe e o senhor sabe que sim!

O Orador: Segundo ponto. Olhe, Senhor Deputado, eu por experiência própria, posso dar-lhe exemplos, em relação às refeições escolares, de que estava previsto esse direito em todas as ilhas, em todos os estabelecimentos escolares, estava na lei e o senhor não cumpriu.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Por uma questão, também de informação à Câmara, que fizemos entrar uma proposta de alteração ao n.º 4 do art.º 4.º deixando de o eliminar, passando a dizer o seguinte: “O ISSA e IPRA assegura a disponibilização de almoço com recurso à rede de respostas sociais locais.” Retirando aquela que era a avaliação socioeconómica que constava da redação anterior.

Ora, isto não sei se resolverá alguns problemas da coligação, mas eu não quero que falte nada à coligação e não quero que fiquem com problemas para aprovar o que quer que seja, por uma questão de pormenores que, efetivamente, não aquecem, nem arrefecem, mas não será por aí que esta proposta não terá mais votos a favor.

Aproveito também, muito rapidamente, para responder ao Senhor Deputado Paulo Estêvão, que usou um argumento importante e interessante para este debate. Recordo a redação inicial e relembra um ponto específico do diploma em vigor, que prevê que situações sinalizadas possam aceder às refeições no período de férias e interrupções letivas, mesmo estando fora dos escalões abrangidos do primeiro e segundo escalão da ação social escolar.

Em primeiro lugar, recordo, mais uma vez que a intenção inicial do Bloco de Esquerda, em 2014, era fazer uma proposta universal e abrangente. Esse foi o possível nessa altura de fazer aprovar e já foi um avanço, como é natural.

Mas, Senhor Deputado Paulo Estêvão, a sua argumentação tem uma pequena falha, pequena, mas importante que é a seguinte: se se considerasse que bastaria uma avaliação socioeconómica dos casos em concreto, para atribuir o direito à refeição escolar, então, não se teria definido os escalões, isso porquê? Porque essa avaliação poderá ter falhas, poderá não ser célere o suficiente, não ser abrangente, poderá não ser rigorosa o suficiente, ou seja, a avaliação sendo importante, poderá deixar casos de fora, é natural que isso aconteça. Daí se ter definido dois escalões das crianças em situação de maior vulnerabilidade.

Na nossa opinião, apenas a avaliação, que está prevista na atual legislação não é suficiente. E não é suficiente e não tem uma malha suficientemente fina para detetar todos os casos que possam vir a precisar.

E, neste sentido, aquilo que achamos que é a forma de não deixar, efetivamente, nenhuma criança para trás, sem o direito a ter esse acesso à refeição no período de férias, é efetivamente alargar a todos e é por isso que temos a proposta que temos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Vasco Cordeiro tem a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhora Secretária Regional da Educação, a senhora invocou a alteração do montante do subsídio de refeição, como a razão para a indicação que foi dada às escolas e pelo impacto que esse aumento do subsídio de refeição teria no quantitativo. Mas, ou a senhora está a tentar enganar o Parlamento, ou está com lapso de memória, porque a alteração ao subsídio de refeição foi mais de um mês depois da carta que a senhora enviou para as escolas. Mais de um mês depois da carta que a senhora enviou para as escolas a dizer: “Não apliquem o desconto extraordinário” é que foi alterado o subsídio de refeição.

E a pergunta mantém-se, Senhora Secretária, em 2023/2024, no ano letivo, a Senhora vai, ou não vai, aplicar aquilo que esta Assembleia mandou?

Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Chega não acompanha este diploma, naturalmente, porque não é da nossa convicção dar tudo a todos e gostamos muito daquele princípio que *à custa do doente, como toda a gente*.

Invocar aqui a pobreza e depois querer dar a todos é perguntar aos açorianos se acham certo que, até os filhos dos deputados possam ter esse tipo de regalia.

Não é isso que eu defendo, não é isso que eu acompanho, não é isso que eu quero, não é isso que o meu Partido defende.

Muito obrigado e haja saúde.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Joaquim Machado, faça o favor.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo Regional:

Eu não vou interpelar a Mesa, Senhor Presidente, sobre as intervenções do Senhor Deputado Vasco Cordeiro e até podia fazê-lo, porque elas efetivamente não estão centradas sobre o diploma que estamos a discutir. Ainda que, o outro diploma sobre o qual se tem referido, tenha relação com esta matéria.

Mas há mais coisas que têm relação umas com as outras. E é, exatamente, os 24 anos de governação do Partido Socialista, ou, se quisermos, os oito anos de governação da absoluta responsabilidade do Senhor Deputado Vasco Cordeiro, durante os quais as refeições escolares não baixaram um cêntimo.

É bom lembrar.

Mas hoje, o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, que enquanto Presidente do Governo Regional em 2014, como líder também do Partido Socialista

autorizou sua bancada a votar favoravelmente a proposta do Bloco de Esquerda, que ainda hoje está em vigor. Que é esta que permite à administração pública regional fornecer refeições a alunos do primeiro e segundo escalão, durante o período de férias.

Fê-lo numa altura e num ano em que houve na região 19.800 desempregados e o Senhor deputado Vasco Cordeiro, enquanto Presidente do Governo Regional, permitiu que os alunos do primeiro e do segundo escalão, de facto os mais vulneráveis, os mais pobres, oriundos de famílias com mais dificuldades financeiras, pudessem ter essas refeições no período de férias. Hoje em dia, o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, na posição, quanto temos no último trimestre 7800 desempregados, o que é aqui defende? Ele não defende que se alargue ao terceiro escalão - o que já era uma generosidade - o fornecimento das refeições. Vamos esquecer toda a parte operativa da proposta do Bloco de Esquerda. Ele não propõe que se atribua ao terceiro escalão, nem ao quarto, mas que todos os alunos, inclusivamente, o seu filho, se entender, poder receber uma refeição em casa, no período de férias. Isso faz sentido?

Não faz sentido. Agora, uma coisa já percebemos todos, o que Senhor deputado andou a fazer, enquanto Presidente do Governo, não tem nada a ver com o que hoje faz, como Presidente do PS.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 18 horas e 20 minutos.

Eram 18 horas e 03 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 30 minutos.

Senhoras e Senhores Deputados, a Mesa não tem neste momento mais inscrições.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Apenas para reiterar as questões que coloquei à Senhora Secretária Regional da Educação e que pedia-lhe que respondesse.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Não era para intervir mais, mas houve uma nova intervenção de outro Partido, neste caso do Chega, sobre a mesma matéria e não posso deixar de responder, porque julgo que a matéria merece resposta.

Senhor Deputado Pacheco, eu ouço-o muitas vezes nesta Casa dizer e a queixar-se de que não há medidas para a classe média. Há uma medida de apoio social, “a classe média fica sempre de fora”, o Senhor Deputado José Pacheco fica muito incomodado com isso e depois, quando tem aqui uma medida que passaria a abranger o terceiro escalão da ação social escolar, são efetivamente pessoas da classe média, a classe média muito baixa, que têm rendimentos muito baixos, estamos a falar de 36 a 45% do salário mínimo per capita.

Do quarto escalão, 46 a 60% do rendimento per capita e o Senhor Deputado José Pacheco quer fazer crer que os açorianos têm todos os salários de deputados, não têm Senhor Deputado José Pacheco. E o senhor quer excluir estas pessoas desta medida e são casos que efetivamente, onde existem necessidades e no quinto escalão haverá necessidades, certamente, porque há gente que poderá não estar classificada no quinto escalão e poderá estar a passar dificuldades no momento atual.

E, como é óbvio, se há problemas da parte da Coligação ou do Chega com o quinto escalão, eu não vi nenhuma proposta de alteração, é tão simples, quanto isso. Ou dá muito trabalho?

Se é esse o problema, o quinto escalão, então porque é que não apresentam uma proposta de alteração? Porque os senhores, o que querem é excluir também o terceiro e o quarto escalão, porque se não quisessem, então tinham apresentado uma proposta de alteração e estávamos aqui a analisá-la e certamente a votá-la, mas aquilo que a Coligação quer é deixar tudo como está e excluir grande parte das famílias desta medida.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Joaquim Machado, faça o favor.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo:

Num aparte, o Senhor Deputado Vasco Cordeiro disse durante este debate: “Eu hoje estou muito generoso” e eu tenho que confirmar que, de facto, tem hoje uma propensão para uma certa generosidade e vou dar oportunidade ao o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, já que se quer centrar num diploma já discutido e aprovado, se quer voltar ao passado, que volte um bocadinho mais atrás, explicar aos açorianos porque é que em oito anos, como Presidente do Governo, não baixou um cêntimo nas refeições escolares?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Vamos então, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu confesso que esperava uma resposta da Senhora Secretária Regional da Educação sobre as questões que eu coloquei.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*):

E foi dada!

O Orador: Se não, em relação à razão pela qual, deu indicação às escolas para não aplicar uma norma que este Parlamento aprovou, pelo menos para dizer se, em 2023/2024, que foi também uma decisão deste Parlamento, aplicaria, ou não aplicaria, o desconto extraordinário de 25% sobre o preço das refeições?

A ausência de resposta da Senhora Secretária Regional da Educação e do Governo revela algo de profundamente negativo, que é que não só o Governo se arroga o direito de cumprir, ou não cumprir, aquilo que o Parlamento decide, como acha que nem sequer deve ao Parlamento uma explicação, sobre as razões pelas quais isso acontece.

E, Senhora Secretária Regional, o problema não é a dotação orçamental. Se nós tomarmos como referência, por exemplo, aquilo que foi a execução do Plano de 2022, neste programa, relativo à educação, ficaram por executar mais de seis milhões de euros. Desses mais de seis milhões de euros que ficaram por executar, mais de um milhão de euros ficou por executar, na componente do apoio social escolar, que é aquela ação que paga as refeições.

E, portanto, Senhora Secretária, a razão pela qual não cumpriu aquilo que esta Assembleia deliberou, não foi por causa do subsídio de refeição, nem foi por causa da dotação orçamental. Foi porque a Senhora discorda desta solução que o Parlamento aprovou e, por discordar, acha que o Parlamento aprova, mas a Senhora não cumpre. Isso é sinal de uma profunda degradação deste Governo, no seu relacionamento com a Assembleia. Uma profundíssima degradação e é um sinal perigosíssimo, quanto ao funcionamento da relação entre este Parlamento e o Governo Regional.

Senhora Secretária Regional, a pergunta mantém-se, e eu agradecia uma resposta: no ano de 2023/2024, a senhora vai, ou não vai, cumprir ...

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Está a cumprir!

O Orador: ... aquela que foi a decisão desta Assembleia, de aplicar um desconto extraordinário de 25% sobre o preço das refeições?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Faz favor, Senhora Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

De uma forma muito direta e até telegráfica, o Governo cumprirá, como tem cumprido com a legislação aprovada por esta Casa. E, portanto, aplicaremos as normas que foram definidas, no que concerne à dedução adicional.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora. Secretária Regional.

Tem a palavra o Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Mas, então, se o ano económico e orçamental de que estamos a falar é, exatamente, o mesmo, porque é que a senhora não cumpriu, no ano letivo de 2022/2024, quando o diploma entrou em vigor e agora acha que tem condições para cumprir 2023/2024?

Poupo-lhe a resposta. É porque este assunto foi denunciado agora, aqui pelo Partido Socialista nesta Assembleia, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... é porque este assunto que releva para as famílias açorianas foi denunciado nesta Assembleia, porque se dependesse do Governo, continuaria o Governo a arrogar-se o direito de não cumprir aquilo que a Assembleia decide. E é muito claro, basta atentar no resultado desta votação. Este artigo foi aprovado com os votos contra dos Partidos da Coligação. E, portanto, os Partidos da Coligação tentaram vencer na Secretaria, aquilo que no debate da Assembleia já haviam perdido.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

E este é um profundo sinal de degradação.

E, Senhor Deputado Paulo Estêvão, a si, choca-o que um deputado desta Assembleia, com o limite orçamental que a Assembleia aprovou, possa apresentar propostas e possa efetivamente a Assembleia também decidir que haja uma transferência de verbas entre ações garantidas e limite máximo, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Aconteceu no seu Governo?

O Orador: ... já não o choca ter aprovado um cheque em branco ao Governo, para poder movimentar verbas entre projetos, programas e ações, não interessa como.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Senhor Deputado Paulo Estêvão, aquilo que está a acontecer, hoje, aqui, nesta Assembleia, em relação a este assunto, é mau demais para ser verdade, porque não só o Governo se arroga o direito de cumprir, ou não cumprir, aquelas que são as decisões desta Assembleia, como a maioria que o suporta, nomeadamente Vossa Excelência, acha que está tudo bem, acha que não há problema nenhum, acha que assim é que é. Isso diz tudo sobre esta Coligação do Governo e o seu respeito por esta Assembleia.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Deputada Cabeceiras, faça favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo:

Depois do que tem sido a intervenção do Senhor Vasco Cordeiro e apesar, de que o debate que estamos a fazer não se refere ao funcionamento das cantinas e buffets escolares, mas o Senhor Deputado Vasco Cordeiro insiste em fazer esse debate dessa iniciativa que está já em vigor, que já foi discutida e aprovada nesta Casa,, dizer que o Governo está a cumprir aquilo que a Assembleia aprovou, nesta Casa.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não está!

A Oradora: E está a cumprir, porque no n.º 2 dizia, diz assim: “Os encargos decorrentes da aplicação do número anterior têm por limite a dotação prevista no orçamento da Região Autónoma, para o ano de 2023.”

E a verdade é que o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, nas suas intervenções, têm andado aqui um bocadinho *à maré*, porque primeiro era a dotação do orçamento, a dotação que o Governo Fazia, e que os deputados que suportam o Governo faziam, era errada, porque no nosso entendimento, esta dotação do orçamento da Região, que era referente à rubrica desta matéria.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas quem é que dizia isso?

O Orador: O Senhor Deputado dizia que não, que era do orçamento.

Pois bem , Senhor Deputado, como é que pode fazer essa leitura, se o orçamento tem que ter exatamente previsibilidade, porque existem compromissos que foram assumidos. Então podemos nós, aprovar nesta Casa uma iniciativa, que é necessária uma dotação orçamental e tem o Governo que ir tirar a outras rubricas, aquilo que a Assembleia aprova e deixar os serviços de saúde funcionar ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: ...e deixar os apoios aos empresários funcionar. É essa a leitura que faz. Não me parece, e aceito que o senhor tenha mais experiência nessa matéria do que eu, mas não aceito que seja assim.

O nosso entendimento é de que, efetivamente, o Governo está a cumprir aquilo que foi estipulado pelo Governo Regional. E quando diz que: “o Governo Regional o que está a fazer é porque votou contra este artigo e, portanto, o que está a fazer é como se os partidos votaram contra e isto passou, estão aqui a fazer uma *birrinha* de não implementar o que aprovou na Assembleia.”

Quantas medidas, nesta Legislatura, estão a ser implementadas, de iniciativas que foram aprovadas e que nós votámos contra? Se há Legislatura que é exemplo disso, é esta.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Isso não é verdade a leitura que o senhor está a fazer e a fazer crer. É verdade que é uma realidade parlamentar diferente, é verdade, não há maioria, passam artigos, passam diplomas que nós entendemos que não são os melhores para a Região, mas é a nossa realidade parlamentar e tem sido assim desde o início e o senhor quer fazer crer que não é.

Mas agora, voltando ao diploma que estamos aqui a discutir, que é alteração com o Bloco de Esquerda propõe e daquilo que foi também alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda, no Grupo Parlamentar do CDS a análise que fazemos continua, e reitero aquilo que disse na minha primeira intervenção, entendemos que devem ser ajudadas, apoiadas as famílias, as crianças, os alunos que necessitam de apoio e acreditamos que o diploma que está em vigor, da maneira que está estipulado, é isso mesmo que prevê, em que os alunos do primeiro e do segundo escalão podem requerer e a escola todas aquelas situações que são sinalizadas e por via da segurança social, também são apoiadas. E isto parece-nos que é a forma correta com que este apoio deve ser atribuído.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado Vasco Cordeiro tem a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Prescindo.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Está muito generoso, Sr. Deputado!

Presidente: Senhor Secretário Regional das Finanças, tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo, Senhor Vice-Presidente:

Estando já à espera, agradeço que o Senhor Deputado Vasco Cordeiro tenha prescindido, para poder também ter mais tempo para responder àquilo que eu vou colocar, porque parece que o senhor está um pouco *entupido* estes dias e agora está soltando tudo, mas já lá vamos.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Outra tirada magnífica!

O Orador: Ó Senhor Deputada Andreia Cardoso, não sei se quer também pedir a palavra, faça favor. Talvez pudesse explicar ou responder, pode ser até por gestos.

No tempo do Deputado Vasco Cordeiro, enquanto Presidente do Governo, as refeições escolares desceram ou não desceram?

Não desceram!

Desceram ou não desceram, Senhora Deputada?

Não desceram! Muito bem!

No tempo do Governo de Coligação as refeições escolares desceram ou não desceram?

Desceram, sim senhor! E, daqui se vê, uma enorme diferença, naquilo que é a atitude.

Agora, a questão que o Senhor Deputado Vasco Cordeiro coloca tem a ver também com... vamos lá ver então as coisas com calma. Então, o Senhor Deputado Vasco Cordeiro votou contra o Plano e Orçamento, mas agora quer que agente execute o Plano e Orçamento e ainda mais que o Plano e Orçamento. Lei travão, já foi.

Inventou-se aqui uma solução, que era dizer: até aos limites orçamentais. Nunca pensei dizer isto, mas tantas saudades do Deputado Sérgio Ávila, que não deixaria isto acontecer.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Tantas vezes daqui, ele alegou a lei travão, que tenho a certeza que, se ainda estivesse ali, não deixaria passar estes subterfúgios para tentar ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Chico-expertises!

O Orador: ... contornar a lei travão.

Mas, este Governo tem respeitado, e respeita, este Parlamento, como é evidente e as refeições escolares baixaram, dentro do limite que está previsto no n.º 2, daquele artigo, foi aqui referido e os açorianos, que pagam refeições escolares, estão pagando menos. Estão recebendo mais apoios da ação social escolar, como o cheque pequenino, que quase que duplicou, ...

Deputado Berto Messias (PS): A Tarifa Açores!

O Orador: ... como as creches gratuitas, como imensas coisas que os senhores votaram contra. Os senhores foram contra o orçamento com maior pendor social da história da autonomia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Mas, já agora, o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, certamente, pedirá a palavra a seguir esta intervenção, eu também lhe colocaria uma questão, já que estamos um pouco à margem do fulcro deste debate, Senhor Deputado, o senhor que acha - e eu não concordo - mas, vamos só aquilo que são as suas afirmações, que este Governo, de alguma forma, poderá estar a desrespeitar o Parlamento

açoriano, o que é que o senhor acha que os Deputados do PS na Assembleia da República fizeram a todo este Parlamento?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Também pode dizer, sim ou não? Achou que foi um desrespeito, ou não foi? O senhor não manda nada no Deputado Francisco César, mas quero mandar no Governo Regional, contra o qual, vota contra o Plano e Orçamento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

A Mesa não tem mais inscrições.

(Pausa)

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): O senhor concorda ou discorda do Deputado Francisco César?

O Orador: Senhor Secretário Regional das Finanças, eu agradeço a sua intervenção, porque a sua intervenção permitiu esclarecer um assunto que é importante e esclarecê-lo de forma, particularmente clara, é que os senhores não

têm resposta para a questão que lhe foi colocada. E os senhores reconhecem que aquilo que estão a fazer é desrespeitar este Parlamento e não cumprir aquilo que este Parlamento mandou.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Não é verdade!

O Orador: E há algo muito claro, a sua intervenção de que baixou ou não baixou tem, por trás de si, um raciocínio que é extremamente perigoso, que é o seguinte: como as refeições já baixaram, agente agora decide se baixa mais, ou se não baixa mais, se cumpre, ou não cumpre, aquilo que está em causa.

Não, Senhor Secretário, não funciona assim e o senhor tem a obrigação de saber isso.

Aliás, eu até lhe faço a justiça de reconhecer que o senhor sabe disso. A sua intervenção prova que o senhor sabe que, nesta matéria, aquilo que o Governo mandou para as escolas é um ato de desrespeito, para com esse Parlamento e o seu desconforto é tal, que o senhor não responde à questão. Arranja aqui um *trinta e um* para tentar esconder aquilo que é óbvio.

Esse Parlamento aprovou uma coisa para as escolas aplicarem e a Secretaria Regional da Educação deu uma orientação às escolas para não cumprirem aquilo que este Parlamento aprovou.

E torna-se mais difícil perceber a posição do Governo neste assunto, quando agora a Senhora Secretária diz: “Não, vamos cumprir em 2023”.

Ó Senhora Secretária, mas o ano orçamental é o mesmo! Então, se é assim, porque é que já não cumpriu?

As famílias açorianas, no ano letivo de 2022/2023, não beneficiaram daquilo que esta Assembleia aprovou.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Não é verdade!

O Orador: Não, não beneficiaram do desconto extraordinário, porque a Senhora mandou comunicar que não aplicassem a lei, não aplicassem uma decisão do Parlamento.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Não é, não senhor!

O Orador: E o que isso revela, três anos depois da entrada em funções deste Governo, é mau demais para ser verdade. Os senhores não concordam com um artigo, votam contra, aqui dentro. O artigo é aprovado, o Governo manda não aplicar.

É esse o respeito pelo Parlamento? Não é.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: Senhor Secretário Regional das Finanças, em relação ao orçamento com o maior pendor social de sempre, há aqui duas coisas que não podem ser verdade: ou a situação social nos Açores está, de tal forma melhor, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): E está!

O Orador: que nem sequer é preciso aprovar a proposta do Bloco de Esquerda, ou então, nós temos o orçamento com o maior pendor social de sempre.

As duas não podem ser verdade, porque uma contradiz a outra.

Mas, isso revela, mais uma vez, o desnorte e a degradação em que nós estamos a cair. Um Governo que não concorda com uma decisão da Assembleia e que acha que é correto dizer às escolas, que a deviam aplicar: “Não cumpram, não cumpram!”

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!

O Orador: Um Governo que acha que, pelo facto de já ter baixado alguma coisa o valor do preço das refeições, se dá ao luxo e arroga-se o direito de achar que o resto da decisão deste Parlamento não faz sentido cumprir e isso é profundamente negativo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!

Deputado Carlos Freitas (PSD): O senhor não baixou nem um cêntimo!

Presidente: Senhor Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Aliás, todos os Deputados nesta Casa, a começar pelo Senhor Deputado Paulo Estêvão, sabem e sentem, bem lá no íntimo, que eu tenho razão.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Deputado Berto Messias (PS): O que diria o velho Paulo Estêvão sobre este assunto?

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra, Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu intervenho mais uma vez, talvez a última, porque efetivamente há uma contradição no discurso e no argumentário da Coligação, que não pode ficar em claro.

A Senhora Deputada Catarina cabeceiras reafirmou que para o CDS esta medida deve manter-se para aquilo que diz que são as famílias que realmente precisam. Ao mesmo tempo, isso quer dizer que quem está no terceiro ou quarto escalão não precisa, o que é, no mínimo, questionável.

Mas, assumamos essa argumentação. O CDS acha que esta medida deve ser para quem realmente precisa, na ótica do CDS. E as creches gratuitas são para? Todos! Quem precisa e quem não precisa e ainda bem!

E, mais uma vez, se demonstra que, aquilo que está em causa não é medida, é quem a apresenta. Aliás, como já aconteceu no passado, quando o Bloco de Esquerda propôs a tal medida das creches gratuitas para todos e o CDS votou como? Contra!

É o sectarismo do CDS e da direita que faz mal à vida dos açorianos e açorianos e é por isso que os senhores querem chumbar a proposta. Não é porque estão preocupados com a justiça da medida, é porque ela é do Bloco de Esquerda. Isso fica-lhes, minhas senhoras e meus senhores, muito mal, mas muito mal mesmo.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo, Senhor Vice-Presidente:

Poderia até, parte da minha intervenção, ser feita, em jeito de interpelação ao Senhor Presidente, mas vou colocá-la a si mesmo, fazendo uso da palavra, sem ser interpelação.

Se o decreto legislativo regional, que está em causa, não tivesse aquela cláusula de salvaguarda que limita ao valor do orçamento, seria admitido ou inadmissível neste Parlamento?

Seria inadmissível porque violava a lei travão. Absolutamente!

Senhor Presidente, eu acho que não há dúvida para ninguém nesta sala.

Se aquele decreto legislativo regional não tivesse aquela cláusula de salvaguarda, era inadmissível e os senhores do Partido Socialista sabem-no bem, porque criaram aquela cláusula – já não foi a primeira vez - para tentar contornar a lei travão. Depois de contornar a lei travão, com o decreto legislativo regional aprovado, querem contornar os limites orçamentais.

Senhores, assim a lei travão perto de toda a sua substância, toda a sua exequibilidade. Agora, porque assim os senhores propõem, nesta circunstância ou em qualquer outra, põe aquela cláusula e depois dizem: “os senhores que se desenrasquem, comprometam outras opções orçamentais para aquilo”. Por isso é que existe a lei travão!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Suscite a ilegalidade!

O Orador: Senhor Deputado Sérgio Ávila, repito, se tivesse aqui, isto, acho que não aconteceria, porque ele, deste lado, várias vezes, o alegou e os senhores sabem bem que se não tivesse aquela cláusula, não era admitida aquela proposta, nem era admissível e, portanto, só é admitida porque tem aquela cláusula.

Deputado Berto Messias (PS): Mas foi admitido e foi aprovado?

O Orador: É evidente que nós estamos a aplicar aquele decreto legislativo regional. Estamos tanto a aplicar a primeira parte, fazendo as refeições escolares mais baratas, como a segunda parte, que limita, dentro dos limites orçamentais, é evidente.

Agora, se o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, quer falar de degradação, a maior degradação que foi feita e atentado à autonomia regional, nos últimos anos, é aquela que o senhor não sanciona, dos seus deputados na Assembleia da República e o senhor ainda não disse uma palavra sobre isso e já teve várias oportunidades para o fazer.

Como também as falsidades que usou, em relação às contas regionais, também não disse uma palavra aqui, porque o senhor gosta de falar sem contraditório ou de falar por último, como fazia ali, quando era Presidente do Governo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Quando era Presidente do Governo. É que o senhor gostava de fazer isso, chamava os maiores impropérios às oposições, estão bem lembrados. Dizia que eram vendedores da banha da cobra. Isso é que era dignificar o Parlamento. O Presidente do Governo dizendo, dali, que as oposições eram vendedores da banha da cobra. Eu não vou usar esse epíteto, mas se calhar cabia bem, a quem está defendendo este Decreto Legislativo Regional e aquilo que o Governo não está a fazer.

Mas, ainda a respeito da degradação.

Deputado Berto Messias (PS): Falar sem contraditório...

O Orador: Verdadeira degradação é o que o senhor tem que se preocupar em evitar. É a degradação da sua liderança, do seu Partido, ainda sendo o maior Partido da oposição, vendo crescer o apoio a esta maioria e vendo uma maioria reforçada a aproximar-se.

E, portanto, é essa a degradação com que o senhor tem que se preocupar.

Preocupe-se com a degradação que o Deputado Francisco César faz a sua liderança.

Preocupe-se a decidir se quer ir para Bruxelas, ou se quer arriscar aqui a levar uma grande derrota.

Preocupe-se mais com a degradação do seu Partido, de que com aquilo que este Governo faz por este Parlamento, que é respeitar o Parlamento, como nunca foi feito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Basta ver e pensar, inclusivamente, os requerimentos que os senhores se recusaram a responder, anos seguidos, como é o caso, do requerimento sobre um auditoria à escola das Capelas que se recusaram a responder e que agora se

sabe bem o porquê, porque se escondiam, se furtavam à transparência. Tal como se furtaram à transparência em muitas matérias que aqui nós levantámos. A respeito de degradação, preocupe-se com a degradação do seu Partido e da sua liderança, Senhor Deputado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque tenho pouco tempo, dizer apenas ao Senhor Deputado Vasco Cordeiro o seguinte, o seu argumento, Senhor Deputado, é absurdo e Vossa Excelência sabe que é absurdo. Quer dizer o seguinte: “nós colocamos esta norma na lei travão, que é de acordo com a disponibilidade orçamental, mas isso inclui todo a despesa”. Portanto, é absurdo. O senhor poderia gastar 700 milhões e depois dizer: “agora têm que acautelar”.

E os hospitais? Não se pagam, porque a minha proposta está à frente. E os apoios para a agricultura? Não se pagam, porque a minha proposta está à frente. E a participação comunitária dos apoios comunitários não se paga, porque a minha proposta está à frente.

Qualquer pessoa percebe que o seu argumento é absurdo, Senhor Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Absurdo é a sua figura nesta matéria!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Devo dizer-lhe, Senhor Deputado, o seu desespero é tão grande que eu nunca o vi nas asas da demagogia, como está agora e devo-lhe dizer, porque é que o senhor fugiu do debate. Porque tinha que explicar porque é que estando ali sentado, exatamente ali, o senhor *ouviu e calou* quando o Senhor Secretário da Educação disse que a Escola tem uma função que é ensinar, que é exercer a função, que o Estado e a Região lhe conferem, de formação às crianças. Durante os períodos escolares, todas as crianças têm alimentação adequada, nos termos do respetivo escalão. Outra coisa, são as situações fora da escola, pelas quais, a escola não pode, nem deve ser responsabilizada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O senhor ficou calado quando isto pelo Secretário da Educação, por isso é que quis fugir ao debate da questão que está aqui do refeitório.

Ó Senhor Deputado e sabe quando é que o senhor ficou calado outra vez? Quando, neste debate, em que foi aprovado esta legislação, em relação aos refeitórios, quando a responsável, a Deputada do Partido Socialista, disse o seguinte - que era na altura a Senhora Deputada Catarina Moniz Furtado - “as unidades orgânicas, nestes seus pareceres, muitos deles bem fundamentados em relação ao facto de já terem os contratos com a aquisição de refeições, feitos desde o início do ano, e não preverem a disponibilidade de refeições em período de interrupção, férias, de transportes escolares e ainda o peso que isso acarretaria, sobretudo em férias.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quando é que começaram as refeições nas escolas?

O Orador: As crianças, no fundo, têm de estar em férias para terem outro tipo de preocupações, nomeadamente brincarem para não terem que ir à escola duas vezes por dia.

Ó Senhor Deputado, o Senhor Deputado ficou calado e as contradições de Vossa Excelência são tão grandes, tão grandes, porque Vossa Excelência era o Presidente do Governo Regional e o seu Grupo Parlamentar defendeu este tipo de posições.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quando é que começaram as refeições nas escolas?

O Orador: Por isso, é que o senhor não queria discutir as refeições escolares e encontrou esse absurdo, Senhor Deputado!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quando é que começaram as refeições nas escolas?

O Orador: O Senhor Deputado sabia a fragilidade que tinha nesta matéria ...

Presidente: Senhor Deputado tem que terminar.

O Orador: e termino, porque eu estive sempre a discutir a matéria de facto. O Senhor Deputado Vasco Cordeiro é quem tentou encontrar aqui alguma coisa que o salvasse, porque a prestação do seu Grupo Parlamentar estava a ser desastrosa e porque Vossa Excelência tem o histórico que tem. E, já agora, Senhor Deputado, ali, nunca se sentará uma Secretária da Educação que diga que os problemas de aprendizagem dos alunos açorianos, se devem a questões genéticas, Senhor Deputado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é desespero!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Não é desespero! É a verdade! Foi dito aqui! Os açorianos não aprendem por questões genéticas!

Presidente: O que genético é a impossibilidade de controlar este Parlamento! Isto é que é genético!

Senhoras e Senhores Deputados, pergunto se há mais inscrições?

(*Pausa*)

Senhor Deputado Joaquim Machado, ainda tem tempo. Faça favor.

Também é genético.

Tudo isso fará falta amanhã, como os senhores sabem.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Estava a permitir que alguns Senhores Deputados tivessem uma inspiração profunda, que excitação não tem.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo Regional:

Duas evidências, a primeira, este ano as refeições escolares nos Açores baixaram, pela primeira vez na autonomia, deixando de ser as mais caras do país.

Segunda evidência, o diploma que está em vigor sobre a distribuição de refeições no período de férias dos alunos, acautela todas as situações para com os mais fragilizados, primeiro e segundo escalão e abrange todos os outros, do terceiro, do quarto ou do quinto escalões, que sejam sinalizados como, circunstancialmente, tenham qualquer necessidade.

Portanto, estão garantidas as condições para que todos possam ter, durante o período de férias, refeições se tiverem, efetivamente, necessidade.

Mais uma evidência, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, furtou-se à explicação, porque é que nunca baixou. Mas há mais uma explicação que também se furtou,

porque é que hoje o Partido Socialista acha que um aluno oriundo de uma família que tenha, por exemplo, cinco ou seis mil euros, ou mais, de rendimento ilíquido por mês, tenha direito a ter uma refeição escolar deixada em casa. Também não falou.

Deputada Alexandra Manes (BE): E os 1500 do “Nascer Mais”?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): A senhora votou contra!

O Orador: De facto, é mau demais, Senhor Deputado.

E, aí estamos de acordo, mau demais é o silêncio sobre estas questões.

Mau demais é o silêncio sobre aquilo que a Assembleia da República, o Partido Socialista, capitaneado por Francisco César, fez sobre um diploma deste Parlamento.

Isso é que efetivamente é mau demais! Mas, nós percebemos uma coisa, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, há muito tempo que anda com essa técnica da lixívia, que é branquear o seu passado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Senhor Deputado António Lima, faça o favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Membros do Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Se há coisa que não gosto de deixar de passar, são absurdas contradições. E o Senhor Deputado Joaquim Machado acabou de cometer mais uma absurda contradição, evidente, escandalosa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é genético!

O Orador: O senhor diz que como é que é possível que alguém que ganhe 5000 euros por mês tenha acesso a uma refeição escolar que não é gratuita, que é paga? Como é que é possível?

Senhor Deputado Joaquim Machado, então porque é que tem direito a creche gratuita?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Porque é um apoio à natalidade!

O Orador: Não concorda? É evidente que tem que ter direito, por que é universal.

E o Nascer Mais?

E 1500 € de apoio à natalidade? Porque é que tem direito? Não concorda? Mas o senhor é que aprovou!

E porque é que quem vive na freguesia ao lado ganha o salário mínimo, não tem direito? Porque o senhor quer e aprovou!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Porque é um apoio à natalidade! Não confunda as coisas. Isso é demagogia!

O Orador: Senhor Deputado Joaquim Machado, a sua contradição é evidente. Mais vale dizerem que não querem aprovar, porque não querem.

Escusam de arranjar argumentos demagógicos, populistas e sem qualquer sentido.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O senhor votou contra as creches gratuitas

Deputada Alexandra Manes (BE): A proposta era do Bloco e o senhor é que votou contra. Não veio do CDS, veio do BE!

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado António Lima.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhoras e Senhores Deputados, temos duas hipóteses, ou os senhores permitem a continuidade dos trabalhos, ou eu vou suspender os trabalhos.

Senhor Vice-presidente e Senhora Deputada Andreia Cardoso vão permitir a continuidade dos trabalhos?

Vamos passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 82/XII - primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2014/A, de 28 de março, que estabelece o regime de distribuição de almoço durante os períodos de férias e interrupções letivas.

Vamos votar na generalidade:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 82/XII foi rejeitado na votação na generalidade.

Presidente: Peço desculpa à Câmara, houve um erro de contagem, relacionado com a posição de voto do Senhor Deputado Independente.

Vou repetir:

O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 82/XII foi aprovado na votação na generalidade com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

20 votos contra do PSD, 3 CDS, 2 PPM, 1 do Chega e 1 da IL.

Presidente: Vamos iniciar o debate e a votação na especialidade. Pergunto se há alguma inscrição para o debate na especialidade?

(Pausa)

Não havendo, vamos então votar as propostas de alteração do Bloco de Esquerda ao art.º1.º.

A primeira proposta de alteração é ao n.º 3, do art.º 4.º do diploma que estamos a alterar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

20 votos contra do PSD, 3 CDS, 2 PPM, 1 do Chega e 1 da IL.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 4, do artigo 4.º do diploma que estamos a alterar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

20 votos contra do PSD, 3 CDS, 2 PPM, 1 do Chega e 1 da IL.

Presidente: Votamos agora o artigo 1.º do diploma com as propostas de alteração que acabámos de introduzir:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 1.º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

20 votos contra do PSD, 3 CDS, 2 PPM, 1 do Chega e 1 da IL.

Presidente: O 2.º e o 3.º artigo não têm propostas de alteração. Acho que posso colocá-los à votação em conjunto.

Estão a votação, o 2.º e o 3.º artigo do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados a votação foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

20 votos contra do PSD, 3 CDS, 2 PPM, 1 do Chega e 1 da IL.

Presidente: Votação final global.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 82/XII foi aprovado em votação final global com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

20 votos contra do PSD, 3 CDS, 2 PPM, 1 do Chega e 1 da IL.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário.

Senhor Deputado Carlos Furtado pede a palavra para?

Para uma declaração de voto, faz favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Durante a discussão deste diploma, anunciei que ia votar contra porque reconhecia no diploma, até agora ainda em vigor, que tinha qualidades suficientes para proteger os interesses dos mais desprotegidos.

No entanto, e é por isso que às vezes o debate é importante, houve pelo menos duas intervenções do Senhor Deputado António Lima, que recentraram o debate. E elas foram, se o direito às creches passa a ser universal, o direito a uma fatia de pão, ninguém lhe pode tirar.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Então isto é para todos!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não faça caso. Esse está a caminho de casa!

O Orador: Se a classe média, que em princípio eu rogo-me aqui de defendê-la, não pode, nem deve, mendigar uma refeição. Há de ser um direito que lhe assiste, pelas condições de debilidade que algumas famílias, infelizmente, têm e que não têm de mendigar por ela. Não de pedir por ela, com toda a justiça e com todo o direito.

E, por estas razões, mudei de opinião convictamente.

Normalmente, não costumo mudar de opinião, mas, acima de tudo, há que proteger os interesses daqueles que precisam que lhes protejam os interesses e vou estar aqui sempre nesta sala e infelizmente, ou felizmente, para mudar ideias as vezes que tiver de o fazer, mas, acima de tudo, defender o direito à igualdade, à universalidade dos direitos dos cidadãos.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Foi uma grande declaração de voto, alias, já estamos habituados!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM votou contra. E votou contra, porque esta é uma medida que vai afetar as verbas que existem para os apoios sociais, para aqueles que delas necessitam, efetivamente.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

Deputado Berto Messias (*PS*): Demagogia!

O Orador: Porque se vai ter uma nova despesa e há dinheiro que não vai chegar àqueles que mais necessitam.

Deputado Berto Messias (*PS*): Isso é mentira!

O Orador: Há dinheiro que não vai chegar a quem passa por maiores dificuldades e é por isso, Senhor Presidente, que eu votei contra. E votei contra, Senhor Presidente, porque é falso que qualquer aluno que tivesse dificuldades, que fossem detetadas nas escolas e as escolas têm técnicos especializados e mecanismos para isso, é falso que qualquer aluno do quarto ou quinto escalão que esteja, por circunstâncias várias em dificuldades, que não estivesse abrangido por este sistema, porque era quem estava no primeiro, no segundo escalão e todos os outros que fossem sinalizados. É falso que esta medida deixasse alguém que, efetivamente, precisa de fora.

E, por isso, Senhor Presidente, da parte do Grupo Parlamentar do PPM, o que eu lhe quero dizer a si, a toda à câmara e aos açorianos é que nós não alinhámos em irresponsabilidades, nós não alinhámos em jogos que apenas procuram asfixiar financeiramente este Governo, mesmo que para isso prejudiquem gravemente muita gente que precisa dos apoios sociais e que agora vai ter uma despesa, para alguns que não precisam, efetivamente, não precisam. Eu estou obviamente a dizer, porque é que votei contra porque os argumentos que são aduzidos são falsos e porque têm outras consequências que prejudicam muito a sociedade açoriana.

Por isso é que eu considero que não é assim que se faz política, com estratégia, com sentido de prejudicar um Governo e, tendo como vítimas colaterais, todos os outros que precisam de apoios e que agora não vão ter por isto.

E, e por isso, Senhor Presidente, é que o Grupo Parlamentar do PPM, votou contra, votou contra a irresponsabilidade, porque esta medida, Senhor Presidente, quando foi quando foi criada – e permita-me que faça esta justiça histórica - , não vou fazer referências, porque aí já estaria a sair do âmbito de uma declaração de voto.

Deputado Berto Messias (PS): Já saiu!

O Orador: Mas, apenas lhe posso dizer...

Senhor deputado, não falei em ninguém.

Deputado Pedro Neves (PAN): Falou. Disse que toda a gente que votou contra é irresponsável!

O Orador: Oiça, eu tenho direito à minha opinião, Senhor Deputado.

Presidente: Faça o favor, Senhor Deputado Paulo Estevão.

O Orador: Eu não me deixo condicionar, a mim ninguém me cala, a mim ninguém me condiciona.

Eu quero dizer, Senhores Deputados, e termino já que esta é a opinião do Grupo parlamentar do PPM, porque nós somos responsáveis. E digo-lhes já que, nas questões das refeições escolares, eu tenho uma história que fala por mim, porque em relação àqueles que necessitam, efetivamente, eu ao longo da minha vida, estive sempre ao lado daqueles que precisam e contra todo o tipo de injustiça.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Ninguém me dá lições de justiça social.

Deputado Berto Messias (PS): Mas o senhor acha que pode dar aos outros!

O Orador: Ninguém me dá lições de justiça pessoal, por isso termino, Senhor Presidente dizendo o seguinte, o nosso voto contra é porque os pressupostos que aqui estavam são falsos. Todos os alunos que necessitavam de refeições escolares durante as férias e os períodos de interrupções, estes alunos estavam abrangidos com legislação atual. Toda a argumentação em contrário, é falsa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Senhor Presidente, muito obrigado.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Membros do Governo:

O PAN votou favoravelmente, não abriu a boca durante a intervenção. Já tinha o seu voto garantido, não houve qualquer tipo de estratégia. Houve, obviamente, posicionamento, além de político, posicionamento como cidadão, como deputado e como pai, que não é só a justiça social, mas é a justiça societal, onde não é só os desfavorecidos, mas também podemos mostrar uma igualdade. Aliás, este nem é sequer um diploma do *habitué* do Bloco de Esquerda, porque aqui estamos a abranger todos os escalões e do qual até ficámos admirados, mas, obviamente, tínhamos que votar a favor.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Grande defesa da honra!

O Orador: Nunca na vida, poderão dizer que o PAN votou a favor, porque há uma cabala contra o Governo ou que haja uma estratégia escondida para votar a favor, ou que é uma irresponsabilidade.

Não houve mais responsabilidade, da minha parte, como deputado, a votar e com gosto, a votar este diploma, de forma favorável, porque é da forma que a gente consegue dar, além de equidade, que é necessária equidade em alguns pontos, neste momento temos igualdade,

Obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Tem direito à sua opinião!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado António Lima, para uma declaração de voto, faça um favor.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Muito brevemente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou favoravelmente esta proposta da nossa autoria, considerando que ela é efetivamente um passo importante, no sentido de melhorar o sistema que existia, alargá-lo, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Isso não é para aplicar! É só para o Natal, o Governo já caiu pelo Natal!

O Orador: ... torná-lo mais justo e, efetivamente, garantir que ninguém fique efetivamente para trás nesta medida. E a distribuição de refeições, durante o período de férias, não será certamente uma medida a que todos os alunos recorrerão, mas certamente que será uma medida em que as crianças que necessitam ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Apresente uma moção de censura!

O Orador: ... irão sempre e mais, sem qualquer tipo de discriminação ou estigma, recorrer muito mais, a partir de agora.

E, efetivamente, também tenho que descansar aqueles que se preocupam com a insustentabilidade desta medida, do ponto de vista financeiro. Em primeiro

lugar e infelizmente, como já referi durante o debate, ela não se pode aplicar este ano. Por isso, quem está preocupado com um possível orçamento retificativo, não tem que estar preocupado com ele, infelizmente, não é necessário, por esta medida. Mas também, quem acha que tudo o que se apresenta aqui e que pode causar algum tipo de problema ao Governo, é uma cabala contra o governo, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Uma moção de censura!

O Orador: ... tem que efetivamente deixar o síndrome de Calimero, porque o mundo não gira à volta da Coligação, nem do Governo.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Gira, gira!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, para uma declaração de voto, faça o favor.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O sentido de voto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista neste projeto resultou da conjugação de dois critérios.

Em primeiro, naturalmente, a concordância com os princípios e as soluções que este diploma apresenta e, em segundo lugar, a verificação, tanto quanto é possível, fazê-lo neste momento, da disponibilidade de recursos para cumprir com aquilo que este decreto estabelece.

A ajuizar pelo histórico, aprovamos este projeto de decreto legislativo regional, com a convicção clara de que ele não põe em causa qualquer outra medida de apoio social, porque basta atentar nos números do próprio Governo para verificar que assim é.

Se tomarmos como referência aquilo que foi a execução das verbas deste projeto de apoio social escolar, que é de onde sai o dinheiro para pagar o

fornecimento de refeições, podemos verificar que, em 2021, ficaram por utilizar, perto de um milhão e oitocentos mil euros, que não foram utilizados nesse projeto.

Em 2022, ficaram por utilizar, neste concreto projeto, mais de um milhão de euros.

E naquilo que é possível ajuizar, em relação ao ano de 2023, tomando como referência a execução no primeiro semestre deste ano, vemos que, nem sequer a execução se aproxima de metade da verba que está disponível.

Foi com esse sentido de responsabilidade também, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou a favor deste projeto.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Joaquim Machado, faça o favor.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra esta iniciativa legislativa do Bloco de Esquerda por entender que ela é injusta. É injusta e a demagógica, como aliás, se provou ao longo deste debate. E é também enganadora para os açorianos, porque toda a argumentação foi construída como se nós estivéssemos a tratar das refeições escolares de hoje, de amanhã, deste período de férias,

quando, afinal, apenas, na melhor das hipóteses, terá efeito no próximo período de interrupção letiva do Carnaval.

Mais, é demagógica, porque, de facto, ela não vai além do que já se fazia, e bem, desde 2014 a acudir aqueles que são mais necessitados. Os alunos de primeiro escalão tinham direito à refeição. Os alunos do segundo escalão tinham direito à refeição. Os do terceiro, quarto e quinto, se necessitassem, tinham o mesmo direito a refeição.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: O que é que muda com este diploma? E foi contra isso que nós votámos. Muda que, o filho do Senhor Deputado Vasco Cordeiro possa ter acesso às refeições durante as férias, que a minha filha possa ter, durante as férias, acesso à refeição. E isso é injusto, porque, não necessitando, nós não estamos a fazer a gestão racional e justa dos recursos dos contribuintes.

Eu acho que o dinheiro dos contribuintes deve ser utilizado com todo o rigor, com a maior justiça possível e dar tudo a todos, quando nem todos são iguais, acho que é uma má medida.

Nada tem haver com incentivos, por exemplo, à natalidade, que pressupõe uma finalidade diferente. O que aqui estava em causa é disponibilizar refeições. A minha filha e os amigos, em vez de almoçarem nas suas casas, podem resolver ir almoçar à escola ou então pior do que isso, estar no conforto das suas casas à espera que lhe vão levar a refeição a casa.

Não necessitando, essa não é uma boa medida.

(Diálogo na Câmara)

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados.

O Orador: Foi uma foi uma iniciativa irresponsável, demagógica e injusta.

Não compactuando com ela, obviamente, tínhamos que votar contra.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

(Pausa)

Não havendo, vamos avançar na nossa agenda. Ponto 6.

Faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu quero que fique registado que eu não posso intervir, em relação àquela declaração de voto que fez o Senhor Deputado Joaquim Machado.

Regimentalmente, não me é possível defender-me daquela declaração de voto.

Muito obrigado.

Presidente: Sim, senhor. Ficará registado.

Senhor Deputado Joaquim Machado para uma interpelação, faça o favor.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Senhor Presidente, é para dizer que na minha declaração de voto não usei de nenhum subterfugio, regimentalmente, que possa incomodar o Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

Aliás, eu creio que, Senhor Deputado Vasco Cordeiro esgotou o seu tempo todo

...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não tem a ver com o tempo!

O Orador: ... e não respondeu a algumas das interpelações que lhe foram feitas. Como nós já percebemos, ele só responde quando lhe convém.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos avançar para o ponto 6.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não tem a ver com o tempo! A sua declaração de voto foi vergonhosa!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O seu voto é que é vergonhoso!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Aquilo que o senhor fez eu nunca lhe fiz, nem a si, nem a ninguém desta Casa!

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, permitam-me que continue com os trabalhos, avançando para o ponto 6 da nossa agenda - Projeto educativo regional n.º 78/XII, eco taxa marítima. É apresentada pelo PAN. Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves para a sua apresentação.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O turismo é um setor estratégico para a Região e contribui para vários setores da economia, onde cria emprego, produto e valor acrescentado, desempenhando um papel importante na geração de receitas. Contudo, está muito dependente da conduta humana e apresenta muitos desafios a responder.

Constitui um segmento em contínuo crescimento nos Açores, após uma crise de recessão provocada pelos efeitos da pandemia e mesmo perante o contexto de conflito armado que se vive na Europa.

O diploma que trazemos hoje, incide sobre o turismo de cruzeiro, que contribui para esse crescimento, impulsionado pela posição geoestratégica da Região, mas que pertence a um setor específico e que carece de uma análise mais detalhada e de uma estratégia específica.

Os dados mais recentes são claros. Face a maio de 2019, as dormidas de não residentes aumentaram e a Região está entre as que registam melhores resultados, com um crescimento de mais de 21,4%. Relativamente aos segmentos dos navios de cruzeiro, esses têm vindo a apresentar uma tendência de crescimento, acompanhado de aumento do número de passageiros que passam pelos nossos portos.

Segundo a Portos dos Açores, o crescimento anda na ordem dos 69% no número de passageiros desembarcados e 17% ao nível de escalas, em relação ao mesmo período homólogo.

Tal crescimento é consumado pelo próprio Governo Regional nas recentes obras de dragagem da bacia do Porto de Ponta Delgada, na declaração de atenção e investimentos, como a construção de um cais para navios de cruzeiro na Praia da Vitória, ou a recente integração dos Portos dos Açores na Cruz Lines International Association, com a intenção de incorporar os Açores numa base atlântica para as operações de cruzeiro.

Não temos dúvidas do potencial do setor, mas podemos ponderar se é este tipo de turismo que precisamos e quais são, neste momento, as suas vantagens e desvantagens.

É conhecido que os navios de cruzeiro emitem diferentes poluentes atmosféricos, como óxidos de enxofre e de nitrogênio, assim como partículas finas que podem provocar doenças cardiovasculares e respiratórias e levar à morte prematura e a doentes respiratórios graves. Em conjugação, contribuem para a acidificação das chuvas, que afeta o equilíbrio dos sistemas ecológicos, especialmente das plantas e animais sensíveis a águas ácidas.

Mesmo quando acostados, os navios mantêm os motores em funcionamento para garantir a continuidade do elevado consumo energético a bordo, perpetuando a queimas de combustíveis fósseis.

Considerando ainda que, viajam de perto da costa, isso significa que grandes volumes de combustíveis são queimados nas proximidades das populações costeiras .

Apesar das melhorias decorrentes das normas regulamentares sobre os combustíveis marítimos, o setor ainda depende, inteiramente, de combustíveis fósseis.

Tal como alertado pelos investigadores e estabelecendo um paralelismo, um navio de cruzeiro que transporte 2700 passageiros pode produzir 1 tonelada de resíduos por dia, podendo assumir uma pegada de carbono superior a 12000 automóveis.

Além do impacto ambiental, não nos podemos esquecer do efeito visual que impacta a presença de grandes cruzeiros nas nossas cidades, através das ilhas flutuantes.

No recente estudo, *Return of the Cruise*, que teve a participação da Associação Ambientalista Zero, são apontadas as cidades mais poluídas da Europa e também os navios de cruzeiros e companhias mais poluentes. Entre as cidades estão Lisboa e Funchal, valendo a Portugal um sexto lugar, dos países mais poluídos, com base na emissão de dióxidos de enxofre, por navios de Cruzeiro, nas suas zonas exclusivas europeias.

À data do estudo, os Açores ainda não eram encarados como um dos destinos mais consolidados da Europa, em turismo de Cruzeiro. Contudo, esse estatuto será alcançado com um plano que, tal como afirmámos atrás, o Governo Regional se prepara para colocar em marcha.

Se realmente desejamos que o turismo seja regenerativo, respeitador do meio ambiente sem endividar a saúde pública dos açorianos, ou seja, que gere receitas provenientes dos investimentos de retorno sustentável, isso implica uma análise aprofundada do turismo que queremos trazer para esta Região.

A pegada turística tem que ter um preço que todos deveríamos assumir, que quando impomos ao nosso mar e à nossa costa, assim como às nossas cidades, uma sobrecarga que poderá gerar um esforço na despesa pública.

Os pareceres, emitidos em Comissão, pela Associação Zero, pela AGITA, associação de guias de informação turística dos Açores e doas e dos amigos dos Açores são positivos à implementação desta taxa e apontam a importância

de as receitas reverterem também a favor, tal como previsto no documento, da mítica mitigação dos impactos no ambiente.

Devido a inúmeras experiências negativas no setor do turismo de Cruzeiro, em larga escala ao longo dos anos, algumas cidades e países já estão a aplicar restrições à indústria.

É essencial que estas medidas sejam mantidas e até reforçadas, por forma a permitir a reestruturação e adaptação do setor às metas de sustentabilidade e redução de emissões.

A pergunta que devemos fazer é se estamos em condições de cumprir com as exigências e metas de descarbonização que são impostas, ao mesmo tempo que o Governo Regional assume o compromisso ao mesmo tempo que o governo regional assume o compromisso de definir o turismo de cruzeiros, nos mesmos moldes que Lisboa e Funchal o fizeram e arriscamo-nos a candidatar uma das nossas cidades a um lugar no ranking das cidades mais poluídas da Europa, num futuro muito próximo.

Merecem os Açores mais uma aposta no turismo massivo, que de pouco retorno financeiro, por passageiro, sem qualquer tipo de contrapartida pela pegada que deixa?

Assim sendo e considerando o crescente aumento do fluxo de navios de cruzeiros nos portos dos Açores, a finalidade da aplicação da ecotaxa, passa por minimizar o impacto da carga turística que este setor acarreta, canalizando verbas para o investimento na sustentabilidade do nosso património natural, sendo capaz de melhorar a qualidade de oferta, ao mesmo tempo em que gera uma nova fonte de receita para fazer face à pegada turística.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado Pedro Neves.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

A Mesa já tem duas.

Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça o favor, tem a palavra.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Obrigada, Senhora Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Pedro Neves, dentro da intervenção que nos trouxe aqui, há questões que nós concordamos, há outras que achamos um pouco excessivas.

Mas, deixemos estas questões e vamos àquilo que interessa. Interessa, de facto, reconhecer que o turismo tem sido um setor com grande crescimento, que o turismo alavanca toda a nossa economia e que dentro do turismo há, de facto, um segmento, o turismo de cruzeiros, que também tem vindo a crescer, de forma muito significativa.

E tem vindo a crescer graças a uma estratégia que a Região Autónoma dos Açores e a Portos dos Açores têm posto em marcha, através de promoção do nosso destino, através da promoção dos nossos portos e tem tido todo o cuidado também de procurar, cada vez mais, trazer para os Açores, cruzeiros de menor dimensão, cruzeiros de expedição, cruzeiros que consigam ir a todas as nossas ilhas, cruzeiros com menos passageiros e cujos passageiros têm normalmente maior poder de compra e, portanto, deixam na nossa Região um valor acrescentado muito significativo. Estimando-se que possa cada passageiro deixar 85 euros, nós estamos a falar de quase 40 milhões de euro, das 200 escalas que tivemos, ao longo de 2022.

Portanto, é uma importante fonte de receita para nossa Região e, portanto, temos que ter tudo isso em conta, se bem que, com os devidos cuidados. E, por isso mesmo, dizia eu que destes 200 cruzeiros, muitos já foram cruzeiros de

pequena dimensão, cruzeiros de expedição, cruzeiros de investigação, cruzeiros com navios ecofriendly.

Mas, também é verdade que se deve dizer aqui que essas receitas e esses passageiros são fundamentais para o combate à sazonalidade e, portanto, o turismo de cruzeiros tem o seu espaço dentro do crescimento do turismo da Região, porque normalmente fazem aqui escala em períodos de baixa estação, e isso tem para nós um significado muito importante. Normalmente fazem em maio, no sentido da Europa e depois retornam em setembro, no sentido dos estados Unidos.

O Atlântico, como também foi referido aqui numa reunião da Clia que reuniu nos Açores, em final de Junho, os Açores são uma passagem de cruzeiros, mas não há dúvida também - e só para deixar esta nota – que o atlântico não tem cruzeiros

direcionados para o atlântico. Temos no Mediterrâneo, temos no mar Báltico e no mar das Caraíbas o Atlântico não tem, portanto pode evoluir para aí. Mas terá que evoluir sempre no sentido de que são as novas tendências da indústria de cruzeiros e a própria indústria de cruzeiros, a par de todas as medidas que a União Europeia tem colocado e tem exigido aos Estados Membros, medidas, metas e práticas, como sabe com vários programas obrigatórios de pôr em execução até 2030, por causa da descarbonização, até 2050 e, portanto é progressivo e que tem que ser respeitadas e que a indústria dos cruzeiros também tem que respeitar está, neste momento, a lançar no mercado e lançará, até nos próximos 5 anos, 15% de navios que já são autónomos nos portos. Já não precisam ter os motores em funcionamento quando estão nos portos. 15% de navios que vão entrar em funcionamento estão nessas condições e 85% já estão também a ser construídos, tendo em conta novos combustíveis, menos poluentes, ou melhor dizendo, energias menos poluentes.

Já toda a indústria esta caminha nesse sentido e nós temos que compreender e fazer um esforço para que assim seja, porque tem mesmo que ser, porque isso é uma indústria turística que não vai terminar, vai ter que se adaptar às novas exigências, às novas tecnologias e tornar-se, ela própria, descarbonizada, porque é nesse sentido que estamos a caminhar.

E, portanto, eu não posso deixar de referir, como referi na Comissão que a aplicação de uma taxa vai reduzir a competitividade dos nossos portos, relativamente, sobretudo à Madeira, que está aqui ao lado e não tem esse tipo de taxa.

De qualquer forma, esta Assembleia é soberana.

Só queria deixar aqui uma nota, os cruzeiros e a preparação, deste tipo de viagens é feita com cerca de dois anos de antecedência e, portanto, pelo menos que seja tido em conta essa realidade e que esta taxa, caso seja essa a decisão desta Assembleia, não produza efeitos no imediato, mas tenha em conta essa distância que a indústria precisa para se adaptar, em termos de venda dos cruzeiros, porque, caso contrário, estão já previstos 205 cruzeiros nos Açores, que podem, sendo apanhados desprevenidos, alguns desviarem-se. Além do mais, deixa uma marca negativa na notoriedade do nosso destino e, portanto, se há alguma questão que eu queria deixar aqui, para além de tudo o que foi dito, quer na Comissão, quer agora, é que haja o cuidado de dar tempo da indústria dos cruzeiros, se adaptar a essa realidade.

Muito obrigada.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora. Secretária Regional.

Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu devo começar este debate fazendo aqui um regresso ao debate que levámos a cabo, a propósito da taxa turística. E nesse debate, e por uma impressão pessoal acerca da indústria dos cruzeiros, disponibilizei-me para discutir uma taxa. Sim, não uma taxa turísticas, mas sim uma taxa, apenas, sobre os cruzeiros. E disse, inclusivamente, que poderia ser muito mais agravada do que aquilo que era proposta na altura.

Mas, também devo dizer que o trabalho em Comissão serve, exatamente, este propósito que é, recolher informação, por forma a que se possam tomar decisões informadas e que, no meu caso em particular, permitiu até desmontar algumas ideias pré-concebidas e que, no fundo, com o trabalho em Comissão, percebi que eram infundadas.

Feita esta nota prévia e analisando o setor, o que nós verificamos é que, após a época pandémica, os cruzeiros de expedição tiveram efetivamente um aumento exponencial na Região, fruto também de uma aposta da Portos dos Açores e pela tutela, em feiras internacionais, sendo isto uma parte da estratégia para divulgação e promoção dos portos da Região e que se verificou como frutífera. Depois, assistiu se também a uma mudança significativa em que se registou no setor, uma mudança de objetivo, em que agora a expedição é uma expedição de natureza. Uma expedição com navios menores, isto para a Região dos Açores e, por sua vez, tem também uma redução da pegada carbónica e também um melhor tratamento de lixo.

Os cruzeiros de expedição trazem menos passageiros e trazem pessoas também inclusivamente para outras atividades, que é algo que eu também tinha a impressão que o turista de cruzeiro era um turista que de consumia pouco, que

apenas saía para eventualmente passear pela cidade, mas aquilo que tem sido os dados e que foi avançado na própria Comissão, é que neste momento, nestes cruzeiros de expedição, os passageiros acabam por participar e trazer pessoas para outras atividades, como whale watching, entre outras. Sendo que, depois também há os cruzeiros atlânticos, esses sim, serão os mais tradicionais e que trazem mais passageiros e que só operam na Região nos portos que o permitem, por exemplo, aqui no Canal, costumam ficar muitas vezes fundeados a meio do Canal.

De qualquer das formas, nós consideramos que o cruzeiro de expedição pode ser um segmento preponderante também no combate à sazonalidade, que nesta fase, esse combate à sazonalidade e o próprio Cruzeiro de expedição acaba por não ter um grande impacto de pressão e até dinamiza a comunidade portuária. Depois, regressando outra vez aqui aos aspetos sobre os quais eu pessoalmente tinha uma perceção errada.

Se observarmos a tabela comparativa dos transportes mostra que efetivamente a mais poluente é o avião, a seguir o automóvel e depois o cruzeiro. E porquê? Porque deve ser tido em conta o rácio do passageiro e, na perspetiva do CDS e daquilo que foi a nossa informação que conseguimos apurar, não será propriamente correto dizer que os navios poluem mais que os 260 milhões de carros existentes na Europa, que é a conta que foi dita e avançada também pelo PAN. Diga-se até que a poluição automóvel acaba por ser elevada muito por conta, isto são dados muito recentes, julgo que foram publicados esta semana, que apontava para uma média de utilização de 1,2 passageiros por automóvel, o que obviamente provoca um aumento da pegada ecológica, fazendo este rácio entre o passageiro e aquilo que é a pegada carbónica, dizia eu, corrigindo.

Assim, por outro lado, também tinha uma perceção que os cruzeiros vinham e depositavam lixo, única e exclusivamente, e deixando lixo não me parecia,

início, que fosse uma boa prática para a Região ou que fosse minimamente rentável.

Aquilo que foi possível apurar no trabalho de Comissão é que, aparentemente, esta prática é vista como uma oportunidade de negócio pelas empresas de gestão de resíduos na Região. Porquê? Uma vez que o custo do tratamento fica absolutamente garantido e a Região possui de meios e capacidade instalada para processar estes resíduos. Por isso, tenho que reconhecer que desmistifiquei, com este trabalho, algumas das impressões que, na verdade, acabam por não ter respaldo na realidade.

Por outro lado, e atendendo àquilo que esta iniciativa que o PAN traz, também compreendemos a pertinência, acompanhando aquilo que foi a preocupação levantada pela Senhora Secretária, relativamente ao prazo de implementação, mas que consideramos pertinente que, após uma maior consolidação do destino Açores e também uma maior consolidação deste segmento na Região é, efetivamente, pertinente à adoção de uma taxa que possa ser afeta à conservação ambiental e à qualificação do destino Açores.

Também consideramos que é pertinente, sobretudo pelo facto da eletrificação dos nossos portos não ser fácil e tanto pelo custo do investimento, como até pela eventual incapacidade de a produção energética das ilhas poder acomodar os picos de consumo energético que estes navios possam necessitar.

Assim sendo, consideramos que até porque não se vislumbra, apesar dos investimentos que este setor tem feito, vislumbra-se ainda algum tempo até que os navios possam estar aportados sem ter os motores em funcionamento, que é a data-limite. De qualquer das formas, nós consideramos, atendendo aquilo que é o investimento que anunciado pelo setor, até a própria capacidade de instalação de células de energia nestes próprios navios, pode ser uma forma de tornar menos necessário que a instalação elétrica ou eletrificação dos portos tenha que ser uma dimensão tal, que possa fazer face àquilo que são as necessidades

destes cruzeiros, porque obviamente, a eletrificação por si tem outras finalidades, mas estaríamos a falar de infraestruturas substancialmente diferentes e, por isso, consideramos que esta eco taxa marítima pode ser efetivamente um benefício, exatamente para contornar aquilo que são impossibilidades, neste momento, ou pelo menos, a medio prazo, haver uma eletrificação dos portos e, por sua vez, haver este investimento na conservação ambiental e na própria qualificação do destino e vemos por isso, com bons olhos esta proposta do PAN, sendo que o trabalho em Comissão permitiu, pelo menos, desmistificar algo que eu, à partida, partia de peito aberto a dizer: “vamos cobrar já 20 euros por passageiro”, mas depois foi se a ver e o impacto não era tão negativo, quanto aquele que eu tinha na minha perceção inicial.

Relativamente às propostas de alteração, na especialidade haveremos de falar nelas e também o CDS haverá de se pronunciar.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, pede a palavra para? Para uma interpelação, faça favor.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Um intervalo regimental de 10 minutos.

Presidente: Eu agradeço.

É regimental, foi concedido e não se esqueçam que temos às 20 horas a inauguração do nosso museu.

Eram 20 horas e 30 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Deputados que faltaram à Sessão

Partido Socialista (PS)

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

A redatora: Sara Azevedo